



LUÍS LEONARDO MACIEL FERREIRA

**FRONTEIRAS E PARALAXES DA SAÚDE E DO TRABALHO:
experiências de jovens imigrantes e refugiados em Canoas/RS**

Orientador: Prof. Dr. Cleber Gibbon Ratto

CANOAS, 2025

LUÍS LEONARDO MACIEL FERREIRA

**FRONTEIRAS E PARALAXES DA SAÚDE E DO TRABALHO:
experiências de jovens imigrantes e refugiados em Canoas/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde e Desenvolvimento Humano.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Promoção em Saúde
Orientador: Prof. Dr. Cleber Gibbon Ratto

CANOAS, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F383f Ferreira, Luís Leonardo Maciel.
Fronteiras e paralaxes da saúde e do trabalho [manuscrito] :
experiências de jovens imigrantes e refugiados em Canoas - RS /
Luís Leonardo Maciel Ferreira. – 2025.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano) –
Universidade La Salle, Canoas, 2025.
“Orientação: Prof Dr. Cleber Gibbon Ratto”.

1. Sofrimento psicossocial. 2. Saúde mental. 3. Trabalho. 4.
Refugiados - Jovens. 5. Imigrantes - Jovens.. I. Ratto, Cleber
Gibbon. II. Título.

CDU: 613.86:331

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

LUÍS LEONARDO MACIEL FERREIRA

**FRONTEIRAS E PARALAXES DA SAÚDE E DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS
DE JOVENS IMIGRANTES E REFUGIADOS EM CANOAS/RS**

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Humano, da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Eliana Perez Gonçalves de Moura
FEEVALE, Novo Hamburgo/RS

Prof^ª. Dr^ª. Aline Groff Vivian
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Clede Antônio Casagrande
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Cléber Gibbon Ratto
Orientador - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Saúde e Desenvolvimento Humano

Curso: Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano

Canoas, 18 de julho de 2025.

AGRADECIMENTOS

O alvorecer de sonhos, projetos acadêmicos e metas de vida, muitas vezes, floresce em conjunto, nutrido pelo apoio e pela colaboração de pessoas especiais. Neste contexto, há inúmeras pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a criação, continuação e finalização desta dissertação de mestrado.

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão à Universidade Lasalle, um centro de excelência em ensino e pesquisa que escolhi como alicerce da minha formação desde a graduação. Hoje, essa mesma universidade se torna parceira essencial na realização deste sonho, e por isso, minha reverência e agradecimento são imensos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Humano – PPGSDH/UNILASALLE, minha gratidão por me proporcionar um campo fértil para o desenvolvimento desta pesquisa. A confiança depositada no potencial deste trabalho, e naquilo que ele poderia gerar, foi fundamental para que os frutos agora possam ser compartilhados com a sociedade.

Ao Professor Dr. Cleber Gibbon Ratto, meu orientador, deixo meu mais sincero e eterno agradecimento. Sua disponibilidade, paciência e maestria na condução deste trabalho acadêmico foram essenciais para que eu pudesse trilhar esse caminho com segurança e clareza.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade LaSalle, membros da banca de qualificação e da banca de defesa, que de forma gentil e acolhedora conduziram os momentos de validação e avaliação, mantendo o rigor técnico e ético em cada etapa.

Aos participantes desta pesquisa, que generosamente dedicaram seu tempo e compartilharam seus saberes, sou imensamente grato. Vocês contribuíram para o descortinamento de realidades vividas, criando elementos indispensáveis ao avanço científico, humano e humanitário.

“[...] a Psicologia não poupa mais ninguém, nem mesmo os trabalhadores.”

A Loucura do Trabalho
(DEJOURS, Christophe. 1987, p. 28)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado, inserida na linha de pesquisa Avaliação e Promoção em Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Humano (PPGSDH/UNILASALLE), teve como objetivo central Investigar os efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho sobre a condição existencial de jovens migrantes e refugiados em Canoas/RS, a fim de propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde para essa população.. Epistemologicamente, a pesquisa se orientou pela abordagem da hermenêutica filosófica, associada aos princípios da interculturalidade como perspectiva ético-política e também epistemológica, valorizando as narrativas dos sujeitos como fonte legítima de produção de conhecimento. Trata-se de uma investigação qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa documental não sistemática, entrevistas narrativas individuais e grupo de discussão com jovens migrantes ou refugiados, entre 18 e 29 anos, residentes em Canoas/RS e inseridas no mundo do trabalho, formal ou informal. O material discursivo foi tratado por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), o que possibilitou a identificação de quatro linhas de sentido: Dimensão cultural – fronteiras e interculturalidade; Dimensão sociopolítica – barreiras da tolerância; Dimensão laboral – cerceamento de direitos, e; Dimensão comunicativa – barreiras e fronteiras da língua. A relevância deste estudo se justifica pela atualidade e complexidade do fenômeno migratório, que impõe desafios interdisciplinares e exige respostas sensíveis nos campos da psicologia, saúde e desenvolvimento humano, considerando os conflitos multifacetados enfrentados por imigrantes e refugiados em seus processos de deslocamento. Como “produtos” tecnológico-sociais, foram desenvolvidos uma *Cartilha de Referências* voltada à população imigrante e refugiada, assim como, um *Minicurso* para formação continuada e aperfeiçoamento de profissionais da Psicologia, como forma de contribuição prática aos desafios identificados pela pesquisa.

Palavras-chave: Sofrimento psicossocial; trabalho; jovens imigrantes; jovens refugiados; saúde mental.

ABSTRACT

This master's dissertation, developed within the research line Health Assessment and Promotion, of the Graduate Program in Health and Human Development (PPGSDH/UNILASALLE), aimed to understand the experiences of young immigrant and refugee women in the process of integration into Brazilian culture and the labor market in Brazil, as well as to propose coping and health promotion strategies targeted at this population. Epistemologically, the research was guided by the approach of philosophical hermeneutics, associated with the principles of interculturality as both an ethical-political and epistemological perspective, valuing the narratives of the subjects as a legitimate source of knowledge production. This is a qualitative, exploratory, and descriptive investigation, which used as methodological procedures a non-systematic documentary review, individual narrative interviews, and a discussion group with migrant or refugee youth, aged between 18 and 29 years, residing in Canoas/RS and engaged in the labor market, formally or informally. The discursive material was analyzed through Discursive Textual Analysis (DTA), which enabled the identification of four lines of meaning: Cultural dimension – borders and interculturality; Sociopolitical dimension – barriers of tolerance; Labor dimension – restriction of rights; and Communicative dimension – language barriers and boundaries. The relevance of this study lies in the current and complex nature of the migratory phenomenon, which imposes interdisciplinary challenges and demands sensitive responses in the fields of psychology, health, and human development, considering the multifaceted conflicts faced by immigrants and refugees in their displacement processes. As technological-social “products,” a Reference Guide aimed at the immigrant and refugee population and a Short Course for continuing education and training of psychology professionals were developed, as a practical contribution to the challenges identified by the research.

Keywords: Psychosocial distress; work; immigrant youth; refugee youth; mental health.

LISTA DE ABREVIATURAS

ATD	Análise Textual Discursiva
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
RG	Registro Geral
RS	Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WHO	<i>World Health Organization</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estudos aproximados.....	35
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 PRELIMINARES TEÓRICAS 17

- 2.1 IMIGRANTES E REFUGIADOS – ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS 17
- 2.2 SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NO TRABALHO – ASPECTOS PSÍQUICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS 21
- 2.3 TRABALHO, SUBJETIVIDADE E PROMOÇÃO DE SAÚDE – ASPECTOS PSÍQUICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS 26
- 2.4 CONDIÇÃO JUVENIL DE MIGRANTES E REFUGIADOS – ASPECTOS PSICOSSOCIAIS 29

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS 32

- 3.1 REVISÃO DE ESTUDOS APROXIMADOS 32
- 3.2 PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA 37
- 3.3 PERSPECTIVA OPERACIONAL 40
- 3.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES 45
 - 3.4.1 Critérios de Inclusão 46
 - 3.4.2 Critérios de Exclusão 46
- 3.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 47
- 3.6 EXAME DE QUALIFICAÇÃO 47

4 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL “CAMINHO DO BEM” – CAMPO DE ENCONTROS E DIÁLOGOS 48

5 LINHAS DE SENTIDO E COMPREENSÃO DO FENÔMENO 49

- 5.1 DIMENSÃO CULTURAL – ESPERANÇAS E INTERCULTURALIDADE 49
- 5.2 DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA – BARREIRAS DA TOLERÂNCIA 58
- 5.3 DIMENSÃO LABORAL – CERCEAMENTO DE DIREITOS 64
- 5.4 DIMENSÃO COMUNICATIVA – BARREIRAS E FRONTEIRAS DA LÍNGUA 71

6 “PRODUTOS” TECNOLÓGICO-SOCIAIS 75

- 6.1 IDEALIZAÇÃO 75
- 6.2 CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO – Cartilha de Referências 79
- 6.3 CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO – Minicurso 79

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 80

REFERÊNCIAS 83

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 93

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA O GRUPO DE DISCUSSÃO 96

APÊNDICE C – ENTREVISTA NARRATIVA INDIVIDUALIZADA 101

ANEXO A – “PRODUTO” TECNOLÓGICO-SOCIAL [Cartilha de Referências] 103

ANEXO B – “PRODUTO” TECNOLÓGICO-SOCIAL [Minicurso]106

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo Investigar os efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho sobre a condição existencial de jovens migrantes e refugiados em Canoas/RS, a fim de propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde para essa população. As evidências e achados podem, ainda, contribuir para a construção de políticas públicas mais eficazes, e, assim, fomentar a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa para essa população que, muito frequentemente, se vê em condições de vulnerabilização social¹.

Os conceitos de trabalho, sofrimento psicossocial e condição existencial foram entendidos em suas semânticas lato sensu ao longo da pesquisa. Isso permitiu uma variedade de compreensões, tanto de origem teórica quanto empírica, que foram absorvidas pela análise textual discursiva e transformadas em resultados a serem evidenciados.

Realizada sob o olhar da Psicologia, a pesquisa abordou processos psicossociais, desenvolvimento humano e promoção da saúde, instigando a reflexão sobre subjetividade, individualização, psicodinâmica e comportamentos singulares expressos por cada sujeito em sua interação com o meio em que vive e trabalha, além das suas respectivas contingências ambientais, com o intuito de obter uma visão mais abrangente das fontes de sofrimento no trabalho, enfrentadas por esses jovens, assim como compreender como essa experiência afeta suas condições existenciais.

A pesquisa apresenta uma breve revisão da literatura a respeito dos temas ligados à migração, refúgio e trabalho, destacando os desafios enfrentados por

¹ Adota-se, aqui, a nomenclatura “vulnerabilização social”, em lugar da tão empregada “vulnerabilidade”, por compreendermos que essa forma de referir-se ao fenômeno expressa melhor o caráter sócio historicamente determinado da condição a que estão expostos os jovens em questão. A vulnerabilidade está longe de ser uma condição natural, e menos ainda, uma marca identitária a ser naturalizada, associada a certos marcadores sociais específicos. Trata-se, isso sim, de um processo complexo, pelo qual determinados sujeitos são expostos à precariedade das condições psicossociais de suas existências. Entretanto, tais condições de precariedade não os posicionam apenas como “vítimas” (os chamados vulneráveis) da questão social, uma vez que continuam sendo atores de conflitos e lutas por sobreviver e afirmar-se, apesar das condições em que se encontram. Vulnerabilidade social será tratada, então, não como um “atributo” dos sujeitos, mas como um processo social dinâmico, que produz sujeitos e os posiciona tanto objetiva quanto discursivamente no mundo.

essa população e evidenciando os impactos do sofrimento no trabalho, na saúde física e mental dos jovens imigrantes e refugiados, permeado por aspectos teóricos e práticos sobre a conceituação dessa população, aprofundando-se em suas juventudes, aspectos psíquicos, sociais e ambientais, que suscitam sofrimento psicossocial no ambiente laboral, assim como a subjetividade e promoção da saúde necessária para o entendimento e proposição de estratégias de enfrentamento. A importância da pesquisa foi destacada, ressaltando a necessidade de se compreender essas questões para desenvolver estratégias eficazes de intervenção e apoio que, na maior parte das vezes, implica a criação de tecnologias sociais² capazes de incidir sobre a vida cotidiana dos sujeitos, especialmente com a criação de espaços de diálogo e circulação da palavra.

A hipótese levantada, inicialmente, sugeria que os resultados esperados da pesquisa, além de contribuírem para o incremento de um arcabouço teórico sobre juventudes imigrantes e refugiadas, trariam à luz a realidade vivida por esses indivíduos, pressuposto confirmado através da produção e análise do material discursivo.

Como justificativa, o estudo baseou-se na necessidade de compreender e abordar o sofrimento no trabalho enfrentado pelos jovens imigrantes e refugiados na cidade de Canoas/RS, a partir do desenvolvimento de estratégias de intervenção e apoio ao público-alvo deste estudo, favorecendo o acesso a melhores recursos na busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

O problema de pesquisa buscou elucidar o seguinte questionamento: como o sofrimento psicossocial envolvido no trabalho afeta a condição existencial de jovens imigrantes e refugiados em Canoas/RS, e quais estratégias de enfrentamento podem ser implementadas para promover saúde no âmbito laboral?

² Baumgarten (2006) postula que tecnologia pode ser concebida enquanto uma atividade socialmente organizada, baseada em planos e de caráter prático. O emprego do “adjetivo” social significaria que esse conjunto de saberes, processos e metodologias de ação está a serviço da sociedade, em busca de desenvolvimento social e qualidade de vida. O uso conjunto dos termos social e tecnologia mostra a preocupação conceitual de se solucionarem as necessidades da sociedade, dentro da própria esfera de desenvolvimento tecnológico. No campo sanitário, psicossocial e educacional, de modo particular, implicaria pensar em movimentos da práxis, gerados a partir da pesquisa social, com vistas a oferecer alternativas de enfrentamento das problemáticas em pauta.

O delineamento do caminho percorrido para o alcance dos resultados desejados foi estruturado a partir da definição de cinco objetivos de pesquisa, subdivididos em geral e específicos, conforme elencados a seguir.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar os efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho, sobre a condição existencial desses jovens, a fim de propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde. De modo específico, buscou-s: 1) identificar os principais fatores associados ao sofrimento psicossocial no trabalho, enfrentados pelos jovens imigrantes e refugiados em Canoas/RS; 2) analisar como os fatores identificados impactam na condição existencial desses jovens; 3) discutir a dinâmica dos efeitos sofridos pela condição existencial dos jovens pesquisados, articulando as análises à produção científica acumulada sobre o tema; e, 4) propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde para melhorar as condições existenciais de jovens migrantes e refugiados em Canoas/RS, especialmente no âmbito laboral.

A metodologia proposta descreve a epistemologia da pesquisa e narra a operacionalidade desenvolvida para o atingimento dos resultados. A perspectiva epistemológica adotada aproxima a hermenêutica filosófica dos estudos de interculturalidade, fundamentos que marcam não apenas a atitude metodológica de fomento e abertura do diálogo com os jovens, mas também da estratégia de análise adotada, por meio da Análise Textual Discursiva (ATD). O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle (CEP/UNILASALLE), cumprindo todas as exigências formais que regulamentam a pesquisa com seres humanos no país e tendo resultado satisfatório, com consentimento para realização do estudo. O registro do projeto na Plataforma Brasil foi submetido em 20/05/2024, tendo sua aprovação através do protocolo 79664824.0.0000.5307. A presente pesquisa passou, ainda, por validação no exame de qualificação, ocasião na qual foi possível discutir os rumos pretendidos e acolher sugestões da banca para a continuidade, tendo o voto favorável dos examinadores para o desenvolvimento da pesquisa.

Os resultados das análises foram cotejados com a literatura disponível, podendo trazer novas formas de interpretação sobre a realidade posta e validar ou corroborar pesquisas anteriores ou em desenvolvimento. A pesquisa também se propôs – em se tratando de um Mestrado Profissional – a elaborar, junto aos

seus participantes, estratégias de ação capazes de interferir sobre o fenômeno estudado, guiados especialmente pelos fatores de risco psicossociais a que estão expostos os jovens trabalhadores. Não se tratou propriamente de um “produto” no sentido usual que o termo evoca, mas de uma estratégia tecnológico-social que busca incidir em duas direções: tanto sobre a vida e o cotidiano dos jovens, quanto sobre o campo da formação continuada de psicólogos envolvidos e interessados no tema.

Sobre a vida e o cotidiano dos jovens trabalhadores pretende-se incidir por meio do retorno ao campo de estudo para rodas de conversa com os sujeitos, incluindo a apresentação e discussão de uma “cartilha” sob a forma de “Referências”, desenvolvida a partir da pesquisa. Trata-se do material intitulado: *Saúde Mental no Trabalho – Referências para Jovens Imigrantes e Refugiados*. [ANEXO B: “Produto” tecnológico-social (Referências)].

Sobre o campo da formação continuada de psicólogos, pretende-se incidir por meio da oferta de um minicurso sobre o tema, elaborado a partir dos resultados da pesquisa, a ser realizado em parceria com a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS). [ANEXO A: “Produto” tecnológico-social (Minicurso)].

No tocante à relevância pessoal, a temática do sofrimento psíquico no trabalho e a experiência dos sujeitos nesse contexto têm sido um campo de estudos ao qual tenho me dedicado nos últimos anos, seja na graduação em Psicologia ou nos cursos de especialização sobre o contexto psicossocial dos sujeitos, relacionados ao desenvolvimento humano, gestão e processos de trabalho. A oportunidade de desenvolver minha dissertação de Mestrado explorando o contexto de trabalho e a compreensão das diferentes culturas desses jovens é um desafio importante.

Atuo como Auditor do Sistema Único de Saúde (SUS) na Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul desde o ano de 2022 e meu escopo de atuação é a verificação da integridade e conformidade da aplicação de recursos e funcionamento dos serviços e das Políticas Públicas de Saúde. A função desempenhada me implica diretamente com o universo das políticas públicas, da sua gestão e avaliação de sua efetividade, tema transversal diretamente ligado ao universo da pesquisa aqui proposta.

Além disso, como psicólogo e ingressante na carreira de professor universitário, é essencial para minha formação permanente e continuada, compreender as condições de vida dos sujeitos, a psicodinâmica do trabalho, a saúde e o adoecimento psíquico atravessados por processos psicossociais, especialmente no âmbito do trabalho, quando esse último é concebido em sua condição de centralidade nos processos de subjetivação e nos arranjos da vida em sociedade.

A identificação dos fatores associados ao sofrimento psicossocial causado pelo trabalho e o impacto desse sofrimento nas populações específicas, como os jovens imigrantes e refugiados, tem relevância significativa à produção acadêmica, quando se trata da criação e implementação de estratégias de intervenção. Outrossim, esse estudo traz elementos que propiciam o melhor entendimento dos processos interculturais entre os povos refugiados e/ou imigrantes e a cultura brasileira, envolvendo os impasses e entraves à construção de um horizonte comum.

Em um mundo marcado por intensas mobilidades humanas e dinâmicas culturais complexas, compreender as experiências dos jovens migrantes torna-se cada vez mais essencial. De mais a mais, a pesquisa pode fornecer elementos para a continuidade da discussão sobre as complexidades e desafios enfrentados por esses jovens, contribuindo para construções teóricas e abordagens mais abrangentes no campo da psicologia do trabalho, saúde e desenvolvimento humano, fomentando o diálogo e o trabalho interdisciplinar que articula o campo das ciências sociais e dos estudos migratórios. Atender às demandas e promover saúde com essa população em contextos de diversidade e diálogo intercultural se torna um fator importante ao debate acadêmico e à agenda política, visto o aumento crescente desses sujeitos em território brasileiro.

O fenômeno migratório tem ganhado crescente visibilidade na esfera pública, impulsionado por coberturas midiáticas que impactam ao mostrar o deslocamento massivo de populações inteiras forçadas a cruzar fronteiras em busca de segurança e melhores condições de vida, normalmente em função de conflitos sociais, violências estruturais e/ou desastres ambientais. Conforme levantamento da UNICEF, apenas no primeiro semestre de 2023, mais de 40 mil crianças e adolescentes atravessaram a selva do Darién. Ainda no mesmo

período, a OBMigra oficializou a informação de que 44,3% das pessoas reconhecidas como refugiadas eram menores de 18 anos. No caso específico do Rio Grande do Sul, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) aponta que aproximadamente 46 mil migrantes vivem no estado, sendo em sua maioria venezuelanos (29 mil) e haitianos (12 mil), grande parte deles inseridos por meio do programa de interiorização promovido pelo governo federal. Desse total, cerca de 41 mil se encontram em situação de refúgio ou necessitam de proteção internacional, e, conforme registros do CADÚnico/SUAS, aproximadamente 35 mil vivem em condições de vulnerabilidade.

Em Canoas/RS, de janeiro de 2000 a março de 2022, 4.727 imigrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra). A *maioria são venezuelanos*, mas há também haitianos e senegaleses, sendo mais de 35% deles, sujeitos na faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, intervalo etário constitucional das juventudes no Brasil (NEPO/UNICAMP, 2022).

A maioria de imigrantes venezuelanos em Canoas se refletiu claramente na pesquisa, uma vez que o campo de acesso aos sujeitos foi a OSC Caminho do Bem, localizada no bairro Guajuviras, onde a concentração de imigrantes venezuelanos é notória. Acabaram por participar das entrevistas e do grupo de discussão, 05 (cinco) jovens venezuelanas, todas elas mulheres, com idades entre 18 e 29 anos, residentes no município.

Hoje, estima-se que residam em Canoas/RS, cerca de 3,5 mil migrantes, conforme dados do Boletim Informativo da População Migrante/2023, elaborado pela Divisão de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde do Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde. (POPES/DAPPS/SES/RS, 2023).

Os jovens imigrantes e refugiados em Canoas enfrentam desafios significativos em termos de acesso a direitos básicos, incluindo saúde, educação, trabalho digno e qualidade de vida. A pesquisa alia-se aos esforços por aumentar a conscientização sobre essas adversidades e fornecer elementos para a promoção e qualificação de políticas públicas e programas que abordem as necessidades desses jovens, de modo a combater a discriminação, o preconceito e o choque de cultura enfrentados por esses sujeitos, promovendo uma

sociedade mais justa e inclusiva.

De modo particular, destacou-se na pesquisa a demanda pela criação de práticas favoráveis ao diálogo intercultural, condição que ultrapassa a mera inserção dos imigrantes e refugiados na sociedade brasileira, alcançando a dinâmica das relações e dos encontros onde a palavra pode circular e se possa construir práticas de narrativa e elaboração da experiência migratória vivida.

2 PRELIMINARES TEÓRICAS

Essas notas teóricas preliminares visam delinear um campo de aproximações ao tema, situando a problemática da pesquisa no plano mais geral da produção científica sobre o fenômeno. Não pretendem esgotar ou exaurir os temas centrais, mas, isso sim, dar a conhecer as vertentes temáticas que ancoraram a formulação e o delineamento do problema, permitindo formulá-lo nos termos em que se deu ao pesquisador, ainda antes de enfrentá-lo no contato empírico e dialógico com o campo e os sujeitos da pesquisa.

2.1 IMIGRANTES E REFUGIADOS – ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

Assegurados, no Brasil, pelas Leis nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, os refugiados são definidos pelo referencial normativo como todo indivíduo que “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, encontram-se fora de seus países de nacionalidade, não podendo ou querendo “acolher-se à proteção de tal país”. O conceito de refugiado é ampliado aos que “não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes” tiveram suas residências habituais, não possam ou não queiram retornar a eles ou que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos”, são obrigados a deixar seus lares “de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997).

Para além da legislação, as dinâmicas sociais e contextuais envolvidas nesse processo, vêm ganhando proporções nas últimas décadas, sobretudo no

debate teórico-cultural, trazendo à luz os pontos críticos que emergem e se apresentam como grandes desafios a serem discutidos, mapeados e enfrentados, para a efetiva inserção – ou reinserção – desses indivíduos na nova cultura.

Martins-Borges (2013, p. 151), ao tratar do tema, em seu artigo intitulado “Migração Involuntária como fator de Risco à Saúde Mental”, aduz que o “deslocamento forçado de pessoas é um dos fenômenos que podem ser relacionados a conflitos políticos e sociais, guerras e catástrofes naturais”, dando origem a partidas não-planejadas, que frequentemente acabam por vir “acompanhadas de sofrimento psicológico diretamente ligado às perdas e ao traumatismo ao qual foram submetidas”. Saglio-Yatzimirsky (2015, p. 176), nesse mesmo sentido, complementa que, não raro, “migrações forçadas serão vividas como trauma extremo, uma vez que os acontecimentos que levam o sujeito a migrar são sempre impregnados de horror: a morte violenta dos familiares, o abuso, a perda simbólica da terra”.

Embora o assunto encontre fulcro e recorrência históricos, o tema “mobilidade das grandes massas humanas”, na visão de Cruvinel e Cunha (2019, p. 2), assume “relevância particular na contemporaneidade” – a crescente no número de refugiados e migrantes, na visão das autoras, “provoca tensões e confrontos que precisam ser pensados em um contexto de globalização o qual, aparentemente, deveria diminuir as diferenças e aumentar o limiar de tolerância entre os humanos”.

Silva et al. (2022, p. 3), por outro lado, complementam que, “ao contrário de outros tipos de migração, o(a) refugiado(a) tem uma característica que lhe é peculiar”:

[...] sair do seu país de origem não por vontade própria em busca de melhores condições de vida, mas sim movido por fundados temores de perseguição relacionados a fatores como religião, raça, nacionalidade, opiniões políticas, guerras civis e graves violações de direitos humanos, conforme a definição trazida pela Lei n. 9.474/1997 (BRASIL, 1997), não podendo ou querendo gozar da proteção nacional de sua antiga nação (SILVA et al., 2022, p. 3).

Apesar dos desafios ainda visíveis, esses movimentos migratórios e de refugiados têm ganho, nos últimos anos, real importância para os órgãos, fóruns e

observatórios internacionais. Diversos desastres naturais, economias decadentes, conflitos armamentistas, demandas de mão de obras, instabilidade política, entre outros fatores, culminam na necessidade de grupos e comunidades terem de tomar a fatídica decisão de abandonar seus lares – quando ainda existem –, deixando para trás suas culturas, em benefício da manutenção de suas vidas ou de melhores condições econômico-sociais.

Os refugiados, de acordo com Martins-Borges (2013, p. 152), “pelo caráter involuntário e repentino de seu deslocamento, transportam consigo muito pouco do que até então caracterizava sua identidade: hábitos, relações, *status* profissional e social, residência”, o que faz introjetar ao sentimento da partida não desejada, certo grau de “sofrimento psicológico diretamente ligado ao traumatismo ao qual foram submetidos no período pré-migratório e migratório”. Esses sentimentos encontram, ainda, outra frequente barreira: a adaptabilidade desses sujeitos a espaços de trabalho e economias distintas das de sua origem.

Scherer e Grisci (2022, p. 1), nesse espectro, acrescentam que “vida e trabalho no percurso de refugiado estão entre os mais recentes desafios contemporâneos que instigam o olhar e o pesquisar”. Para as autoras, “no país de destino, refugiados seguem a linha de seu percurso, em meio a estriagens, na busca por trabalho”, o que não ocorre sem a formação de barreiras: as relações de trabalho propostas a esses sujeitos, muitas vezes, estão associadas a “[...] trabalho flexível, barato, pesado, decalcado para o refugiado, pela mídia e pela sociedade”, sem esquecer, indubitavelmente, dos “casos que explicitamente caem na exploração” (SCHERER; GRISCI, 2022, p. 6).

Pensar sobre o tema, entretanto, não pode significar um exercício esvaziado de prática – Menezes e Reis (2013, p. 145), nesse sentido, trazem para a cena uma importante constatação:

No que concerne à vida dos refugiados em seus países de acolhida, os debates sobre direitos humanos e refúgio frequentemente se limitam a demonstrar como os direitos humanos desses indivíduos vêm sendo desrespeitados nesse ambiente – enfatizando o fato de que a maior parte dos refugiados se encontra em países pobres e reafirmando a constatação (embora não se aprofundem na questão) de que a prerrogativa da soberania estatal possibilita o provimento de respostas insatisfatórias para a problemática (MENEZES; REIS, 2013, p. 145).

Na contramão da evidência demonstrada por Menezes e Reis, estudo de

Indursky e Conte (2015), intitulado “Trabalho psíquico do exílio: o corpo à prova da transição”, menciona projeto que “[...] disponibiliza tratamento psicanalítico aos sujeitos, vítimas de violência e perseguição, que chegam ao Brasil tratados como refugiados”, uma parceria “entre a Sigmund Freud Associação Psicanalítica, instituição de formação e transmissão da psicanálise de Porto Alegre (RS), e a Associação Padre Antônio Vieira (Asav), instituição associada à Organização das Nações Unidas (ONU)” (INDURSKY; CONTE, 2015, p. 274).

Entender as questões estruturantes sobre adaptabilidade e inserção de sujeitos em culturas e economias diversas das suas de origem e os consequentes desafios associados ao choque de culturas, tem sido objeto de análise de diferentes atores, como os governos de países destinatários, organizações internacionais, academia, iniciativa privada, sociedade civil e associações de migrantes e refugiados. Pensar o assunto, entretanto, deve conceber-se a partir da união indissociável entre teoria e prática, resultando na elaboração de políticas públicas e ações permanentes da sociedade civil, que deem conta de fazer do país de destino dos migrantes e refugiados um ambiente salubre e seguro.

No que tange a realidade migratória venezuelana, em particular, que tomou importância nessa pesquisa, vale fazer algumas notas preliminares breves, a fim de contextualizar o fenômeno. Embora não se tratasse de um estudo originalmente destinado a investigar elementos da migração venezuelana, a composição do grupo de jovens participantes impôs um olhar mais cuidadoso sobre essa condição, sem o qual corria-se o risco de desconsiderar especificidades relevantes.

O grande fluxo emigratório venezuelano é efeito de um extenso processo político e socioeconômico, acentuado a partir dos anos 2010, quando os preços do petróleo caem sucessivamente junto ao mercado internacional. Em função de decisões políticas não assertivas de seus governantes ao longo tempo, a população venezuelana passou a sofrer as consequências econômicas devastadoras de sua principal commodity declinar repentinamente no mercado internacional. Além disso, uma política social assistencialista de caráter populista como paliativo para a crise, colaborou decisivamente para que se estabelecesse uma das mais graves crises migratórias vividas na América Latina.

Inicialmente se observa que a crise política e econômica instalada na Venezuela se dá em função da desestabilização política governamental, que resultou na ruína da estrutura econômica do país. Os reflexos sociais disso são imediatos e sentidos diretamente pela população, impactando especialmente a parte mais pobre da sociedade, que passa a viver as consequências extremas da escassez de trabalho, baixa produção interna e queda radical do poder de consumo, isso refletindo em altos índices de inflação, assim como na falta de itens de consumo de primeira necessidade.

Num segundo momento, a desestabilização estatal venezuelana deu margem a contrapontos institucionais e políticos com práticas controversas de agentes públicos e privados dentro do Executivo, com fortes marcas de corrupção e cooptações entre as principais esferas do Estado. Tudo isso contribuiu para a falência estatal da Venezuela, especialmente a partir do ano de 2013 com a ascensão de Nicolas Maduro ao poder central. Até então vice-presidente, considerado uma figura moderada no meio político, Maduro se revela um político extremista, considerado por muitos como um ditador, e se perpetua no poder. Em linhas gerais, e sem adentrar na discussão das controvérsias políticas que envolvem as relações da Venezuela com países vizinhos e, especialmente sua oposição frontal às políticas norte-americanas, é que se presenciará a maior crise migratória do país. O Brasil, por diferentes razões, se tornou um dos destinos privilegiados para tais emigrantes e refugiados.

2.2 SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NO TRABALHO – ASPECTOS PSÍQUICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

As frequentes mudanças demográficas, as crescentes nas taxas de desemprego e a ascensão das crises político-econômicas internacionais apontam para um cenário de desafios prementes de ordem mundial, levando indivíduos a deslocamentos forçados, em “busca de melhores condições de vida e de trabalho”, dando origem, não raro, a “[...] movimentos migratórios clandestinos”, que, por vezes, resultam em “circunstâncias sociais graves [...]”, potencializando “[...] a vulnerabilidade social do migrante” (FUTINO; AMARAL, 2020, p. 173).

Silva e Teixeira (2020, p. 419), por esse espectro, relatam que,

frequentemente, os processos migratórios acabam por vir acompanhados de relações de trabalho baseadas na informalidade, o que “implica uma degradação da qualidade de vida e da proteção social, haja vista a vulnerabilidade em que esses trabalhadores se encontram”. Scherer e Prestes (2019, p. 3), nesse mesmo sentido, denotam, ainda, que “mesmo com os direitos assegurados pela legislação, a realidade das relações de trabalho de imigrantes e refugiados (as) é incipiente e nebulosa”, amplificados por obstáculos “[...] relacionados ao idioma português e às questões culturais”, “[...] dificuldades no mercado de trabalho, ao acesso à educação superior e aos serviços públicos de saúde e moradia” (BÓGUS; FABIANO, 2015, p. 135) – barreiras, essas, que condicionam, muitas vezes, os sujeitos migrantes e refugiados ao subemprego e à informalidade.

Silva e Teixeira (2020, 412), por outro lado, aduzem que “muitos refugiados chegam ao Brasil bem qualificados para as necessidades do mercado de trabalho brasileiro”, colidindo, entretanto, em entraves burocráticos no “reconhecimento de títulos de formação educacional” (SILVA; TEIXEIRA, 2020, 412), acabando “à margem da sociedade e normalmente sem escolhas ou oportunidades no mercado formal de emprego”, restando a “informalidade como a única alternativa para a sua subsistência” (SILVA; TEIXEIRA, 2020, 419) – desafio, esse, que “acomete especialmente os refugiados com ensino superior, ante as dificuldades para revalidar os títulos e para adaptação em um novo país” (SILVA; TEIXEIRA, 2020, 415).

Nesse sentido, Marinucci (2017, p. 7) argumenta que “mesmo nos países menos afetados pela crise, os trabalhadores estrangeiros [...] continuam envolvidos nos nichos laborais mais precários e subpagos”, o que somado à obstaculização do “acesso a direitos trabalhistas e previdenciários” e aos “salários que não garantem uma vida digna, seja porque o trabalhador é excluído do modelo formal de emprego por ser um excedente, o que acontece com frequência entre os refugiados”, culminam na “degradação da qualidade de vida e da proteção social” desses indivíduos (SILVA; TEIXEIRA, 2020, 421-423).

Os indicadores e as evidências empíricas dessa movimentação social, no Brasil, apontam para um cenário de recorrência: os refúgios e migrações no país são fatores predominantemente associados ao "protagonismo masculino, com baixo grau de escolaridade e de empregabilidade em setores da construção civil e

da alimentação” (SCHERER; PRESTES, 2019, p. 12). Scherer e Prestes (2019, p. 8), com fulcro na base de dados do Relatório de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), apontam que “de 2010 a 2016, a proporção média de imigrantes no mercado de trabalho formal, segundo o sexo, foi de 71% de homens e 29% de mulheres”.

As mulheres, de acordo com os autores, apesar de possuírem “maior grau de escolaridade que os homens, [...] não contam com a maior aderência ao mercado de trabalho, por conta dos estereótipos de gênero e acúmulo de opressões” (SCHERER; PRESTES, 2019, p. 12). Essa visão de gênero é ampliada no estudo intitulado “Uma reflexão sobre desigualdade de gênero e saúde no contexto da migração: Que desafios e respostas para a promoção da saúde das mulheres migrantes?”, de Dias, Nunes e Gama (2020, p. 105), que defendem:

[...] o gênero tem influência no acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como nas condições socioeconômicas, laborais e de vida, o que leva a desigualdades sociais, discriminação e exclusão social com forte impacto na saúde (VLASSOFF, 2007). Disparidades de rendimento, ocupação e maior carga de tarefas domésticas não remuneradas tornam as mulheres mais suscetíveis a piores resultados em saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016 *apud* DIAS; NUNES; GAMA, 2020, p. 105).

De acordo com as autoras, a “vulnerabilidade em saúde pode ser particularmente acentuada no contexto da migração, em que muitas mulheres migrantes experienciam uma dupla vulnerabilidade: a exposição a desigualdades sociais de gênero”, que, por vezes, acabam por ser somadas a “situações e discriminação, exclusão social e violência no processo migratório” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016 *apud* DIAS; NUNES; GAMA, 2020, p. 105).

Senger (2021, p. 19), por outro lado, em seu estudo “Refugiados e migrantes: interfaces entre integração social e políticas públicas”, chama a atenção para um aspecto importante: embora parte dos refugiados e migrantes estejam inseridos no mercado de trabalho formal, “percebe-se que muitos ainda têm carga horária excessiva e baixos salários”, atuando “[...] em áreas muitas vezes desvalorizadas e rejeitadas pelos brasileiros, portanto, [...] ocupando cargos com pouca visibilidade”. Apesar de manterem vínculos regulamentados de emprego, nem sempre proteções laborais são preservadas: a formalização de

emprego não garante que refugiados e migrantes tenham seus direitos trabalhistas respeitados (SENGER, 2021).

Esse assunto também é retratado no estudo qualitativo, com observação participante, de Bispo (2019, p. 95), intitulado “Trabalho, Modos de Vida e Cuidados em Saúde entre Imigrantes Bolivianos em São Paulo”, que ressalta:

No tocante às desigualdades e condições de trabalho inferiorizadas, se destacam as experiências vivenciadas pelas mulheres bolivianas. Em diversas oficinas, sua subcondição de trabalho é intensificada. Além de desempenharem o ofício da costura, acumulam funções como limpeza, preparo de alimentos, entre outras funções que sobrecarregam sua rotina laboral e prejudicam sua produtividade e, conseqüentemente, seus rendimentos financeiros em comparação aos trabalhadores do sexo masculino (BISPO, 2019, p. 95).

Apesar das evidências teóricas em torno dos papéis de gênero, que ressaltam disparidades entre homens e mulheres, há um fator predominante e recorrente que caracteriza a vivência laboral desses sujeitos (sejam homens ou mulheres), o qual não se pode perder de vista: “independentemente da origem/formação/qualificação, existe um mercado de trabalho direcionado para esse(a) imigrante e refugiado(a), que é aquele onde o nativo não quer atuar” (SCHERER; PRESTES, 2019, p. 12).

Entendendo o trabalho como um “dos alicerces da saúde mental dos sujeitos”, dada “a importância que possui na constituição da identidade, no reconhecimento e na vinculação social”, torna-se evidente a “necessidade de elucidação sobre quais condições psicossociais” atreladas às condições laborais influenciam sobremaneira os “aspectos da promoção de qualidade de vida, bem-estar e autonomia”, em direção à “emancipação dos sujeitos e de seus direitos, indo contra a lógica vigente que coloca o capital acima de todos os devires” (GREGOVISKI et al., 2022, p. 4).

Para Vasconcelos e Farias (2008, p. 453), “a organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental dos indivíduos”, ao passo em que esse – ou seja, o trabalho – é entendido como fator fundamental e estruturante da “Saúde Mental de seus integrantes”, podendo afetar, sobremaneira, os indicadores de desempenho, de absenteísmo, ou até mesmo, de acidentes de trabalho de uma organização – aspectos, esses, amplamente referenciados no campo da Saúde do Trabalhador.

A Saúde do Trabalhador, assim entendida como uma área inserida na saúde pública que visa à identificação, o entendimento e o manejo de variáveis e determinantes que levam os sujeitos ao adoecimento pelo e no ambiente de trabalho, tem como um de seus objetos de análise os agravos relacionados à saúde mental que acometem sujeitos trabalhadores. Para Brasil (2001, p. 17):

[...] entre os determinantes da saúde do trabalhador estão compreendidos os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de risco ocupacionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e aqueles decorrentes da organização laboral – presentes nos processos de trabalho. Assim, as ações de saúde do trabalhador têm como foco as mudanças nos processos de trabalho que contemplem as relações saúde-trabalho em toda a sua complexidade, por meio de uma atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (BRASIL, 2001, p. 17).

O ambiente de trabalho, suas variáveis e determinantes são fatores que influenciam nessa dinâmica, podendo trazer sensações de prazer e desprazer, assim como estimular o surgimento e/ou intensificação de determinadas psicopatologias. Para Brasil (2001, p. 161),

[...] o trabalho ocupa, também, um lugar fundamental na dinâmica do investimento afetivo das pessoas. Condições favoráveis à livre utilização das habilidades dos trabalhadores e ao controle do trabalho pelos trabalhadores têm sido identificadas como importantes requisitos para que o trabalho possa proporcionar prazer, bem-estar e saúde, deixando de provocar doenças. Por outro lado, o trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não-reconhecido ou que se constitua em fonte de ameaça à integridade física e/ou psíquica, pode desencadear sofrimento psíquico (BRASIL, 2001, p. 161).

Entendendo o trabalho como fator estruturante da personalidade, do desenvolvimento e do bem-estar social dos sujeitos, torna-se fundamental a ampliação dos debates em torno da construção de políticas públicas, que deem conta de responder, não apenas na teoria, os desafios que se põem às populações migrantes e refugiadas, que encontram, não raro, entraves e vulnerabilidades nos países de destino, o “que se acentua quando a condição migratória se intersecciona com questões de gênero, etnia ou religião” (MARINUCCI, 2017, p. 7).

2.3 TRABALHO, SUBJETIVIDADE E PROMOÇÃO DE SAÚDE – ASPECTOS PSÍQUICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

A inter-relação saúde-trabalho-doença “há muito tempo vem sendo objeto de estudos, em virtude da sua relevância para o homem e para a sociedade” (FERNANDES et al., 2018, p. 278), tendo prevalência na “segunda metade do século passado”, momento em que passa a ser institucionalizado o tema “[...] sofrimento no trabalho, especialmente o de natureza mental” – importante avanço “para se discutir o trabalho, seu significado, seu valor e sua função na compreensão da subjetividade, como também do modo como se estruturam os laços sociais e se vive em sociedade” (BENDASSOLLI, 2011, p. 68).

Nardi (2006, p. 65), nesse sentido, acrescenta que, enquanto anteriormente, o “taylorismo e o fordismo impuseram um modo de subjetivação marcado por processos disciplinares vinculados a uma forma particular de organização do trabalho”, hoje, “[...] o movimento atual do capitalismo modifica as micropolíticas presentes nos locais de trabalho e aponta para uma nova configuração do jogo de poder que envolve o Estado, o Capital e o Trabalho”, o que exige um perfil de “trabalhador mais flexível, com habilidades pessoais e de relacionamento que permitam o trabalho em equipe, as quais são consideradas tão importantes quanto às habilidades técnicas para a função” (NARDI, 2006, p. 68). Essa nova concepção de trabalho, entretanto, “revoluciona não apenas a produção material” ou a “transformação nas forças produtivas”, mas, também, estabelece “diferentes formas de trabalhar, de se relacionar e de subjetivar”, o que promove uma “progressiva individualização e responsabilização pessoal, [...] não mais coletiva, pela produção” (ROCHA; AMADOR, 2019, p. 13).

O cenário globalizado, que constantemente amplifica “a fragmentação das atividades laborais, aliada à competitividade no mercado de trabalho” e ao sentimento de “medo do desemprego, induz o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas” (FERNANDES et al., 2018, p. 278) – esse fenômeno,

tão comum e intimamente atrelado aos ambientes de trabalho contemporâneos, frequentemente marcados pela precarização, “[...] compromete a saúde, a segurança e a dignidade dos trabalhadores” (PEREIRA et al., 2020, p. 2).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), nesse sentido, argumenta “[...] que os riscos psicossociais e o estresse relacionado ao trabalho conduzem a comportamentos que afetam a saúde, como uso de substâncias psicoativas e consumo abusivo de álcool, podendo ser responsáveis também por distúrbios do sono e excesso de peso”. Entre os fatores que têm “[...] contribuído para o estresse relacionado ao trabalho”, a OIT ressalta, ainda: “demandas por contratos flexíveis, fragmentação do mercado de trabalho, *downsizing* (redução da empresa com demissão de trabalhadores)”, “[...] terceirização, contratos temporários e insegurança no trabalho, maior carga de trabalho e aumento da pressão, além de baixo equilíbrio entre a vida pessoal e trabalho” (PEREIRA et al., 2020, p. 3).

Fernandes et al. (2018, p. 285), ao tratarem do tema, com fulcro no conteúdo produzido por Ambrosio (2013) e Moreira, Maciel e Araújo (2013), argumentam: “o trabalho vem deixando de ser uma atividade de realizações pessoais para tornar-se fonte de frustrações, que levam os indivíduos a não se reconhecerem nas tarefas que executam” tornando-se “descrentes, distantes e sem envolvimento emocional, o que contribui para a depressão” e o surgimento de outras doenças psicossomáticas (FERNANDES et al., 2018, p. 285).

Pereira et al. (2020, p. 3), em estudo intitulado “Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho”, publicado na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, relatam:

[...] no Brasil, segundo dados da Previdência Social, os transtornos mentais são a terceira causa de afastamentos entre os trabalhadores segurados. Embora apresentem baixa letalidade (pouco mais de 1% da mortalidade), os transtornos mentais são responsáveis por mais de 12% da incapacitação decorrente de doenças, percentual que sobe para 23% em países desenvolvidos. Das dez principais causas de incapacitação, cinco são transtornos psiquiátricos, sendo os principais a depressão (13%), o alcoolismo (7,1%), a esquizofrenia (4%), o transtorno bipolar (3,3%) e o transtorno obsessivo-compulsivo (2,8%) (BRASIL, 2016; LOPEZ; MURRAY, 1998 *apud* PEREIRA et al., 2020, p. 3).

Entender as dinâmicas e os contextos laborais, que expõem sujeitos trabalhadores a constantes situações de sofrimento e adoecimento no trabalho,

torna-se fundamental, deixando de figurar enquanto protagonista apenas no palco atinente ao mundo corporativo e passando a ocupar espaço também enquanto fator condicionante nos processos de saúde-doença. Pereira et al. (2020, p. 2), ao analisarem o panorama atual atrelado ao ambiente de trabalho brasileiro, argumentam que é preciso levar em conta “[...] a flexibilização, a intensificação do trabalho e a perda de direitos trabalhistas”. Gaulejac (2007, p. 310), autor do livro “Gestão como Doença Social: Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social”, por esse aspecto, argumenta que:

Por não poder transformar as condições de trabalho para torná-las menos patogênicas, cada trabalhador é remetido a si próprio. O estresse, a ansiedade, o esgotamento profissional são tratados em nível individual em seus efeitos psíquicos ou psicossomáticos, com o auxílio de psicólogos e de psiquiatras. A empresa externaliza desse modo as consequências da violência das relações de trabalho que ela gera. O desemprego, assim como o estresse, não é um problema para a empresa, pois ela não sofre suas consequências. Cabe aos trabalhadores e aos cidadãos assumir seu fardo psicológico e financeiro (GAULEJAC, 2007, p. 310).

É nesse sentido que o Psicólogo do Trabalho Yves Clot (2013, p. 4) argumenta: “[...] a realidade do trabalho reclama menos uma cauterização superficial e mais uma verdadeira operação, na qual os cirurgiões, já em ação, devem ser secundados”. Esse entendimento nos leva a crer que, cada vez mais, é necessário criar núcleos intra e extra laborais, que promovam a saúde do trabalhador e deem conta de mitigar os fatores de riscos psicossociais associados ao trabalho, assim como os já tão intensos efeitos da precarização laboral, sob o pretexto de a crise econômica. É preciso, sim, estimular a vitalidade e o desenvolvimento das organizações – das quais, somos reféns –, sem olvidar, entretanto, que sem o capital humano, nenhuma delas sobreviverá.

Ainda sobre o tema, Yves Clot, em conferência apresentada em setembro de 2007, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, ao responder à pergunta “o que é ergoterapia para Tosquelles?” (psiquiatra e escritor catalão), traz à luz um importante entendimento:

Não se trata de fazer os doentes trabalharem, para diminuir tal ou qual sintoma. Trata-se de fazer trabalhar os doentes e o pessoal que os trata, para cuidar de quem? Para cuidar da instituição. Para que a instituição e o pessoal de saúde captem no vivo – notem a expressão aqui – captem no vivo que os doentes são seres humanos sempre responsáveis por aquilo que fazem, o que só pode ser colocado em evidência na condição

de fazer alguma coisa. Vejam, se eu retomar essa frase e transplantá-la para a análise do trabalho, isso vai nos dar coisas muito interessantes do ponto de vista da ação. Isso significa que não se trata, em matéria de análise do trabalho, de cuidar do trabalhador, trata-se de, no método de ação, fazer trabalhar os trabalhadores para cuidarem do trabalho (CLOT, 2010, p. 221-222).

Para Bendassolli (2011, p. 70), se de um lado, parece não restar “[...] dúvidas de que o sofrimento no trabalho, como nova modalidade de mal-estar, é uma categoria analítica que norteia a ação de diversos atores que pesquisam e intervêm nos contextos de trabalho”, de outro, “parece menos comum a existência de debates sobre a natureza, as razões e implicações dessa tomada de posição diante do sujeito e o trabalho” (BENDASSOLLI, 2011, p. 70). Romper com a lógica de gestão calcada na “tirania do curto prazo” – definição trazida por Clot (2013, p. 2), ao se referir a uma grande quantidade de direções de empresas –, parece ser uma caminho (mas não a resposta) para atenuar os impactos causados pelo trabalho à saúde física e mental dos trabalhadores.

2.4 CONDIÇÃO JUVENIL DE IMIGRANTES E REFUGIADOS – ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

Os jovens, assim definidos pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 – que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude –, são aqueles com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

O tema “juventude”, não só na concepção teórico-normativa, também “vem ganhando importância gradativa nas ciências sociais desde o início do século XX” (VELOSO; BARBOSA, 2012, p. 17), alcançando maior visibilidade nos últimos anos no Brasil, “[...] como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores” (SPOSITO, 2009, p. 17). Na visão de Veloso e Barbosa (2012, p. 17), “nada mais natural do que esse interesse no jovem e na juventude na época atual, se considerarmos que ele reflete as extensas transformações sociais pelas quais tem passado a sociedade contemporânea”.

As definições – de jovem e juventude –, entretanto, não podem ser entendidas como um conceito estanque ou estático, pelo contrário: Veloso e

Barbosa (2012, p. 21) argumentam, nesse sentido, que “ao se tratar de jovens [...], estamos tratando de uma realidade plural e multifacetada” e, “assim como outros sujeitos sociais”, essa população é definida “[...] por múltiplas dimensões, tais como as de gênero, grupo étnico, cor de pele, classe, local de moradia, cotidianos e projetos de futuro [...]”.

Projetos de futuro, esses, que incluem o tema “Jovens e Trabalho”, uma das perspectivas em torno do conceito de juventude que, segundo Corrochano Nakano (2009, p. 17):

[...] abrange um conjunto de teses e dissertações que têm em comum a análise da relação de crianças, adolescentes e jovens com o mundo do trabalho. Diversamente do Estado do Conhecimento Juventude e Escolarização (1980-1998) na área de Educação, em que um dos temas organizava-se em torno da tríade: jovens, mundo do trabalho e escola, aqui se concentram pesquisas que ultrapassam os muros escolares para estudar a relação dos jovens com o trabalho. As investigações são fortemente inspiradas pela crise e pelas transformações do mundo do trabalho, especialmente o assalariado, a partir dos anos 1990. Este processo levou a interrogações em torno do lugar da esfera do trabalho na vida de crianças, adolescentes e jovens, de suas experiências concretas neste espaço diante de um cenário de desemprego e precarização das relações trabalhistas, das novas (ou não) relações entre educação e trabalho e das ações públicas implementadas por diferentes atores para lidar com esta conjuntura (NAKANO, 2009,p. 17).

As sociedades ocidentais industrializadas, no viés de Applebaum (1995), citado por Lemos, Cavazotte e Viana (2012, p. 296), “se estabeleceram em torno das atividades produtivas”, sendo, nessas “culturas, as organizações sociais e as organizações do trabalho [...] intrinsecamente relacionadas”. A participação no mundo do trabalho, de acordo com o autor, “é uma condição normativa, tornando-se “uma espécie de eixo central em torno do qual a vida das pessoas se organiza [...]” (LEMOS, CAVAZOTTE E VIANA, 2012, p. 296).

Entender as dinâmicas, os sentidos e as manifestações que o trabalho implica no contexto juvenil, na contemporaneidade, assim, torna-se mister, sobretudo no que tange à população de jovens migrantes e refugiados, para os quais, não se devem apenas propor concepções teórico-acadêmicas esvaziadas de prática, mas sim, definir e criar políticas públicas efetivas, capazes de promover uma sociedade inclusiva e equitativa, sem os quais, incorremos no risco de expor essa população a ainda mais vulnerabilidades sociais.

Sposito (2009, p. 17), nesse sentido, explicita um contraponto: a “visibilidade da questão juvenil na sociedade contemporânea, [...] opera de forma

contraditória: de um lado, suscita o interesse acadêmico, mas, de outro, impõe a tomada de distância dessa mesma visibilidade”.

Castro, Abramovay e De Leon, em seu livro “Juventude: tempo presente ou tempo futuro?”, relatam que:

Cerca de um terço dos migrantes de países em desenvolvimento são jovens, o que corresponde a aproximadamente 20% a 25% do estoque mundial. Quando, na definição de jovens, são incluídos aqueles entre 25 e 29 anos, estes representam metade do fluxo migratório nos países em desenvolvimento e um terço do estoque mundial de jovens. Considerando tais padrões, dir-se-ia que de 32 a 39 milhões de jovens migrantes são originários de países em desenvolvimento (CASTRO, ABRAMOVAY, DE LEON, 2007, p. 148).

Os mesmos autores complementam: “entre os riscos da migração para os jovens, citam-se o status de não-documentados e o tráfico de seres humanos, particularmente mulheres, para exploração sexual”, o que configura um dado alarmante: “estima-se que entre 600 mil e 800 mil pessoas são traficadas entre fronteiras a cada ano, a maioria mulheres” (CASTRO, ABRAMOVAY, DE LEON, 2007, p. 149).

Na visão de Machado e Matias (2006, p. 4), nas sociedades modernas avançadas, muitos jovens passam do “sistema do ensino para o mercado de trabalho”, numa transição nem sempre alicerçada em critérios adequados de inserção laboral, o que faz emergir processos de adoecimento mental. Arias e Tardivo (2021, p. 155-156) argumentam que existe uma tendência de estudos relacionados à temática valorizarem:

[...] as categorias de depressão e transtorno de estresse pós-traumático para se referir aos sofrimentos psíquicos dessa população, porém, as pesquisas mais recentes chamam a atenção para a necessidade de se considerar a experiência da migração dentro de um contexto político e cultural, para que assim possamos compreender suas experiências emocionais de maneira mais ampla e não apenas as enquadrando em critérios diagnósticos pré-estabelecidos, muitas vezes criados a partir de observações clínicas centradas em realidades culturais ocidentalizadas e advindas do hemisfério norte. Concluiu-se ainda que a saúde mental dos refugiados é uma importante questão de saúde pública, já que este é um tema emergente no Brasil (ARIAS; TARDIVO, 2021, 155-156).

Nesse ponto, Martin, Goldberg e Silveira (2018) referem que “[...] o processo de inclusão dos imigrantes nas políticas públicas de saúde brasileiras têm evidenciado importantes problemas”, dentre os quais “inserções precárias de trabalho, condições de vida comprometidas pela não inclusão com a realização

plena de direitos, ausência de respeito às diferenças e à diversidade, assim como atos de racismo,” (ARIAS; TARDIVO, 2021, p. 153). A inserção inadequada desses sujeitos no ambiente laboral brasileiro, entretanto, não se trata de um efeito exclusivamente atual ou sequer está imbricada ao panorama contemporâneo da sociedade, pelo contrário, tem origem histórica. Villen (2015, p. 248), ao tratar do assunto, afirma:

[...] a convivência entre nacionais e “estrangeiros”, tanto conflituosa como solidária, é parte presente da história da imigração no Brasil, notadamente para aqueles pertencentes à classe trabalhadora, em geral, com maior presença numérica nos diferentes tipos de movimentos internacionais de populações. Do mesmo modo, a estratégica construção de “falsos antagonismos” (BASSO, 2015) entre essas categorias, tão disseminados nos tempos atuais, não é uma novidade num país com longa tradição de imigração (VILLEN, 2015, p. 248).

Esse panorama histórico, quando sobreposto aos indicadores de desemprego que se anunciam no país, aponta para um cenário obscuro nos próximos anos – para Villen (2015, p. 251), “não serão poucos os desafios colocados pelo contexto de intensificação dos movimentos migratórios internacionais em escala global”, ficando a “figura do imigrante [...] muito exposta tanto à exploração do seu trabalho, quanto à discriminação, ou mesmo a manifestações de xenofobia”, o que amplifica o “acesso restrito a empregos que ofereçam melhores salários e condições de trabalho” e aumenta a “relação direta com atividades laborais de baixa remuneração [...], muitas vezes informais e desprotegidas legalmente” – um desafio contemporâneo em que “a verdade da imigração se revela sem nenhum pudor para o imigrante” (VILLEN, 2015, p. 257-258).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 REVISÃO DE ESTUDOS APROXIMADOS

A revisão bibliográfica, não sistemática, necessária à estruturação teórica desta pesquisa, utilizou-se das plataformas digitais visando conhecer estudos que abordassem a temática do sofrimento psicossocial relacionado ao trabalho, bem como da condição existencial dos sujeitos de pesquisa, quais sejam, os jovens imigrantes e refugiados. Foram utilizadas as plataformas de Periódicos da CAPES, por esta concatenar diversas bases de dados e as plataformas Pubmed

e Medline, por serem referências na temática da saúde.

A pesquisa inicial nos bancos de dados foi feita entre o segundo semestre de 2023, no momento de definição de aspectos iniciais da pesquisa e o primeiro semestre de 2024 quando da elaboração do projeto. Para verificação e entendimento do conteúdo já produzido sobre a temática desta pesquisa, utilizou-se a plataforma Periódicos CAPES na busca de estudos aproximados. Na busca utilizou-se os descritores “migrantes e refugiados”, presentes em quaisquer partes das pesquisas – título, resumo, assunto. Já o descritor “trabalho” foi buscado estritamente nos títulos das pesquisas, pois entende-se que este é o pilar central da temática do estudo, pois sem essa citação, os estudos registrados seguem outra temática.

Os descritores utilizados nesse filtro serviram como buscadores, na língua portuguesa, incluindo nesta o português de Portugal e o inglês, num período de 05 anos (de 2019 a 2023), considerando, para análise, 11 pesquisas encontradas, entre teses e dissertações publicadas no período, que abordaram, de forma geral, assuntos relacionados ao tema desta pesquisa. Após a leitura dos resumos de cada uma das pesquisas filtradas, foram excluídas aquelas que não estavam alinhadas ao propósito da presente investigação, pois embora filtradas pelos referidos descritores, abordam outros temas. O conteúdo captado para revisão de estudos aproximados encontra-se descrito e resumido no quadro a seguir, em um total de 07 pesquisas:

Tabela 1 – Estudos aproximados

	TÍTULO	TIPO	ANO	OBJETIVO	METOD.	RESULTADOS	AUTOR
1	Migração, trabalho imaterial e subjetividade: (re)invenção dos modos de viver de migrantes e refugiados	Tese	2020	Cartografar os processos de subjetivação que compõem o trabalho imaterial nos percursos de migrantes e refugiados.	Cartografia; observações-participantes; entrevistas	(i) identificou e apresentou-se migrantes e refugiados que fazem uso de referências de seus países de origem para trabalhar; (ii) caracterizou-se o percurso migratório dos migrantes e refugiados; (iii) descrever-se o trabalho nos países de origem e no país de destino, assim como os agenciamentos engendrados relativos ao trabalho imaterial; (iv) analisou-se modos de individuação e singularização dos migrantes e refugiados em espaços liso e estriado;	SCHERER, Laura Alves.
2	Migrantes vulneráveis e o trabalho como direito humano: o caso do Mato Grosso do Sul	Dissertação	2019	Analisar se as estruturas de proteção ao trabalho encontrada por migrantes vulneráveis no MS garantem à esta população o gozo dos direitos humanos	Bibliográfica, análise documental	Com enfoque na atuação do MS o panorama segue o ritmo da realidade brasileira, um aumento nos relatos das demandas migratórias, sem que exista um acompanhamento em conjunto que conecte estes indivíduos a condições de trabalho dignas. Neste momento, cumpre observar, que o MS é um estado fronteiriço de modo que as demandas relacionadas à migração sempre existiram, principalmente quando se atenta aos cidadãos transfronteiriços, que não foram abordados no presente estudo, mas que levanta a questão de que em realidade, com a chegada de outros nacionais, houve um aumento do registro de demandas pois se tratam de fluxos distintos, mas ainda existem muitas questões a se discutir e se solucionar em relação às fronteiras secas do estado.	PIRES, Julia Stefanello

3	O mundo do trabalho dos (as) migrantes venezuelanos (as) que vivem na Paraíba	Dissertação	2021	Investigou o fenômeno migratório no Brasil como país de destino, e, principalmente, de que forma se deu a chegada de Venezuelanos (as) no estado da Paraíba	Qualitativa de natureza etnográfica a partir de entrevistas	O presente estudo concluiu, após as entrevistas, que a principal motivação para entrada no Brasil é a busca por trabalho e a chegada à Paraíba, por Interiorização, facilita devido ao estado ter abrigo com moradia temporária, bem como foi possível concluir que apesar de ter algumas instituições privadas que cooperam com doações e alimentos, além do Estado que já auxiliou por um ano, é evidente a falha no acolhimento com medidas efetivas que garantam cursos preparatórios e parcerias com empresas para a empregabilidade desses migrantes, pois não garante aos Imigrantes políticas públicas que facilitem o acesso deles ao trabalho formal não prestando o acolhimento devido.	CAPISTRANO, Valnise Lima Vêras
4	Vínculos de trabalho entre e com imigrantes no bairro do Brás em São Paulo: investigação sobre o trabalho ambulante de refugiados a partir de um olhar fotoetnográfico	Dissertação	2023	Por meio de registros fotográficos do cotidiano do trabalho ambulante de refugiados e imigrantes no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, esta pesquisa visa que tais registros sirvam para subsidiar o entendimento de como vínculos de trabalho estabelecidos entre e com imigrantes atuantes neste bairro se dão e se estas atuações são potência no sentido de promover melhorias na qualidade de vida dos atores sociais desses eventos	Pesquisa-ação/pesquisa participante	O estudo aponta para algumas ações necessárias ao enfrentamento do comércio ambulante, dentre as quais, a instituição de políticas públicas de emprego e renda, principalmente para homens em idade madura e menos escolarizados. Aponta, ainda, a necessidade de se repensar os critérios de acessibilidade (como o sistema viário e ferroviário) de São Paulo, que favorecem o comércio ambulante.	MORAES, Erick Herzog de

5	A experiência etnográfica de imersão e proposição de um trabalho psicológico humanista on-line em uma instituição de Belo Horizonte que cuida de migrantes: o projeto Escuta Sem Fronteiras	Dissertação	2022	conhecer e intervir os modos de ser, estar e sofrer das pessoas nesse contexto institucional em uma perspectiva etnográfica, escrevendo sobre os eventos da construção do projeto	Etnografia	O estudo aponta os desafios e as potencialidades pertinentes ao processo de implantação de um serviço psicológico humanista online para pessoas que transitam e habitam uma instituição de Belo Horizonte que cuida de migrantes e refugiados. Entre as conclusões, o estudo problematiza a exclusão digital desses sujeitos na sociedade.	MARTINS, Bruno Henrique Silva
6	Imigração venezuelana em Pernambuco-Recife: (des)inclusão social no trabalho digno.	Dissertação	2022	Aferir a efetividade do direito fundamental ao trabalho digno no âmbito da gestão governamental migratória, adstrita ao estado de Pernambuco-município de Recife.	Metodologia dogmática; pesquisa bibliográfica	Verificamos que, no âmbito legislativo do estado de Pernambuco-município de Recife, até junho-julho/2020 não existiam leis ou projetos de lei que tutelassem os direitos fundamentais dos imigrantes venezuelanos.	SMITH, Ana Elizabeth Maia Guedes Alcoforado
7	Mobilização do "trabalho imigrante" em São Paulo: estudo sobre intermediação e usos do trabalho	Dissertação	2021	Reconstituir e interpretar as circunstâncias concretas da mobilização do "trabalho imigrante" em processo	Pesquisa de Campo, com observação direta e entrevista de participantes	O estudo traz como um de seus resultados o entendimento de que os imigrante em São Paulo que ocupam atividades de limpeza/desentupimento de dutos e construção civil, não respondem não à recusa de trabalhadores brasileiros aos postos de trabalho (como costuma ser alegado pelos contratantes), mas, antes, à rejeição de trabalhadores brasileiros pelos empregadores.	BICUDO, Marcus Vinícius Guedes Cruz De Campos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

3.2 PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA

Trata-se de um estudo de caráter analítico e exploratório, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, envolvendo o diálogo direto com os participantes, por meio de grupos de discussão e entrevistas narrativas, de modo a elucidar a questão problema da pesquisa. A interpretação do material foi realizada através de Análise Textual Discursiva (ATD), que se ancora em uma perspectiva hermenêutica de compreensão. No caso particular dessa pesquisa, a atitude interpretativa baseada na hermenêutica filosófica está atrelada à perspectiva da interculturalidade.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2002, p. 21-22), “responde a questões muito particulares”, se preocupando “com o nível de realidade que não pode ser quantificada”. Os métodos qualitativos de pesquisa são capazes de propiciar um entendimento mais aprofundado do cenário de pesquisa, possibilitando a explicação e descrição de comportamentos (VÍCTORA, KNAUTH, HASSEEN, 2000, p. 37).

A pesquisa analítica, por sua vez, explicam Fontelles et al. (2009, p. 6), caracteriza uma avaliação profunda dos dados coletados em um determinado estudo, observacional ou experimental, possibilitando, assim, explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população – estabelece a relação entre a causa e o efeito das variáveis estudadas.

Por fim, a Análise Textual Discursiva é entendida por Moraes e Galiazzi (2006, p. 118) como “uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”. A ATD, tem início com “[...] a unitarização em que os textos são separados em unidades de significado”, as quais “podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador”, que em conjunto com “a apropriação das palavras de outras vozes”, permitirão que o pesquisador faça “[...] um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118).

Para além das definições metodológicas mais instrumentais feitas acima, importa destacar o caráter efetivamente epistemológico adotado, uma vez que é a

partir dele que se dão as condições para interpretar e compreender o fenômeno em questão.

Gadamer foi o pensador que trouxe um sentido mais amplo ao campo da hermenêutica para a compreensão do ser humano a partir da história e da cultura, por meio de sua consagrada hermenêutica filosófica. Entende-se que “a compreensão em Gadamer é desenvolvida no contexto de um projeto que procura recuperar a historicidade da cultura e do mundo vivido” (Stein, 2014, p. 14). Essa perspectiva aponta na direção de uma tomada dos participantes da pesquisa como sujeitos culturais e históricos capazes não apenas de informar sobre sua realidade, mas de refletir sobre ela e dar sentidos ao que vivem, na medida em que são levados a falar sobre sua condição. Conforme Thompson (2011, p. 359) :

(...) a hermenêutica nos recorda que o campo-objeto da investigação social é também um campo-sujeito, ela também nos recorda que os sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto são como os próprios analistas sociais, sujeitos capazes de compreender, de refletir e de agir fundamentados nessa compreensão e reflexão.

Assim, a partir da história e das relações entre os sujeitos, é possível a criação de uma pesquisa destinada a fomentar um diálogo aberto e horizontal, assim como uma interpretação aprofundada das palavras e demais linguagens. Além disso, a hermenêutica “sugere ações como a contextualização, a apreensão, a compreensão, a interpretação e a comunicação” (Campos, Mesquida e Kira, 2022, p. 3).

A relação do pesquisador com elementos objetivos do mundo não se dá, nesse caso, por meio do controle de variáveis ou manipulação delas, como ocorre na tradição positivista, mas por meio de uma relação intercultural, que é também intersubjetiva. Nesse modo de relação e contato, os atores dialogam e atuam com o objetivo de compreenderem a si mesmos, ao outro e ao mundo ao seu redor. Ao ser desencadeado esse processo, os sujeitos utilizam a linguagem e recorrem a interpretações culturalmente transmitidas, por meio das quais se pode compreender seu horizonte de significação do vivido. Desse modo, referem-se simultaneamente ao mundo objetivo, ao mundo social compartilhado e ao seu próprio mundo interior (Habermas, 1984).

A hermenêutica valoriza a interdependência linguística e a ação comunicativa ao reconhecer a palavra do outro e ao promover uma reconstrução por meio da interpretação contextualizada. Isso valoriza os discursos dos sujeitos, dos quais emergem novos sentidos e valorização das diferenças culturais (Conte; Sidi, 2017).

A partir dessa compreensão, torna-se possível fazer aproximações entre a hermenêutica filosófica e uma epistemologia intercultural, havendo uma ressonância entre as abordagens, já que a valorização da linguagem e do mundo da vida feita pela hermenêutica gadameriana pressupõe, incontornavelmente, uma abertura intercultural.

Apontando as aproximações entre a hermenêutica filosófica e a interculturalidade, Bosco (2020, p. 249) afirma que,

o argumento de que o conceito gadameriano de experiência hermenêutica nos fornece aspectos ontológicos do uso da linguagem que nos permitem desvelar um *tipo intercultural de entendimento*, implica dizer que um conceito como esse nos permitiria abrir a constituição e reprodução do mundo da vida para o entrelaçamento cultural das sociedades. (...) Num sentido fundamental, isso significa reconstruir o *continuum* da teoria habermasiana da sociedade a partir da concepção de que o entrelaçamento cultural das sociedades constitui fonte de aprendizagem e, nesta medida, impulso para a transformação social.

Compreender o fenômeno hermeneuticamente, nesse caso a experiência de jovens imigrantes, significa também apostar na abertura ao diálogo intercultural, que não é apenas modo de fazer pesquisa, mas também uma postura ética e política diante do outro, do diferente, daquele que com sua diferença também interpela o pesquisador e o desestabiliza de suas premissas e certezas.

Em sintonia com tal base epistemológica, o material discursivo produzido no grupo de discussão e por meio das entrevistas, foi interpretado com base nos princípios da Análise Textual Discursiva (ATD), processo durante o qual houve a adoção dos caminhos previamente referidos, assim como novas possibilidades foram surgindo, já que:

a análise textual discursiva mais do que um conjunto de procedimentos definidos constitui metodologia aberta, caminho para um pensamento

investigativo, processo de colocar-se no movimento das verdades, participando de sua reconstrução. É abordagem claramente incluída em metodologias que se situam em um paradigma de pesquisa emergente (Moraes; Galiazzi; 2006, p. 119).

Considerou-se, sobretudo em função da experiência concreta de encontro e diálogo com os jovens imigrantes, que a perspectiva de uma experiência intercultural - potencial e desejável – fomentada pelo diálogo e pela escuta sensível da palavra deles, constitui, ela mesma, um horizonte “metodológico” e não apenas teórico-político. A forte sintonia da Análise Textual Discursiva com a hermenêutica filosófica já tem sido explorada por pesquisadores da área, e sustenta a adoção dessa linha de análise como boa estratégia de leitura e compreensão do material discursivo (Zambam, 2020).

3.3 PERSPECTIVA OPERACIONAL

Tratando-se de um estudo analítico, exploratório e descritivo a respeito dos efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho na condição existencial de jovens migrantes e refugiados na cidade de Canoas/RS, os disparadores e desencadeantes das análises foram emergindo após a produção do material, através do grupo de discussão e das entrevistas.

Tendo como instrumento norteador um roteiro pré-determinado (Apêndice B), o pesquisador e a equipe de apoio coordenaram as atividades e as dinâmicas de campo com o grupo de discussão e registraram os elementos necessários à condução das análises e reflexões. O material discursivo produzido no grupo de discussão foi utilizado como elemento propulsor das demais etapas de desenvolvimento da pesquisa, até sua conclusão, culminando na elaboração da dissertação e da proposição dos “produtos” tecnológico-sociais decorrentes da compreensão mais aprofundada do fenômeno.

Na visão de Meinerz (2011, p. 502), “os grupos de discussão revelam-se como uma possibilidade metodológica diferenciada, para a compreensão dos fenômenos investigados no campo da dinâmica das relações sociais”. Esse entendimento é ampliado por Weller (2006, p. 246), que define: os “grupos de discussão, como método de pesquisa, constituem uma ferramenta importante para a reconstrução dos contextos sociais e dos modelos que orientam as ações

dos sujeitos”. Esse instrumento de produção de material, enquanto método de pesquisa, passou “a ser utilizado a partir da década de 1980, sobretudo nas pesquisas sobre juventudes”, tendo grande eficácia quando “[...] os jovens conduzem a entrevista e o entrevistador busca intervir o mínimo possível, assim como o princípio da análise comparativa constante são possibilidades que permitem uma inserção do pesquisador no universo dos sujeitos”, reduzindo-se “os riscos de interpretações precipitadas” (WELLER, 2006, p. 246; 252).

Os grupos de discussão funcionaram como espaços privilegiados onde, em ato, os atores/sujeitos da realidade em análise puderam se expressar, trazendo à tona, sobretudo, anseios, angústias e todo o tipo de narrativas de suas vivências. De acordo com Meinerz (2011, p. 494), “o objetivo principal do grupo é elaborar, na interação de seus componentes, um discurso social”, em que se busca, através desse, “numa microssituação artificial, reproduzir elementos de uma macrorrealidade social real” – o grupo, nesse sentido, não é caracterizado como a finalidade, mas uma via para compreender algo (MEINERZ, 2011). Para Weller (2006, p. 249), a “análise do discurso dos sujeitos, tanto do ponto de vista organizacional como dramático, é fundamental e auxilia na identificação da importância coletiva de um determinado tema”.

Para Meinerz (2011), para que um grupo de discussão tenha efetividade em seu propósito de existência, alguns elementos são necessários e precisam ser planejados e avaliados como, por exemplo, o *setting*/espaço físico, a duração da sessão, os participantes inseridos no grupo e o próprio pesquisador. O espaço físico possui conteúdo simbólico, que influencia o discurso produzido – este local nunca é neutro, podendo, porventura, instigar inibições no trabalho narrativo, por isso deve produzir acolhimento e liberdade de expressão. O tempo de duração de cada sessão foi dimensionado conforme a demanda da pesquisa e as disponibilidades individuais, não excedendo 90 minutos.

O objetivo da produção do material não foi esgotar os sujeitos participantes da pesquisa, mas, sim, criar um ambiente acolhedor, que instigasse a participação ativa dos jovens, de forma colaborativa, de modo que esses pudessem, durante a interação, narrar suas experiências e debaterem os temas propostos, em última análise, evidenciando suas realidades e formas de entendimento da própria condição. Meinerz (2011, p. 488), nesse sentido,

ressalta, entretanto, que “[...] uma investigação não terá o poder de transformar imediatamente uma realidade ou de criar fórmulas rápidas, mas poderá gerar processos de autorreflexão e autocrítica que impulsionem nossas buscas por mudanças”.

O papel do pesquisador no grupo foi instigar a fala e o discurso dos participantes, sendo, para tanto, o roteiro norteador da sessão um elemento chave nessa condução, uma vez que possibilitou o sequenciamento de passos, as etapas e as perguntas disparadoras do processo, não sendo emitidas opiniões e/ou julgamentos de valor pelo pesquisador, em relação aos discursos produzidos durante as sessões. Foi imperativo, nesse processo, o papel do pesquisador como observador da dinâmica grupal, fosse através do comportamento expresso pelos sujeitos, pela linguagem utilizada ou pelo conteúdo em si. Outro elemento essencial à composição do entendimento da dinâmica grupal e para a reflexão sobre o conteúdo dos discursos é o silêncio que pode surgir – o silêncio é um elemento tão importante no discurso quanto a própria fala dos participantes da pesquisa. Meinerz (2011, p. 494), ao tratar do tema, refere que “[...] as resistências do grupo em falar, os silêncios produzidos no debate, as contradições entre o que se diz e o que se faz, são elementos fundamentais para análise”.

As sessões foram precedidas de autorização individual, sendo registradas por cada participante, através de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs), em que constou, entre outros aspectos técnicos e éticos, permissão para captação dos encontros em áudio e vídeo, além de notas de campo, para posterior transcrição e análise.

O processo de produção do material foi estruturado em um total de quatro sessões, realizadas semanalmente, na sede da OSC Caminho do Bem, no bairro Guajuviras, Canoas/RS. Cada sessão contou com um objetivo próprio, os quais, em conjunto, formaram e trouxeram elementos suficientemente robustos que serviram de base às análises desenvolvidas na dissertação. Para Meinerz (2011, p 486), o grupo de discussão, “[...] consiste em uma importante prática qualitativa de análise social, na medida em que favorece uma profundidade e permite descobrir mecanismos sociais ocultos ou latentes” – o grupo de discussão, segundo a autora, aponta “para algo muito precioso oferecido por esse tipo de prática investigativa, que é a possibilidade da escuta” (MEINERZ, 2011, p. 486).

Weller (2006, p. 252), por outro lado, propõe que o uso dessa metodologia está também alinhada ao público/população a ser investigada, assim como a imersão do pesquisador na discussão, sendo nessa etapa o pesquisador dotado da habilidade de observação.

Em sentido prático, a sessão 01 teve como objetivo promover um espaço inclusivo e acolhedor para que imigrantes e refugiados compartilhassem suas histórias de vida, experiências de migração e refúgio, incentivando a compreensão mútua e a construção de laços comunitários. Já o objetivo da sessão 02 foi proporcionar um espaço seguro para que os jovens participantes compartilhassem experiências mais detalhadas sobre sua chegada ao Brasil, os desafios iniciais, a instalação no novo ambiente e o enfrentamento do choque cultural, aprofundando as narrativas dos participantes, enfocando a fase pós-chegada ao Brasil e promovendo uma compreensão mais abrangente dos avanços e desafios enfrentados durante o processo de mobilidade vivido. Teve por objetivo explorar os fatores de sofrimento psicossocial associado à inserção desses sujeitos no território e na cultura brasileira.

Na sequência, a sessão 03 permitiu criar um espaço para que migrantes e refugiados socializassem suas experiências educacionais e profissionais, explorando a trajetória acadêmica, desafios laborais no Brasil e as vivências associadas – visou explorar os fatores de sofrimento psicossocial associado ao trabalho desses jovens; por fim, a sessão 04 foi utilizada com o propósito de validar e sistematizar as informações coletadas nas sessões anteriores, discutindo as carências identificadas no processo laboral/migratório, a fim de desenvolver estratégias de enfrentamento e proporcionar um espaço para sugestões de políticas e práticas, que pudessem interferir proveitosamente sobre suas condições de vida e trabalho.

A construção metodológica escolhida foi ideal para abordagem com essa população, pois propiciou a criação de um ambiente acolhedor e seguro suficiente para que as manifestações fossem espontâneas, podendo, assim, ser expressa a realidade da condição existencial desses sujeitos. Outro aspecto valioso dessa metodologia é a “imparcialidade” do pesquisador, pois diferentemente do que ocorre em grupos focais, onde o pesquisador deve ser participante ativo do grupo, nos grupos de discussão, é esperado do pesquisado uma abstinência em opinar e

julgar as manifestações que surgem. Meinerz (2011, p. 487), por esse espectro, refere que o pesquisador deve ter “a prática de uma escuta atenta, sensível e reconhecadora da relação estabelecida entre investigador e investigado, o que exige uma abertura por parte do pesquisador”. A autora frisa, entretanto, que, mesmo em contraponto, “toda pesquisa tem, em seu processo e em seus resultados, a subjetividade daquele que investiga”, ou seja, não se trata de “[...] um processo isento, nem neutro e nem mecânico” (MEINERZ, 2011, p. 487).

O grupo de discussão foi composto por 5 participantes, escolhidas por conveniência, todas elas jovens mulheres, migrantes provenientes da Venezuela, com idades entre 18 e 29 anos, tendo uma se autodeclarado refugiada. As cinco participantes atenderam ao convite que foi endereçado diretamente a todos os jovens frequentadores da OSC Caminho do Bem e se mantiveram presentes e engajadas durante todo o processo. A etnia e condição social desses sujeitos não foi critério de exclusão das participantes, pois entendeu-se que, quanto mais heterogêneas fossem as etnias e condições sociais presentes no estudo, maior e mais rica seria a pluralidade de vivências e a variabilidade de conteúdo nos discursos. A condição existencial e o sofrimento psicossocial, dessa forma, puderam ser entendidos em uma amplitude maior. Sobre o tema, Meinerz (2011, p. 490) refere que:

Para reproduzir o que acontece na sociedade, reúne-se um grupo de pessoas para falar sobre um tema. Essa discussão deve reproduzir os argumentos, as ideias, as motivações do grupo social a que pertencem seus participantes, e a constituição de diferentes grupos podem proporcionar variantes discursivas componentes do discurso social mais amplo (MEINERZ, 2011, p. 490).

Embora a literatura sobre essa metodologia indicasse uma variabilidade aceitável entre 7 e 10 participantes (MEINERZ, 2011), buscando qualidade e aprofundamento do material discursivo e maior acolhimento dos sujeitos, ponderava-se por um ideal de 7 integrantes. Apesar disso, as condições concretas de vida na comunidade, ainda sob o forte impacto da enchente de maio de 2024, tornou possível apenas a participação de 5 jovens. Acrescido a esses sujeitos, estiveram o pesquisador e a equipe de apoio, com 2 pessoas.

A equipe de apoio foi composta por interessados na temática desta pesquisa, convidados, para que, de forma voluntária, contribuíssem com as

sessões, auxiliando na condução, registros e discussão pós-encontros. A essencialidade do pesquisador e da equipe de apoio se consagrou na descrição de Meinerz (2011, p. 492), que aduz: para o atingimento da proposta metodológica do grupo de discussão são requeridos “rigor e astúcia no momento de sua implementação prática, observando possíveis tensionamentos e reformulações na execução”.

Além dos encontros em grupo de discussão, foram realizadas entrevistas narrativas (roteiro apresentado no Apêndice C) com todas as 5 participantes. Tais entrevistas narrativas individuais foram realizadas na sede da OSC Caminho do Bem, em duas etapas, conforme disponibilidade das participantes da pesquisa. As primeiras entrevistas ocorreram ainda em 2024, no dia 23 de dezembro. Já a segunda etapa de entrevistas individuais ocorreu no dia 10 de março de 2025, em momentos anteriores o início da formação do grupo de discussão. O fato de as entrevistas terem sido feitas com todas as participantes do grupo de discussão, propiciou um grande enriquecimento do material discursivo disponível para as análises.

O recurso às entrevistas narrativas foi uma parte importante do trabalho de produção do material, na medida em que permitiu o aprofundamento nas histórias das participantes, adensando o material discursivo que deu corpo às análises. Para Jovchelovich e Bauer (2002), as entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas semi-estruturadas, visando o aprofundamento de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias e trajetórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto cultural. Ao se trabalhar com narrativas dos sujeitos das pesquisas, o pesquisador tem acesso não só à experiência vivida e narrada, como também à ressignificação da história a partir da sua narrativa, constituindo um trabalho de reconstrução daqueles momentos e experiências.

3.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Para a presente pesquisa sobre o sofrimento psicossocial no mundo do trabalho entre jovens imigrantes e refugiados em Canoas/RS, foi importante estabelecer critérios de inclusão e exclusão para garantir a relevância e a

validade dos resultados. Abaixo estão elencados os critérios que orientaram a seleção dos participantes e que foram apreciados/aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNILASALLE. Esses critérios ajudaram a refinar a seleção de participantes e a garantir que os resultados da pesquisa fossem específicos para a população-alvo e que as conclusões pudessem ser potencialmente transpostas para realidades similares.

3.4.1 Critérios de Inclusão

- ✓ Idade: jovens imigrantes e refugiados com idades entre 18 e 29 anos;
- ✓ *Status* Migratório: Indivíduos que tenham migrado para Canoas/RS, seja por motivos de busca de emprego, estudo, refúgio ou asilo;
- ✓ Experiência no Mundo do Trabalho: Inclusão de participantes que estejam atualmente empregados, que tenham experiência recente no mercado de trabalho ou que, mesmo na informalidade, estejam engajados em atividade laboral para o próprio sustento;
- ✓ Residência em Canoas/RS: Aqueles que residem na cidade de Canoas/RS para garantir a relevância local da pesquisa;
- ✓ Capacidade de Compreender e Responder às Perguntas: Participantes que tenham proficiência suficiente no idioma utilizado na pesquisa para compreender e responder às perguntas de maneira significativa;
- ✓ Consentimento Informado: A obtenção do consentimento informado dos participantes é essencial para garantir que eles estejam cientes dos objetivos da pesquisa e concordem voluntariamente em participar.

3.4.2 Critérios de Exclusão

- ✓ Incapacidade Cognitiva: Exclusão de indivíduos que apresentem incapacidade cognitiva que possa comprometer sua capacidade de compreensão e participação na pesquisa;
- ✓ Sujeitos com diagnóstico de transtornos psiquiátricos, comprometendo o desenvolvimento da pesquisa;

- ✓ Não Residentes em Canoas/RS: Exclusão de participantes que não residam na cidade de Canoas/RS, a menos que tenham uma conexão significativa com o local de estudo;
- ✓ Incapacidade de Compreender o Idioma da Pesquisa: Indivíduos que não compreendem suficientemente o idioma da pesquisa podem ser excluídos para garantir a qualidade das respostas;
- ✓ Participantes que não Consentem: Aqueles que não concordam em participar ou não fornecem o consentimento informado.

3.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Uma vez aprovado no exame de qualificação, o projeto foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle (CEP/UNILASALLE), através da Plataforma Brasil, de modo a cumprir todas as exigências formais que regulamentam a pesquisa com seres humanos no país.

O TCLE seguiu o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 2012. Quanto aos cuidados éticos, ressalta-se que foi informado, também no referido Termo, que este projeto atende aos critérios do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNILASALLE) da Universidade.

3.6 EXAME DE QUALIFICAÇÃO

O exame de qualificação, etapa essencial ao desenvolvimento e validação da pesquisa, foi realizada no dia 26 de julho de 2024. A escolha dos avaliadores levou em conta a potencial contribuição que suas trajetórias acadêmicas e/ou de vida profissional poderiam trazer ao desenvolvimento do projeto e posteriormente à pesquisa em si. Os pesquisadores convidados fizeram contribuições muito significativas à proposta de investigação, fomentando o avanço das discussões teóricas sobre o tema e sugerindo ajustes, acolhidos pelo pesquisador. Tratou-se de um momento de diálogo e debate enriquecedores, somado ao conjunto dos pareceres individuais entregues pelos avaliadores, com apontamentos específicos que orientaram a continuidade da pesquisa.

A apresentação do projeto à banca teve a presença de mestrandos e

doutorandos de diferentes programas de pós-graduação da Universidade La Salle, assim como demais interessados em obter informações sobre o tema de pesquisa. A assertividade e as ponderações dos avaliadores, trouxeram inquietações e reflexões teóricas necessárias, além de ajustes procedimentais e metodológicos para o aprimoramento do trabalho, que resultaram nesta dissertação e nos “produtos” tecnológico-sociais idealizados.

4 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL “CAMINHO DO BEM” – CAMPO DE ENCONTROS E DIÁLOGOS

A produção do material para pesquisa se deu com a colaboração da Organização da Sociedade Civil (OSC) *Caminho do Bem*, campo onde se deram os encontros e diálogos com os jovens imigrantes e refugiados participantes da pesquisa. Situada em Canoas/RS, no bairro Guajuviras, a *Caminho do Bem* é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 2012, cuja missão é fornecer apoio inicial a imigrantes e refugiados em seu primeiro contato com a realidade brasileira. Com um compromisso ligado à transformação social, a organização trabalha para intervir em situações de vulnerabilidade social, reduzir desigualdades, garantir direitos fundamentais e combater práticas discriminatórias, como racismo e xenofobia.

Sua atuação está pautada na promoção da cidadania, por meio de iniciativas que abrangem áreas essenciais como educação, cultura, trabalho, saúde, segurança e igualdade de oportunidades. Atende a públicos diversos, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos, independentemente de sua origem. Dentre as principais atividades da OSC, destacam-se o auxílio na obtenção de documentação essencial ao exercício pleno da cidadania, como o Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), de modo que os imigrantes e refugiados possam acessar direitos e oportunidades no Brasil.

Além disso, a *Caminho do Bem* desempenha um papel fundamental para fornecer apoio em outras áreas de necessidades básicas: a organização auxilia na busca por moradia digna, na obtenção de vagas em creches para crianças e na distribuição de cestas alimentícias básicas, promovendo, assim, condições

mínimas para a estabilidade das famílias atendidas. Esse suporte inicial permite que essas pessoas consigam se estruturar e, gradualmente, se adaptar à cultura e à realidade do Brasil, sempre respeitando o tempo e as particularidades de cada indivíduo ou grupo.

Com sua visão humanitária e acolhedora, a OSC também se dedica à execução de serviços de proteção social básica, alinhados à sua missão de contribuir para a transformação de vidas. Para gerenciar e organizar suas atividades, a Caminho do Bem mantém um cadastro detalhado de todos os imigrantes e refugiados que recebem seu suporte – e esse banco de dados contribuiu enquanto ferramenta essencial na identificação de potenciais participantes para a pesquisa.

O processo de seleção foi realizado com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos no projeto. O convite para participação na pesquisa deu-se por meio de contato telefônico, utilizando os contatos registrados nos dados da organização. Essa abordagem garantiu um recrutamento ético e organizado, respeitando a privacidade e a dignidade dos participantes. Dessa forma, a Caminho do Bem desempenhou um papel central não apenas como parceira, mas como um elo transformador entre a pesquisa e a realidade vivida pelos imigrantes e refugiados que ela auxilia.

5 LINHAS DE SENTIDO E COMPREENSÃO DO FENÔMENO

Partindo de uma abordagem metodológica fundamentada na entrevista narrativa individualizada (Apêndice C), sugerida na banca de qualificação desta pesquisa, foi possível elaborar um esboço detalhado sobre as realidades vivenciadas pelas participantes. A referida entrevista foi idealizada pelo pesquisador durante os encontros de orientação. Essa abordagem permitiu compreender aspectos centrais das trajetórias das participantes da pesquisa, desde a saída do país de origem até a transição e chegada ao Brasil, abrangendo também os desafios enfrentados em sua instalação no território brasileiro.

O processo investigativo contribuiu para revelar desafios e possibilidades experienciadas por esses indivíduos ao imergir na cultura local, bem como o acesso ao trabalho – seja em condições formais ou informais. Esses elementos, que serão importantes ao longo desta dissertação, configuram-se como pontos

cruciais na inserção dessas jovens no contexto brasileiro e emergem como fatores potenciais de adoecimento psíquico ou, minimamente, de sofrimento psicossocial. Vale destacar que, em muitos casos, tais fatores não são reconhecidos pelas próprias participantes como elementos que impactam em sua saúde mental, o que amplia a complexidade da análise.

A perspectiva de mundo desses indivíduos, marcada pela diversidade cultural, exige uma abordagem dupla: por um lado, deve-se respeitar e preservar a autonomia de suas identidades culturais; por outro, é obrigatório proteger esses sujeitos dos excessos e abusos provenientes de práticas hostis (racismo, xenofobia, glotofobia) por parte dos anfitriões locais. Entre os principais fatores de vulnerabilidade enfrentados, e identificados pelas participantes, estão a xenofobia, as barreiras de comunicação e os preconceitos relacionados ao sotaque e às formas de expressão (glotofobia). Esses desafios, muitas vezes invisibilizados, podem atuar como vetores de exclusão social e sofrimento psíquico.

Após a produção de material discursivo, por meio de entrevistas narrativas individualizadas, foram realizadas, durante o mês de março de 2025, as sessões do grupo de discussão, configuradas como um espaço coletivo de interação, partilha e reconhecimento. Essas sessões, conduzidas em formato de roda, em dias e horários pré-acordados juntamente com as participantes, permitiram que as entrevistadas se enxergassem como parte de um grupo plural, ainda que heterogêneo, considerando suas diferentes origens e histórias de vida. Apesar dessa diversidade, os critérios de seleção estabelecidos para a pesquisa garantiram a existência de pontos transversais, que uniram as participantes em torno de um propósito comum: compartilhar suas experiências, transmitir conhecimentos e refletir sobre suas vivências no contexto migratório e de refúgio.

Essa etapa de interação coletiva – Grupos de Discussão – não apenas enriqueceu os materiais produzidos pelas narrativas, mas também proporcionou aos participantes a oportunidade de fortalecer laços comunitários e ressignificar suas experiências. A interação no grupo revelou nuances importantes sobre a forma como perceber e lidar com a realidade brasileira, oferecendo subsídios valiosos para a compreensão de sua (des)adaptação e dos mecanismos necessários à produção de saúde, frente às adversidades enfrentadas, em especial, a xenofobia e a glotofobia.

O tratamento dado ao material discursivo produzido pelas entrevistas e grupo de discussão foi decorrente da Análise Textual Discursiva (ATD), já apresentada anteriormente. Com isso, foi possível construir quatro linhas de sentido, sendo elas emergentes do próprio material e dando forma ao processo de compreensão do fenômeno em pauta. Na medida em que as análises foram sendo feitas, foi possível reconhecer cada uma das linhas de sentido como uma *dimensão* particular do fenômeno, dando uma coerência interna e dinâmica à organização e exploração do material, guiados pelo objetivo central da investigação, qual seja: investigar os efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho, sobre a condição existencial desses jovens, a fim de propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde.

5.1 DIMENSÃO CULTURAL – ESPERANÇAS E INTERCULTURALIDADE

Aspectos relacionados à vulnerabilização social e seus reflexos na condição existencial dos jovens migrantes e refugiados é identificada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, conforme citado por Iannuzzi e Azevedo (2023, p. 213):

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Parecer Consultivo OC-18/03, classifica os imigrantes em um grau de vulnerabilidade maior quando comparados com os nacionais ou residentes de determinado Estado, uma vez que se encontram expostos aos preconceitos culturais e étnicos, bem como a xenofobia e ao racismo, fatores que dificultam sua integração à sociedade e exposição a condições desumanas. (IANNUZZI; AZEVEDO, 2023, p. 213).

Acompanhado por princípios e orientações de Órgãos Internacionais para migração, o arcabouço legislativo brasileiro já se debruçou sobre a temática de migrações e refúgio. A lei nº 13.445/2017, versa sobre os princípios e diretrizes sobre migração em solo brasileiro:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:
[...]
II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
III - não criminalização da migração;
[...]
VI - acolhida humanitária;

[...]

IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;

X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

[...]

XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; [...] (BRASIL, 2017).

A complexidade da adaptação de um jovem migrante ou refugiado à cultura do país de destino é fator de estudo, reflexão e intervenção de órgãos das Nações Unidas, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) sendo que “o processo de integração no país acolhedor é gradual e complexo, e envolve aspectos legais, econômicos, sociais e culturais” (GONÇALVES; PARAGUASSU, 2019, p. 79).

Na obra “Migrações venezuelanas” o autor aponta que:

é necessário compreender que, para além de suas vontades, as pessoas também se movem muitas vezes de maneira forçada. A comunidade internacional tem presenciado um enorme volume de migrantes de países em crise, com números mais altos de pessoas deslocadas à força no mundo desde a Segunda Guerra Mundial. (Roig, 2018, p. 27).

No caso venezuelano, em particular (país de origem de nossas jovens participantes) conforme a ACNUR (Agência da ONU para refugiados) mais de 5 milhões de pessoas deixaram a Venezuela e se dirigiram a outros países, especialmente ao Brasil, considerado um destino acessível e com “promessas” de uma vida melhor. Especialmente depois da nova lei de imigração (Lei 13.445, de 2017) a esperança de encontrar direitos básicos garantidos na nova cultura se intensificou, já que

a nova lei é considerada um avanço das políticas migratórias no Brasil, já que significou o abandono de um viés unicamente voltado para a defesa nacional e à proteção do trabalhador nacional que se estendia desde a época da ditadura militar em relação ao imigrante. Dessa forma, o legislador brasileiro alinhou a política migratória sob manto protetor dos Direitos Humanos e da Constituição Federal de 1988, que tem como princípios basilares a fraternidade e a solidariedade bem como o

combate a xenofobia e a criminalização da migração”.(Mendes e Brasil 2020, p.65)

Entretanto, ambivalência e a “aposta incerta” no país de destino é marca constante nas narrativas das participantes quando evocam as lembranças de seus percursos e percalços nos processos de deslocamento e instalação no novo destino. Isso corrobora aquilo que encontramos na literatura recente, ao afirmar que:

observou-se que todo o processo migratório, da tomada de decisão à chegada ao novo país, foi perpassado pela ambiguidade de sentimentos, que somada às dificuldades com a barreira linguística, tensionaram a decisão de migrar e a chegada ao Brasil. Acrescenta-se a isso que a presença de sentimentos e experiências ambíguos complexifica o processo migratório das famílias imigrantes. A rede de pessoas em torno das participantes, com destaque para familiares e amigos, ou mesmo conhecidos recentes, foi decisiva para diluir, em parte, a ambiguidade de sentimentos com o processo migratório (Risson; Moré; Kácsér, 2023, p. 264).

As razões que motivam a migração dos sujeitos são as mais diversas e estão diretamente implicadas na sensação de maior ou menor sofrimento implicado no deslocamento vivido, fomentando ou mitigando a ambivalência geradora de sofrimento.

Minha terra é muito boa, só que economia e saúde são ruins. (P1, 2025, 5`20``, sessão 01)

Há uma grande sensação de ambivalência entre a permanência arriscada e “sem futuro” no país de origem e uma partida também arriscada e de “futuro incerto” para o país de destino. São decisões difíceis e que, em geral, contam com a frágil confiança em redes de apoio comunitárias, “concessões” do Estado a que se dirigem e a “sorte” de fazer redes de apoio mesmo entre desconhecidos ou contatos recentes.

Mesmo quando as imigrantes não se consideram refugiadas, o sentido de *mobilidade voluntária* é bastante controverso, uma vez que as razões, grosso modo, estão vinculadas à busca de melhores condições de vida e futuro, especialmente no caso de migrantes venezuelanas. As manifestações a seguir exemplificam tal condição.

A participante 02 afirma, no grupo de discussão, evocando as condições de carência e precariedade alimentar seus filhos:

Por que saí de lá (Venezuela)? Porque estávamos passando muita necessidade. A gente, muitas, vezes, comia só uma comida por dia. E era uma comida improvisada [...], como abóbora, moranga. A gente amassava ela com um pouquinho de farinha de trigo, para aderir a coisa, e fazia um bolinho. Muitas vezes tínhamos que comer só isso, sem manteiga, sem queijo, sem nada. O que me fez sair foi minhas crianças, que eram muito pequenos. Mas eu tenho saudade. (P2, 2025, 7'31'', sessão 01)

Ao mesmo tempo, a participante 01 evoca também o tema da alimentação sob a perspectiva da estranheza e das diferenças culturais marcantes em seu cotidiano.

Para mim, é *mucho* estranho *la* polenta. Porque lá não tem. E eu gosto, mas... mas mate é uma coisa mais distinta, que não tem na Venezuela. A polenta e o chimarrão. Porque de resto, a carne é igual, *la* massa é igual. Lá tem mais coisas que aqui. Dá saudade. (P1, 2025, 2'05'', Sessão 02).

Na linha das motivações migratórias por vulnerabilizações sociais, a participante 04 evoca outro aspecto cultural, esse relativo ao sistema de saúde, estabelecendo comparações entre Venezuela e Brasil e apostando na qualidade do SUS, ao qual passou a ter acesso.

Aqui já coloquei minha filha para o posto de saúde e ela está encaminhada, só que demora, o processo aqui demora muito, mas é certinho e é legal, não é questão de fazer uma fila, como você tem sua irmã, por exemplo, que trabalha no posto de saúde e você pode chegar e passar a frente porque é sua irmã, não aqui não é assim, então aqui eu sei que posso confiar naquele processo, naquele sistema, que vocês têm. Na Venezuela eu não posso, é uma lástima (P4, 2025, 23'12'', Sessão 03).

Dinâmicas de vulnerabilidade ligadas às precariedades de acesso à Educação também comparecem na discussão das participantes. É o caso da participante 05, que revela suas preocupações relativas ao futuro escolar dos filhos.

Eu saí da Venezuela, primeiramente, pela educação dos meus filhos, porque a educação lá é muito ruim. É triste. Tem que comprar tudo, desde mochila até uniforme, e eu tenho uma família grande, tenho cinco filhos, meu marido e eu. (P5, 2025, 16'42'', Sessão 01)

Em diversos sentidos, temas ligados a diferentes dimensões da cultura aparecem nas discussões, revelando os sentimentos de esperança e, às vezes, as idealizações das participantes em relação às condições de vida que buscam encontrar no país anfitrião. Há sentimentos ambivalentes claramente perceptíveis no clima afetivo de produção das narrativas. Ao mesmo tempo que apontam suas esperanças no novo destino, perpassa uma nostalgia, lástima e saudade de aspectos culturais típicos que precisaram ser deixados para trás.

Além de aspectos culturais, vários estudos apontam a saudade como fator de risco pós-migratória para o sofrimento psicossocial e adoecimento psíquico. Inventariados por Cunha et al. (2024, p.10) em pesquisa de revisão sobre migrações de venezuelanos, alguns desses elementos são apontados com clareza no trecho abaixo.

Observou-se uma predominância de trechos vinculados à saudade dos pais dos participantes, principalmente para os filhos, devido à proximidade entre netos e avós no convívio antes da saída do país de origem. Registra-se também que devido ao processo migratório ter ocorrido por partes em algumas famílias, ou seja, primeiro vinha um ou alguns membros a fim de conseguir emprego e dinheiro, tiveram participantes que ficaram separados de seus filhos por algum tempo, fator esse que também gerou um sentimento de saudade. A família e sua composição depois da imigração, bem como os vínculos e rupturas em decorrência do processo migratório, mostram-se como um fator que pode afetar a saúde mental do imigrante, bem como sua adaptação no país de acolhimento (Falicov, 2016).

Também Cunha et al. (2024, p.11), examinando outras pesquisas do mesmo escopo, destaca que:

No mesmo contexto, Galina et al. (2017) associam a separação de familiares, assim como a responsabilidade do imigrante de enviar recursos financeiros para os entes que ficaram, como alguns dos desafios vistos no âmbito pós-migratório. Destaca-se também, as tensões emocionais vivenciadas pelas famílias em decorrência dessas rupturas forçadas (Bryceson, 2019). Bezerra (2016), aborda a comunicação com os parentes que ficaram via internet ou telefone como um aspecto utilizado pelos imigrantes. O mesmo artigo, aponta também, que tais recursos mostram-se benéficos para a manutenção do desenvolvimento saudável das crianças existentes nas famílias. (...) As

verbalizações registradas demonstram as rupturas existentes em decorrência do processo de imigração forçada. Tal aspecto, mostra-se como um fator de risco à saúde do imigrante, posto que ele necessita lidar não somente com os laços deixados, mas com a existência de um contexto de vulnerabilidade em que os parentes que ainda estão no país de origem se encontram.

A isso se somam as barreiras encontradas nas aproximações com os novos contextos e realidades experimentadas pelas participantes, especialmente naquilo que se revela mais elementar no processo de inserção na nova cultura: o domínio da língua e as dificuldades ligadas a isso.

Gonçalves e Paraguassu (2019) complementam, ainda, dizendo que na análise das relações interculturais com migrantes, adultos e crianças, é possível identificar a barreira linguística como um dos principais motivos de dificuldade de integração no país que os acolhe. E aqui destacamos a língua como matéria prima da experiência cultural. Mais que apenas instrumento de comunicação, a língua é o modo pelo qual são forjados os códigos sociais que regulam as interações e as trocas culturais possíveis.

A participante 01 trouxe em sua entrevista narrativa individual informações que vão ao encontro dessas barreiras, quando questionada sobre as principais dificuldade de inserção no mercado de trabalho brasileiro:

Teve um que [fator de dificuldade], primeiro, era o idioma. Como eu não falava o português. “Eles” não aceitavam. Por que como eu iria saber o que era para fazer? E outro foi o preconceito (P1, 2024, 4’45”, entrevista individual).

Contudo, é válido, para fins de divulgação das informações coletadas que, embora o choque de cultura seja um balizador na integração desses sujeitos à nossa sociedade, não foi uma percepção unânime entre todas as participantes do grupo de discussão. Essa dissonância entre as percepções pode estar relacionada ao fato de que aspectos da cultura são, por vezes, sutis para muitos dos jovens migrantes ou refugiados, assim como, a depender de sua nacionalidade, as culturas podem se assemelhar mais em determinadas circunstâncias.

Observa-se, assim, que o choque de cultura entre as jovens migrantes e refugiadas à cultura brasileira é multifacetado e necessita de um olhar mais

profundo para sua inteira compreensão. As nuances, singularidades e principalmente os mecanismos de acolhimento ou rejeição necessitam de efetivos diálogos interculturais capazes de valorizar a tensão do campo semântico e a polifonia cultural que atravessa tais vivências.

Nesse sentido, é possível postular que as esperanças alimentadas pelas jovens imigrantes entrevistadas, e tantos outros em condições semelhantes às delas, só encontrarão solo efetivo para se desenvolverem, diante de um trabalho intercultural efetivo. Inserção no país hospedeiro não é equivalente a processo de inclusão efetivo, o que depende de um esforço por diálogo intercultural que ultrapassa a necessária garantia formal de direitos. Mas esse não é um desafio fácil.

Como afirma Betancourt (2021, p. 587):

Me parece que podemos afirmar de imediato que esse “mundo contemporâneo” hegemônico desafia, e mais, se opõe à *interculturalidade*, pois está informado e formado como parte integrante da hegemonia da civilização ocidental que traça hoje o contexto maior de vida da humanidade. Portanto, é a sua pertença à civilização hegemônica que o coloca em oposição à *interculturalidade*, já que a construção de hegemonia sempre acompanha a opressão da pluralidade, que também é a opressão (...) e a negação da comunicação e da convivência interculturais.

É com o propósito de transformar barreiras em fronteiras, através de ações decoloniais, que políticas e intervenções pensadas a partir da interculturalidade podem ser um caminho de reconstrução social, cultural, política e subjetiva para esses sujeitos. Destaca-se a importância da integração social, o respeito às diferenças, a convivência em meio à diversidade, o trabalho cooperativo, o reconhecimento da interdependência entre os indivíduos, o aprendizado do viver junto, bem como as contribuições das práticas interculturais para a formação integral dos jovens.

Disso depende a esperança depositada pelas jovens imigrantes venezuelanas, e outros tantos, na possibilidade de uma vida melhor e mais digna, onde as fronteiras não sejam vividas como barreiras, mas como zonas de interação e ultrapassagem dos modos cristalizados de existir e conviver.

5.2 DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA – BARREIRAS DA TOLERÂNCIA

A xenofobia é definida no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa como uma exclusão dirigida a pessoas, grupos ou elementos considerados estrangeiros. Essa atitude discriminatória pode ser manifestada de diferentes maneiras: de forma explícita, verbal e direta ou de forma mais sutil e indireta, muitas vezes mascarada por outros comportamentos sociais. No Brasil, a xenofobia é tipificada como crime pela Lei nº 9.459/1997, que complementa e altera a redação da Lei nº 7.716/1989. De acordo com os Artigos 1º e 20º da referida legislação:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

[...]

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (BRASIL, 1997).

Além disso, vários princípios e diretrizes da nova Lei de Migração, mais especificamente aqueles descritos em seu Artigo 3, apontam claramente os temas da xenofobia e da discriminação:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; [...] V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária [...]; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas (BRASIL, 2017).

Nas entrevistas narrativas individuais e nos grupos de discussão realizados, durante esta pesquisa, a xenofobia emergiu como um fator amplamente identificado. Quando questionados sobre os principais elementos que impactam a saúde psíquica e dificultam o acesso ao trabalho no território brasileiro, os participantes frequentemente apontaram o “preconceito” como o elemento central. Contudo, foi necessário refinar esse termo durante as intervenções para alcançar uma definição semântica mais específica.

A palavra “preconceito”, frequentemente utilizada pelos participantes, foi utilizada como um termo genérico, mas, no contexto das entrevistas, referia-se, sobretudo, à xenofobia – uma discriminação diretamente relacionada à origem dos indivíduos. A identificação da palavra “xenofobia”, como sinônimo de “preconceito”, foi devidamente validada pelos entrevistados.

A participante 01, por exemplo, em sua entrevista narrativa individual, relatou:

E outro [fator de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho no Brasil] foi o preconceito. [...] Eu acho porque eu era estrangeira. Porque eles todos falavam “é venezuelana, ela veio passar fome”. Eu, pessoalmente, vi muita coisa, assim, de preconceito, pela minha origem, por ser estrangeira, venezuelana. Foi tanto que eu consegui um emprego, e eu não consegui passar o contrato, porque eu tive que sair porque não aguentava mais. De estar sempre sendo humilhada por ser venezuelana, porque falavam muita coisa (P1, 2025, 4`53``, entrevista individual).

Aspectos e realidades marcantes como esta são trazidos pelos demais participantes durante a sessão 02 dos grupos de discussão. Essa sessão buscou, como pano de fundo, justamente instigar a imersão dessas experiências. Os elementos trazidos foram carregados de emoções, identificando-se, dessa forma, a “marca” e os efeitos que a “não receptividade” por parte dos anfitriões nativos pode influir nos migrantes e refugiados. Ainda, a participante 02 relata que:

Tem brasileiro que se fecha também. Eu acho que é um preconceito [xenofobia] escondido, que eles têm (P2, 2025 5`33``, Sessão 02).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) caracteriza a xenofobia como sendo um fator que influencia na saúde mental das pessoas, trazendo impactos em seu psiquismo e proporcionando um fator de potencial agravamento de psicopatologias pré-existentes ou que venham a ser desencadeadas, além, é claro, das inúmeras violações sociais que impõem. Ainda na definição da ACNUR:

Organizações como o ACNUR tentam sensibilizar a população anfitriã para os difíceis desafios que os refugiados enfrentam através de

campanhas específicas divulgadas pelos meios de comunicação social. Trata-se de lembrar aos cidadãos que os refugiados são pessoas que tiveram de abandonar as suas casas para tentar encontrar uma oportunidade melhor devido a conflitos ou situações de falta de segurança. (ACNUR, 2016).

A percepção de invisibilidade social e as barreiras implícitas impostas pelo preconceito linguístico foram corroboradas por outros participantes. A participante 02 destacou, em sua entrevista narrativa individual que:

Por ser venezuelana, pela língua [...], os chefes fizeram uma reunião com todo mundo e melhorou, melhorou. (P2, 2025, 4'30'', entrevista individual).

A xenofobia, segundo os participantes, representa um dos pilares mais sólidos dos problemas existenciais enfrentados por essa população. A discriminação relacionada à origem dos imigrantes e refugiados interfere diretamente no acesso aos direitos e oportunidades fundamentais. Embora muitas vezes manifestada de forma velada, sua presença é massiva e impacta profundamente a autoestima, a dignidade e a capacidade de adaptação desses indivíduos ao novo contexto cultural. Esse cenário reflete a necessidade urgente de intervenções que promovam a inclusão, a conscientização social e o combate eficaz às práticas discriminatórias.

Ainda, embora não representado pelos participantes em suas falas, a interseccionalidade entre xenofobia e racismo deve ser objeto de estudos mais profundos, com vistas ao entendimento desse fenômeno. Neste estudo, concatenar-se-á, para fins de entendimento, o racismo e a xenofobia, como espectros do mesmo fator de discriminação e adoecimento psíquico, contudo a xenofobia trata-se de um preconceito, uma ideologia pré-concebida, enquanto o racismo é um processo estruturado, um sistema de opressão, onde as relações de poder foram planejadas para atuarem em divisão de classes/etnias/raças.

Essa sobreposição, caracterizada pelo preconceito com a condição migratória, sobreposta à condição racial, foi descrita e nomeada pelo britânico Sivanandan (2016) como “xeno-racismo”, com o propósito de melhor compreender esses elementos do processo migratório, numa concepção que envolve as especificidades e dinâmicas do preconceito e discriminação de migrantes racializados. O autor entende que as definições de xenofobia e racismo

separadamente podem não ser suficientes para abarcar a complexidade e as sobreposições do fenômeno na atualidade. O termo estaria relacionado e nomearia uma “nova forma de racismo”, típico do contexto atual do capitalismo, não sustentado apenas por um “código de cores”, mas atribuído de modo mais amplo aos estrangeiros e pobres de diversas origens raciais, que buscam melhores condições de vida em outros países.

Outra importante referência que revela a importância internacional dada à discussão sobre xenofobia e temas correlatos, encontramos na Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005, p. 2). Segundo a Convenção, a diversidade cultural, ao florescer em ambientes de democracia, tolerância, justiça social e respeito mútuo, constitui um dos pilares do desenvolvimento sustentável e da paz social:

Sabendo que a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações, recordando que a diversidade cultural ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social, e mútuo respeito entre os povos e culturas, é indispensável para a paz e segurança local, nacional e internacional (...) (Unesco, 2005, p. 2).

Questões de xenofobia e racismo são elementos de herança da colonização do Brasil e de diversos outros povos, conforme Iannuzzi e Azevedo (2023, p. 211):

[...] essa construção também afeta o entendimento da condição das mulheres na sociedade. A existência do sistema de controle pelo processo da colonização impõe o modelo de civilização eurocêntrico e, por consequência, funda-se na exclusão de povos e culturas que não sejam inseridos como assimiláveis, afetando desde a intelectualidade até a divisão internacional do trabalho, determinando a relação entre centro e periferia, sendo a classe dominante controladora do referido poder (IANNUZZI; AZEVEDO, 2023, p. 211).

É nesse sentido que as contribuições da interculturalidade, enquanto paradigma de compreensão das relações sociais no mundo globalizado, alia-se às lutas decoloniais, firmando uma posição afirmativa dos valores e das semiologias não européias, com potenciais impactos no campo ético, político, estético e epistemológico. As lutas contra a xenofobia e o racismo, tomadas na perspectiva

da interculturalidade, são sempre decoloniais, na medida em que apostam no desmonte das lógicas eurocentradas, da hegemonia branca e da racionalidade instrumental e cientificista.

Assim, partilhamos, em sintonia com os princípios da interculturalidade crítica, adotamos o termo

decolonialidade na perspectiva dos autores pós-coloniais por considerarmos que, em oposição ao conceito de descolonização [ele] é mais profundo e abrangente. O conceito de descolonização tem um sentido político e administrativo. É, a nosso ver, um conceito colonial, originado no Norte global, imperial e colonial e que significa uma mera transferência de poderes da administração colonial para a administração dos novos países que se tornaram independentes, tendo uma dimensão essencialmente histórica e política. O conceito de *decolonialidade*, pelo contrário, tem maior amplitude, abrangendo as dimensões epistêmica, política, ontológica, ética, de gênero e a despatriarcalização das sociedades” (Estermann, Tavares e Gomes, 2017, p. 27).

Na perspectiva de uma interculturalidade crítica, não se parte do problema da diversidade ou da diferença em si, tampouco da “tolerância” ou da inclusão culturalista (neo)liberal. Ao contrário, o ponto central é o problema estrutural-colonial-racial e sua ligação com o capitalismo de mercado (Walsh, 2012).

Sobre a “tolerância”, Jacques Derrida (2004, p. 133) diz que:

A tolerância é antes de mais nada marcada por uma guerra religiosa entre cristãos, ou entre cristãos e não-cristãos. A tolerância é uma virtude cristã ou, por isso mesmo, uma virtude católica. O cristão deve tolerar o não cristão, porém, ainda mais do que isso, o católico deve deixar o protestante existir.

Por isso, a partir dessa concepção, ao tolerar alguém ou algo devemos refletir a postura que envolve a “tolerância”, compreender as nuances que estão implicadas nesse gesto. Diversas vezes, ao tolerar trazemos uma hierarquia de valores e um reconhecimento de diferença, demonstrando e reafirmando uma relação desigual entre quem tolera e quem é tolerado. Desse modo, podendo trazer posturas de superioridade juntamente com resistência em aceitar efetivamente o outro em sua alteridade radical.

Para Derrida (2004), apesar de a tolerância ser preferível à intolerância, é fundamental problematizar o discurso subjacente ao ato de tolerar. Trata-se de um discurso historicamente enraizado na tradição religiosa e, frequentemente,

mobilizado por aqueles que detêm o poder, funcionando como uma concessão marcada por condescendência. Em lugar da tolerância, o autor propõe a *hospitalidade* como uma alternativa radicalmente distinta, e, de certo modo, oposta à lógica da tolerância. Nas palavras do autor,

Se alguém acha que estou sendo hospitaleiro porque sou tolerante, é porque eu desejo limitar minha acolhida, reter o poder e manter o controle sobre os limites do meu "lar", minha soberania, o meu "eu posso" (meu território, minha casa, minha língua, minha cultura, minha religião etc.). (Derrida, 2004, p. 137).

Derrida trata como tolerância, ação essa cheia de limites que impossibilitam a *hospitalidade incondicional*, "nós aceitamos o estrangeiro, o outro, o corpo estranho até um certo ponto, e desse modo com restrições. A tolerância é uma hospitalidade condicional, circunspecta, cautelosa" (Derrida, 2004, p. 38).

Conforme Albuquerque Jr. (2016), a problemática da xenofobia surge de um sentimento de insegurança, no qual o migrante é percebido como alguém indesejado, que supostamente toma posse de recursos ou oportunidades de emprego que antes eram destinados apenas aos cidadãos locais. O autor esclarece que:

Aferrados a uma visão nacionalista, os trabalhadores e suas organizações tendem a reagir com desconfiança e até com aberta hostilidade com a presença de migrantes nos países e sua contratação para ocupar vagas que deveriam de exclusivo direito dos trabalhadores locais (ALBUQUERQUE JR., 2016, p. 92).

A xenofobia, neste cenário, pode ser compreendida e caracterizada como um sentimento profundo de aversão, desconfiança, medo, antipatia e rejeição em relação ao migrante e refugiado, ou seja, ao indivíduo originário de outro local ou cultura, ao que é percebido como "diferente" ou "externo". Esse fenômeno psicológico não se limita ao plano afetivo, pois pode se traduzir em comportamentos discriminatórios que, em muitos casos, se expressam de maneira agressiva e violenta, levando o indivíduo a se isolar ou adoecer. A xenofobia, portanto, configura-se como um fator de marginalização social e exclusão, tendo um impacto direto na qualidade de vida, bem-estar e saúde das

vítimas desse preconceito. No grupo de discussão, houve um questionamento, ao pesquisador, realizado por uma das participantes, no sentido de entender o significado e potência de suas falas e a narrativa de suas histórias de vida:

Tu acha que essa conversa que a gente tem...Para mim, está sendo muito importante, estamos sendo ouvidas. Coisa que a gente tá até preocupada com a minha criança e igualdade [de oportunidades]. (P4, 2025, 5`01``, Sessão 02).

Neste contexto, a xenofobia emerge como um fenômeno complexo, que envolve tanto a psicologia individual e social quanto a dinâmica de poder, identidade e pertencimento, necessitando de estratégias de enfrentamento e de políticas públicas inclusivas para garantir a convivência e o diálogo efetivamente intercultural.

5.3 DIMENSÃO DO LABORAL – CERCEAMENTO DE DIREITOS

As transformações econômicas, tecnológicas e sociais têm possibilitado o surgimento e a acentuação de formas “flexíveis” de trabalho. Caracterizando esse trabalho como aquele vinculado ao emprego, temos um contingente imenso de pessoas que não têm acesso ao mesmo, ou seja, há trabalhadores que, por imposição da falta de oportunidades, se veem na marginalização do acesso ao emprego e, por derradeira, ao acesso à seguridade social e aos benefícios de proteção do trabalho.

No que tange à população pesquisada neste estudo, os jovens imigrantes e refugiados, a questão central do acesso ao trabalho formal (emprego) carece de um olhar ampliado, muitas vezes deixando à margem aspectos como cor, origem, linguagem ou demais características que, devido à condição de migração ou refúgio, proporciona e impõem condições diversas a essa população, diferentes das vivenciadas pelos nativos que aqui residem – essas condições, porventura, em uma seleção para oportunidades de trabalho, podem vir a ser decisivas para a desclassificação, assim como, nortear esses trabalhadores a empregos de baixos salários e de caráter tipicamente mecanicista e operacional.

O referido norteamto e a falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, direciona migrantes e refugiados a uma busca, quase inevitável, por

espaços de trabalho informais. Sasaki (2009, p. 1), nesse sentido, relata crescimento nos índices de atividades informais de trabalho:

No Brasil, o crescente contingente de trabalhadores que atuam em atividades informais, registrado periodicamente nas estatísticas oficiais, é tomado como termômetro do nível de emprego e das consequências decorrentes, além de constituir constante ameaça de redução da base de financiamento da seguridade social (SASAKI, 2009, p. 1).

A divisão entre trabalho formal e informal sugere uma distinção entre situações reguladas e não reguladas. Apesar de não haver paradigma sobre um conceito único de informalidade, que abarque todas as atividades fora do modelo trabalho/emprego, há acordo na literatura quanto à sua ligação com fatores como crescimento econômico, avanço exponencial da tecnologia, crises nos setores formais e desigualdade no acesso a benefícios sociais pelos trabalhadores. Na visão de Sasaki (2009, p. 08), “este [trabalho] passa a ser entendido como mercadoria e como tal imbuído de um valor de uso e de um valor de troca e, o trabalhador, explorado através do único valor que possui, sua força de trabalho”.

No grupo de discussão e nas entrevistas narrativas, a preocupação dessas jovens por acesso ao mercado de trabalho formal (emprego de carteira assinada) não se mostrou evidente. Nos valores sociais dos participantes dessa pesquisa, o fato de estarem em solo brasileiro (encarado como oportunidade de um “local de paz e progresso econômico”, quando comparado aos seus locais de origem) lhes vende a visão para a busca de posições de trabalho/emprego com garantias de benefícios e segurança trabalhista e previdenciária.

A informalidade nesse cenário, torna-se uma opção aceitável e viável, ainda mais quando correlacionado ao fato de que, no trabalho formal em uma empresa, o risco de se exporem aos citados “preconceitos” se torna mais amplificado. No grupo de discussão, a fala de uma das participantes, como a transcrita a seguir, é validada pelo grande grupo como um dos entraves que a burocracia brasileira traz às vidas desses sujeitos:

Eu fiz ensino médio completo. Eu fiz faculdade, universidade. Trabalhei. Tenho cursos. Tenho tudo isso. Só que aqui não tem validade (P3, 2025, 2`10`, Sessão 03).

Um problema de ordem legal é a presença concreta de uma política migratória seletiva no Brasil, que permanece no texto da Nova Lei de Imigração. Essa política é marcada pela preferência por trabalhadores de maior nível de instrução e formação profissional. Desse modo, os vistos de trabalho são concedidos para esses trabalhadores altamente qualificados, em detrimento de trabalhadores de baixa formação profissional, que diante das inúmeras dificuldades de atender às exigências para o visto de trabalho, ficam em situação irregular em território nacional, aumentando a massa de trabalhadores em condição irregular ou informal, que já é altíssima no país.

Ainda nesse contexto, os jovens passam a ser encarados como um alvo promissor à informalidade, seja, por um lado, por ainda não terem formação sólida e/ou experiência robusta no mundo do trabalho, seja pelas novas formatações de trabalho trazidas pelos “tempos mais que modernos”, como a exaltação ao empreendedorismo, a “PJotização”, a terceirização e a “Uberização”. Somado a isso, e talvez ainda mais imperativo, devido às modernas formatações econômicas e sociais, combinadas pelo avanço das novas tecnologias, a robotização e as inteligências artificiais ganham (e ainda ganharão) mais espaço no mundo do trabalho contemporâneo, trazendo um cenário pessimista de segurança e garantia de direitos trabalhistas e previdenciários para esses jovens – essas “novas modalidades” de trabalho, não formalizadas, cada vez mais, esvaziam-se de proteções sociais ao trabalho. Para Sasaki (2009, p. 21-21),

[...] no caso brasileiro, o seguro desemprego, aposentadoria, seguro contra acidentes de trabalho, licença maternidade, férias, descanso semanal, dentre outros, são benefícios que identificam uma sociedade baseada em valores das sociedades urbano industriais. Em que pese estes avanços persiste o desemprego de larga parcela de trabalhadores e as atividades informais ocupam um percentual crescente de trabalhadores em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive o Brasil (SASAKI, 2009, p. 20-21).

É incontestável que a Nova Lei de Migrações resultou em avanços no âmbito do Ordenamento Jurídico Brasileiro. Há, com ela, uma importante superação da doutrina da segurança nacional, ainda bastante presente no antigo Estatuto do Estrangeiro, e da percepção do imigrante como um inimigo nacional, representando um risco aos interesses nacionais, e, por isso mesmo, devendo

estar submetido a uma vigilância permanente do Estado. As regras do antigo Estatuto do Estrangeiro eram incompatíveis com a nova ordem constitucional inaugurada a partir de 1988, fundada em direitos fundamentais, amparada nos princípios da igualdade e dignidade humana. Com isso, houve uma mudança de perspectiva em termos de política migratória, que passou a ser regida pelos ideais dos Direitos Humanos e defendendo a não criminalização das migrações, buscando garantir um tratamento mais humanitário aos migrantes que buscam no Brasil oportunidades para reconstrução de suas vidas.

É preciso reconhecer que ocorreu também uma simplificação do processo de regularização do migrante, que passou a compreender autorização de residência, o visto, o Registro Nacional Migratório e a Carteira de Registro Nacional Migratório, gerando implicações também de cunho trabalhista, pois é facilitado o percurso para a obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Mas, mesmo assim, permanece uma série de obstáculos de ordem legal e da própria vivência prática migrantes, como altas taxas dos documentos exigidos para sua regularização, ausência, discriminação e exploração no campo do trabalho, problemas que decorrem também da falta de informações acerca da legislação trabalhista para imigrantes e requisitos para sua contratação, de modo a informar trabalhadores e empresas que desejem contratá-los.

Como bem aponta Saladini

um trabalhador que não consegue sua inserção dentro do sistema jurídico do país que o recebe é lançado na situação de abandono e miséria; sem documentos, não consegue remeter dinheiro para casa, nem abrir conta em banco, e fica mesmo impossibilitado de sair do país, porque, caso saia, não consegue mais retornar. Assim, foge da miséria em seu país para viver em condições ainda piores em um país estranho (SALADINI apud ALMEIDA e BARBOSA JUNIOR, 2015).

Sasaki (2009, p. 22), em sua dissertação de mestrado, aduz que a informalidade e as formas mais flexíveis de exercer o trabalho têm se intensificado ao longo dos anos:

São atividades remuneradas de formas diferentes daquelas do contrato de trabalho e que podem ser livremente escolhidas ou como emprego principal ou como trabalho por conta própria. Neste sentido, o que vem perdendo espaço é o emprego na sua forma clássica, ou, mais

especificamente, o emprego na indústria, onde se estipula um local de trabalho e o trabalhador comparece de forma regular, recebendo a retribuição em forma de salário. O celular, a *internet* e as demais formas de comunicação rápida, em grande medida, estão substituindo o local de trabalho (SASAKI, 2009, p. 22).

Contudo, como já explanado, há uma percepção positiva dos participantes, mesmo na informalidade, pois entendem o Brasil como um “lugar melhor para se viver”. Essa percepção pode ser cooptada pela da participante 03, na sessão do grupo de discussão 03:

Aqui é melhor que na minha terra. Dá “pra eu” pegar a minha comida certinho, balanceada, sabe? Mas tem que trabalhar muito duro para manter aquela alimentação. Porque aqui, obviamente, tem que trabalhar pra pegar as coisas. Só que é forte, porque tem dificuldade para vagas boas de trabalho (P3, 2025, 4`55``, sessão 03).

Em unísono, a participante 01, na sessão 04 do grupo de discussão, sente-se segura e acolhida o suficiente para expressar que:

Eu trabalhei no [nome da empresa suprimido] quase 6 meses, 5 meses corridos, no [nome da empresa suprimido], fica ali na rua Liberdade, um restaurante temático. Um restaurante muito bom. Só que o lugar de trabalho, o sistema interno... Quem vai como cliente fica encantado, mas dentro daquele sistema de trabalho que eles têm ali, é muito complicado. Eu trabalhava por diária e eles me pagavam quando eles gostavam. Eu não pegava a minha diária certinha, 70 pila. E tinha outros que, como eram brasileiros, ganhavam 80. [...] Eu fazia 04 serviços, e eu pegava [diária] só um. Eles pagavam quando eles gostavam (P1, 2025, 6`15``, sessão 04).

A temática do trabalho, imbricado em suas relações formais e informais de emprego, assim como as novas modalidades de exercício deste trabalho, são fatores de atual e imensa reflexão por parte da academia e da própria sociedade, afetando estes. São pontos de vista ético-estruturantes da forma de manifestação e vivência em sociedade, discursos e propostas, estas que, pelo ineditismo de sua existência, ainda estão em construção e merecem o devido delineamento em pesquisas mais aprofundadas sobre as implicações e o nexos causal que as novas formações de trabalho trazem à condição existencial dos trabalhadores, em especial, aos protagonistas deste estudos, os jovens imigrantes e refugiados.

Entretanto, vale destacar, que em condições de precariedade e necessidade extrema, vulnerabilizados, imigrantes e refugiados tendem a significar as “oportunidades” recebidas dos nativos como ofertas de extremo valor, ainda que em condições precárias ou indignas. Nisso comparece aquilo que temos chamado, em nosso Grupo de Pesquisa³, parodiando o conceito de Jacques Derrida, “hospitalidade à brasileira”. Aquela que já nos é bastante característica e familiar, herança da imaginária “cordialidade” cultural.

Nesse contexto vale destacar, mesmo que de modo breve, a história de um conceito que, mal compreendido, levou à popularização de uma imagem contrária àquela que Sérgio Buarque de Holanda efetivamente apresentou em seu clássico conjunto de ensaios intitulado “Raízes do Brasil”, publicado originalmente em 1936. Nele, um ensaio curto – o quinto capítulo do livro – Holanda (2014) delinea os princípios do que considerava ser um importante traço de comportamento e caráter dos brasileiros. Tendo tomado o termo “homem cordial” de correspondência escrita por Ribeiro Couto ao colega mexicano Alfonso Reyes em 1931, Holanda a considera, ironicamente, uma “expressão feliz”, mas tratou de inverter o sentido da dita expressão, dando-lhe justamente um sentido negativo. Como comenta Carreiro (2024, p. 9).

Ao contrário de Gilberto Freyre, que lançava ao processo de miscigenação racial desenvolvido no Brasil um olhar condescendente, dócil e patriarcal, sugerindo que a integração entre brancos portugueses, negros e índios havia sido um processo mais pacífico do que ocorrera na realidade, Holanda compreendia a essência do “homem cordial” como a ausência de separação clara entre os domínios das esferas pública e privada. No texto de 1936, Holanda defendeu que a identidade brasileira havia nascido da família patriarcal de origem agrária, na qual os processos de impessoalidade e valorização da capacidade técnica e intelectual, fundamentais para o sistema capitalista moderno, não se haviam desenvolvido. O *cidadão brasileiro*, graças ao apego ao citado modelo familiar, teria uma *necessidade atávica de criar um tipo superficial de intimidade com o outro, para poder se relacionar com ele. Esse verniz de cordialidade, contudo, não seria um traço de caráter positivo.*

Assim, a noção de “homem cordial” acabou por ficar associada, distorcidamente, para boa parte dos leitores do livro do Sérgio Buarque de

³ Grupo de Pesquisa “*Cultura Contemporânea, Sociabilidades e Práticas Educativas*”, liderado pelo Prof. Dr. Cleber Gibbon Ratto. (DGP/CNPq, 2009)

Holanda, a um sentido positivo, que ele próprio tratou de criticar. Essa conotação positiva, entretanto, ressoa até os dias atuais no imaginário popular de boa parcela dos brasileiros: seríamos muito “acolhedores” e “hospitaleiros”. O *marketing* turístico do Brasil é um ótimo exemplo disso, quando alimenta a hipótese da existência de uma suposta *hospitalidade natural* do brasileiro (Sampaio, 2020).

Isso é muito diferente do sentido de hospitalidade proposto por Derrida (2003) em suas formulações. Em outras palavras, embora sob a ótica da Lei da Hospitalidade Incondicional o acolhimento do outro deva ocorrer com abertura plena e irrestrita, há situações em que se impõe a necessidade de uma hospitalidade jurídica. Nesse contexto, torna-se também necessário considerar as “leis de uma hospitalidade que têm lugar a partir de condições legais de acolhimento” (Maia, 2021, p. 76). O outro, inicialmente sem nome, na medida em que carece de registro ou documentação, é acolhido em primeiro lugar por meio das instâncias jurídicas e políticas do país de chegada, conforme os direitos e regras institucionais de hospitalidade.

É, portanto, a partir de um documento de identificação que o imigrante começa a experienciar o pertencimento ao novo território, pois agora possui um nome reconhecido e registrado no seu novo destino. A tensão entre essas duas ordens da hospitalidade, a incondicional e a legal, não configura uma oposição direta, mas uma coexistência tensa. Derrida propõe, justamente a partir da incondicionalidade da Lei da Hospitalidade, um novo cosmopolitismo — um cosmopolitismo que permanece sempre por vir (Maia, 2021). Pensar a *hospitalidade incondicional*, portanto, vai além da esfera burocrática ou do imaginário popular de uma “hospitalidade à brasileira”: ela deveria constituir um direito de todo humano. Como afirma Derrida (2003, p. 69),

Digamos *sim* ao que chega, antes de toda a determinação, antes de toda antecipação, antes de toda identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de um outro país (...)

Ou seja, ser hospitaleiro de forma incondicional implicaria, desse modo, assumir um dever ético e moral perante a humanidade, reconhecendo a obrigação de acolher o outro sem reservas, distinções ou discriminação.

Entretanto, a “simpatia” venezuelana pelo “jeitinho brasileiro” de “oferecer oportunidades”, presente nos discursos das participantes da pesquisa, não parece responder a uma efetiva experiência de hospitalidade incondicional, dadas as muitas evidências e relatos do modo como tal “cordialidade” superficial, grosso modo, dissimula práticas racistas e de xenofobia, que recebem o imigrante para servir-se dele, normalmente como mão-de-obra barata em condições de precariedade e franca exploração.

Estamos totalmente de acordo com Lopes (2018, p.212), ao afirmar de modo contundente que “se a política migratória não contemplar as políticas de emprego, acabará se revelando inviável no médio prazo, já que as estruturas de apoio oferecidas aos migrantes são temporárias e somente a obtenção de renda própria permitirá a permanência no país em condições dignas.”

5.4 DIMENSÃO COMUNICATIVA – BARREIRAS E FRONTEIRAS DA LÍNGUA

Outro aspecto/fator basilar identificado pelas participantes desta pesquisa, sobre possíveis entraves de acesso ao trabalho e fatores de sofrimento psicossocial, que afetam a sua condição existencial foi a “experiência linguística”, traduzida nesse estudo como comunicação, seja verbal ou corporal. Caetano (2009, p. 21) traça a conexão entre comunicação e inserção social, assim como, seus reflexos na condição existencial dos sujeitos:

[...] a comunicação é apresentada enquanto processo social e, por conseguinte, factor determinante para a integração do homem, este que é considerado um “animal social”. É pela comunicação que o homem se conhece e dá a conhecer aos outros, se relaciona, evolui pessoal e socialmente (CAETANO, 2009, p. 21).

O preconceito sobre a forma de se expressar, ao sotaque e à linguagem utilizada pelos imigrantes e refugiados não passam despercebidos por pessoas que aqui não os querem. Esses preconceitos são comumente alimentados por indivíduos que, de alguma forma, se sentem ameaçados pela presença desses estrangeiros em solo brasileiro. Tal sensação de ameaça, pode tornar-se ainda mais evidente em contextos de disputa por oportunidades profissionais no mundo do trabalho, onde a presença de migrantes lado a lado com nativos é vista como

uma competição indesejada – a literatura tem uma palavra que descreve esse tipo de preconceito, a “glotofobia”.

A glotofobia, assim como a xenofobia, tem implicações significativas na exclusão social, pois reforça estigmas contra indivíduos ou comunidades que não se adequam à fala considerada prestigiada. Esse tipo de discriminação poder afetar diretamente a identidade, a autoestima e a percepção de pertencimento, gerando impactos significativos nas possibilidades de inserção em contextos educacionais, sociais e, sobretudo, profissionais.

Trata-se da discriminação ou preconceito com base na forma como determinada pessoa fala, abrangendo aspectos como sotaque, pronúncia e variação linguística, assim como, a forma corporal de se expressar e de interagir com o meio. Caetano (2009, p. 3), em sua dissertação de mestrado refere que “o homem não comunica só com as palavras, mas com todo o seu corpo, os objetos, a sua organização no espaço e no tempo” (CAETANO, 2009, p. 3).

Embora identificada essa forma de discriminação em todas as entrevistas narrativas individuais, foi no grupo de discussão que esse vetor de sofrimento surgiu com maior intensidade. Uma vez que a voz de um participante se assemelha a do outro, a narrativa que contorna esse aspecto vivenciado por eles se tornou explícita.

O participante 03, durante o grupo de discussão relata sua percepção sobre esse tipo de preconceito e socializa ao grupo os efeitos que ela gera em sua condição existencial:

Eu não sabia nem o que era uma rua. Só que na minha terra é uma “*calle*”. E aqui fala “rua”. E eu não sabia que rua era uma calle. E me diziam “vai para rua de cima” [durante a enchente de 2024]. Que é rua de cima? E para cima era para direita, e eu não compreendia. E era muito desesperante. Era uma loucura. Eu fiquei quase três meses num abrigo na avenida Boqueirão. Só loucura eu vi. Foi onde eu compreendi melhor o português. Comecei a falar. Eu chegava para fazer uma fila mas não me deixavam pegar uma marmita, falavam que eu iria tirar as coisas “delas”, que eu sou de fora e que aqui é o Brasil, e eu não compreendia. Era um problema para pegar uma marmita, uma fralda, um lenço. Eu fiquei ali três meses, mas depois de um mês eu já comecei a brigar sozinha. Eu pegava as minhas coisas, porque ninguém tem consideração por ninguém, as mulheres não me deixavam (P3, 2025, 13`39`, sessão 01).

Essa dinâmica torna evidente que a glotofobia não é apenas uma barreira linguística, mas um mecanismo social de exclusão, de sofrimento psíquico, que perpetua desigualdades e afeta profundamente o bem-estar psíquico dos indivíduos. Ao sentirem que suas vozes – símbolo de identidade e singularidade – são rejeitadas, muitos imigrantes e refugiados vivenciam sentimentos de inadequação e isolamento, que podem, por sua vez, culminar em quadros de ansiedade, depressão e baixa autoestima. Isto, portanto, exige maior atenção acadêmica e social, destacando a necessidade de ações afirmativas que promovam a inclusão e o respeito às diversidades linguísticas, como parte integrante de uma sociedade plural e democrática.

A Participante 03, durante a sessão do grupo de discussão, mesmo que, de modo breve, relata que “é complicado [entender o Português]. Não é tão fácil (P3, 2025, 5`00``, sessão 02).

Em síntese, as narrativas compartilhadas, especialmente no espaço coletivo do grupo de discussão, evidenciam como a linguagem pode se tornar não apenas uma barreira comunicacional, mas um instrumento de exclusão que, porventura, pode ocasionar ou intensificar episódios de sofrimento psíquico e reforçar processos de segregação e silenciamento.

Ao contrário disso, numa perspectiva de interculturalidade como vetor de saúde, é possível pensar em outros modos de experimentar a dimensão comunicativa, transformando as *barreiras* linguísticas em *fronteiras* da linguagem, onde seria possível não apenas “ensinar português” aos imigrantes, mas também aprender com eles uma espécie de devir-língua pela voz, pela abertura para a sonoridade provocativa e instigante da língua do outro, uma abertura para a alteridade.

Numa delicada e provocadora pesquisa desenvolvida por Matos (2023), publicada sob o título “*Por uma poética da língua migrante: devir-língua pela voz*”, a autora explora o movimento da língua de migrantes senegaleses e haitianos em ateliês de conversação propostos entre 2019 e 2020, junto a um coletivo para migrantes, no sul do Brasil. A experimentação nos ateliês envolveu justamente a possibilidade de uma interação que tomasse as línguas não em sua formalidade gramatical ou em suas pretensões universais de comunicabilidade.

Tratou-se, isso sim, de um espaço “brincante” de confiança e partilha onde as vozes podiam jogar num entre-línguas experimental, onde a *enunciação* ganhou lugar de destaque, colocando “no seu devido lugar” o *enunciado*, com suas pretensões excessivamente tradutivas e comunicacionais. Ao modo de uma cartografia dos ateliês vividos com migrantes, a pesquisa parece ter criado condições favoráveis para um outro tipo de relação com a língua, uma quase *outralingua* inventada no encontro dos idiomas e das sonoridades estranhas das vozes dos outros. Uma potência de *enunciação* materializada pela força da voz e da sonoridade corporal. Ali não apenas haitianos e senegaleses estavam diante de uma língua *estranha* a ser aprendida, diante de códigos a serem incorporados e usados conforme uma gramática já estabelecida, mas também brasileiros estavam diante da desconcertante experiência de não-saber, não-entender, precisar-balbuciar, experimentar formas outras de *enunciação*. Nas palavras da própria autora,

Esse tipo de língua tende a atingir um espaço de transpassar a linearidade de regras finitas do português padrão e majoritário; nos ateliês, se faz uma língua que se esquivava dessa imposição padrão; para tal, localiza na agramaticalidade gotículas de existência pela voz de uma *língua em devir*, com tal posicionamento em que possíveis do limite desta experiência abrem “uma rotação de ponto de vista sensível” (Didi-Huberman, 2022) pela voz migrante. A poética sensível desta rotação constitui-se como *espaço da voz como movimento da língua migrante*, que defendemos como uma poética disjuntiva sobre a língua portuguesa padrão (Matos, 2023, p. 65).

Com o delicado e sensível exemplo dessa pesquisa-experimentação não pretendemos, evidentemente, descartar ou diminuir a importância da função instrumental do domínio dos códigos do país hospedeiro, ou de línguas “universais” que possam servir como parte de um dispositivo de luta política para acesso a uma vida digna. O interesse é colocar em questão as possibilidades que teriam, as políticas e práticas efetivamente interculturais, de tratar o tema da língua envolvendo migrantes em termos não apenas formalistas ou utilitários, tornando possíveis experimentações e aprendizagens em via de mão-dupla.

6 “PRODUTOS” TECNOLÓGICO-SOCIAIS

6.1 IDEALIZAÇÃO

Os “Produtos” Tecnológico-Sociais desta dissertação de mestrado profissional surgem da necessidade de saneamento ou mitigação de uma realidade identificada por meio da pesquisa. Eles visam atender às exigências e requisitos do Projeto Pedagógico do Curso em questão, propiciar ao público-alvo desta pesquisa algum subsídio que contribua para a melhoria de sua qualidade de vida, especialmente no mundo do trabalho, que é o foco deste estudo, e, ainda, fortalecer os mecanismos de formação continuada dos profissionais psicólogos.

Sobre a vida e o cotidiano dos jovens trabalhadores pretende-se incidir por meio do retorno ao campo de estudo através de rodas de conversa com os sujeitos, incluindo a apresentação e discussão de uma “cartilha” sob a forma de “Referências”, desenvolvida a partir da pesquisa. Trata-se do material intitulado: *Saúde Mental no Trabalho – Referências para Jovens Imigrantes e Refugiados*. [ANEXO B: “Produto” tecnológico-social (Referências)].

O desenvolvimento de materiais educativos, como cartilhas, representa importante mecanismo de compartilhamento de informações. Além de apoio pedagógico, as cartilhas cumprem importante papel enquanto ferramentas de educação acessível, capazes de partilhar saberes de forma clara e objetiva. Um dos objetivos do presente estudo se propõe a desenvolver um “produto” tecnológico-social capaz de contribuir para a produção de conhecimentos relativos à saúde mental no contexto de trabalho, direcionado a populações imigrantes e refugiadas. A cartilha produzida será apresentada ao grupo pesquisado em formato de roda de conversa, estimulando a participação ativa dos sujeitos envolvidos e estimulando o engajamento no processo, como protagonistas da produção de conhecimento.

Na visão de Sampaio et al. (2014, p. 1309), as rodas de conversa figuram enquanto “[...] espaços de negociação e não de normatização; de acolhimento e não de controle; de produção de prazer e não de higienização”, devendo ser efetivadas a partir de uma visão crítica das realidades nas quais os sujeitos estão inseridos.

Potente e importante instrumento de troca de experiências e saberes, além de estratégia pedagógica inovadora, as rodas de conversa são mecanismos fundamentais de enfrentamento de problemas e proposição de soluções no contexto da saúde (MELO; ARAGAKI, 2019). Configuram um "[...] espaço democrático de aprendizagem, que promove a inclusão e a cooperação dos participantes na construção do processo educativo" (MELO; ARAGAKI, 2019, p. 1153).

Por essa mesma perspectiva, Conceição e Hemmi (2023, p. 1) aduzem, ao discutir o processo de formação de rodas de conversa com jovens, que elas representam um espaço em que os “jovens [podem] se expressar e destacar seus sentimentos, permitindo um diálogo entre os sujeitos”. Ao colocar os jovens no centro das atenções, a dinâmica da roda facilita a socialização grupal, incentivando a participação dos sujeitos, o que pode, sobremaneira, impactar o bem-estar dos participantes (CONCEIÇÃO; HEMMI, 2023).

Além disso, aos profissionais Psicólogos, se faz necessária a implementação de estratégias que visem o aprimoramento técnico e científico da categoria. Através de minicurso de formação, contribui-se com o fortalecimento do esforço que já vem sendo feito pelo Sistema Conselhos (CFP), através do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), para oferecer formação permanente e continuada aos psicólogos que trabalham com essas populações. Este tema ainda é praticamente ausente na formação inicial dos psicólogos. Sobre o campo da formação continuada de psicólogos, pretende-se incidir por meio da oferta de um minicurso sobre o tema, elaborado a partir dos resultados da pesquisa, a ser realizado em parceria com a Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS). [ANEXO A: “Produto” tecnológico-social (Minicurso)].

A produção de materiais no âmbito de instituições de ensino, como a elaboração do “produto” tecnológico-social proposto, com vistas à promoção de práticas de enfrentamentos de desafios vivenciados por sujeitos reais em contextos de vulnerabilização, representa importante estratégia de aproximação da academia com a sociedade.

Espaços de transformação social, as universidades representam importante *locus* de promoção de valores humanitários, de inclusão e superação

de desigualdades – mais do que isso, as universidades figuram como espaço privilegiado de discussão (e estímulo a práticas concretas) sobre temáticas como direitos humanos, interculturalidade e justiça social.

Integrar ensino-serviço, dessa forma, representa um dos fins e objetivo primordial de uma educação emancipatória. Para Vicentin et al. (2019, p. 625), a “cogestão entre universidade e serviços de saúde em suas diferentes dimensões – ensino, pesquisa e extensão – contribui simultaneamente para a formação profissional em saúde e a qualificação da atenção e do processo de trabalho em saúde”, o que contribui para a formação dos profissionais, fortalecendo o desenvolvimento de tecnologias sociais que impactam diretamente em contextos e vivências concretas.

O fazer saúde em contextos de vulnerabilização, como àquelas em que, não raro, os sujeitos imigrantes e refugiados estão expostos, requer o reconhecimento de desafios, dentre os quais, o de estimular e fortalecer equipes multidisciplinares sensíveis, que deem conta de não apenas tratar de processos de adoecimento psíquico, mas entender os sujeitos em suas situações e condições concretas de existência. Nesse sentido, Knobloch (2015, p. 173) relata que a “saída está em investir na formação de pessoas que possam compreender a experiência de mal estar dos imigrantes”, o que requer tratá-los com “dignidade, sem patologizar a diferença e sem negar o sofrimento”.

Para dar materialidade aos produtos almejados, foi idealizado um material que pudesse ser entregue aos participantes da pesquisa (Cartilha de Referências), permitindo que estes o compartilhem com familiares ou outras pessoas. Além disso, o referido material está disponível anexo a esta dissertação e pode ser compartilhado, via sistemas de informação, com quaisquer pessoas interessadas e/ou impactadas pelas demandas de saúde mental e sofrimento psicossocial no trabalho.

A cartilha é um produto Técnico-Tecnológico-Social sugerido pela CAPES para ser executado dentro dos cursos de mestrado profissional, visando a produção e disseminação de conhecimento à sociedade. Esse produto é tipificado conceitualmente pela CAPES dentro do grupo de produtos técnicos “Manual/Protocolo”, pois trata-se, conceitualmente, de um guia de instruções que

serve para correção de problemas ou, podendo ainda, para o estabelecimento de procedimentos de trabalho (CAPES, 2019, p. 54).

Já a proposta de minicurso ao público de psicólogos vai ao encontro do proposto pelo CFP, através do CREPOP, onde se instiga através da formação continuada de psicólogos uma maior proximidade com as vivências e necessidades enfrentadas pela população de imigrantes e refugiados no Brasil. Visto que os cursos de graduação em psicologia, são de cunho generalista, propiciar acesso a temas específicos e de populações vulnerabilizadas é uma etapa importante na estruturação e formação de um profissional de saúde mental mais qualificado. O CREPOP (2024) aponta que a atuação do psicólogo com migrantes exige a superação de um modelo assistencialista e a integração efetiva com políticas públicas, inclusive reconhecendo as barreiras linguísticas e culturais como centrais na prática profissional. Precisamos estar com a população imigrante, para entender que somos um sujeito coletivo, político que está construindo uma psicologia das migrações.” (QUESLLOYA, 2024, p. 77)

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2024), apesar de a migração ser uma realidade histórica, a Psicologia brasileira só começou recentemente a tratar o tema de forma institucionalizada e política. A psicóloga Laura Queslloya (2024) defende que o campo da Psicologia das Migrações deve ser construído de forma coletiva e crítica, desconstruindo abordagens tradicionais que tentam apenas adaptar o migrante aos modelos já existentes. Dessa forma a atuação do psicólogo com imigrantes e refugiados exige a superação de um modelo assistencialista e a integração efetiva com políticas públicas, inclusive reconhecendo as barreiras linguísticas e culturais como centrais na prática profissional.

6.2 CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO – Cartilha de Referências

A construção da Cartilha de Referências teve início após a realização das primeiras entrevistas narrativas individuais com os participantes da pesquisa. Com o início da escuta e produção do material discursivo, foi possível estabelecer parâmetros de conteúdo com vistas a proporcionar aos sujeitos da pesquisa um

material capaz de auxiliá-los no entendimento das demandas relacionadas à saúde mental e ao sofrimento psíquico no mundo do trabalho.

A pesquisa de conteúdo foi realizada em materiais de formato similar, utilizados por entidades públicas e/ou filantrópicas no cumprimento de sua responsabilidade social institucional para com seus trabalhadores. Esse levantamento buscou garantir que as informações fossem pertinentes e relevantes para o público-alvo da cartilha.

O refinamento e a transcrição dessas informações em uma linguagem acessível para os participantes da pesquisa representaram um desafio necessário para adaptar os conteúdos selecionados. Foi crucial tornar o material compreensível para todos, respeitando os diferentes níveis de compreensão dos participantes. A diagramação e a criação artística da cartilha foram realizadas pelo próprio mestrando em ferramentas de edição gráfica online.

6.3 CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO – Minicurso

Partindo-se do fato de que os cursos de bacharelado em Psicologia são formações generalistas que nem sempre conseguem responder às múltiplas realidades vivenciadas pela Sociedade, em especial às populações minoritárias e vulnerabilizadas, tem-se como oportuno retornar à categoria e à Sociedade um instrumento de formação, mesmo que introdutório, sobre juventudes imigrantes e refugiadas e, em especial, os atravessamentos e riscos psicossociais a que estes estão expostos quando adentram o mundo do trabalho brasileiro.

Munindo-se a categoria de profissionais da Psicologia com uma formação mais qualificada para o entendimento das demandas e realidades de populações específicas se espera trazer uma melhor qualidade nas estratégias de abordagem dessas populações, seja em suas clínicas, em intervenções coletivas, institucionais ou, ainda, na formulação de políticas públicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo central Investigar os efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho sobre a condição existencial de jovens

migrantes e refugiados em Canoas/RS, a fim de propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde para essa população. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, ancorada na hermenêutica filosófica e na epistemologia da interculturalidade. O percurso metodológico envolveu entrevistas narrativas individuais e grupos de discussão com jovens migrantes e refugiadas, todas mulheres venezuelanas, com idades entre 18 e 29 anos, residentes em Canoas e inseridas no mundo do trabalho, formal ou informal. O material discursivo foi analisado por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), o que permitiu a construção de quatro linhas de sentido que estruturaram a compreensão do fenômeno investigado.

A problemática das migrações e dos refúgios, em escala global, nacional e regional, tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por crises políticas, econômicas, ambientais e sociais. No Brasil, e particularmente no estado do Rio Grande do Sul, esse fenômeno tem se manifestado de forma expressiva, com destaque para a presença de migrantes venezuelanos e haitianos. Em Canoas/RS, entre 2000 e 2022, mais de 4.700 imigrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório, sendo a maioria venezuelanos. Estima-se que atualmente residam no município cerca de 3.500 migrantes, dos quais uma parcela significativa é composta por jovens em idade laboral. Esses sujeitos enfrentam desafios complexos relacionados ao acesso a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho digno, além de vivenciarem processos de exclusão, discriminação e sofrimento psicossocial.

A análise do material empírico permitiu a identificação de quatro dimensões centrais que estruturam a experiência desses jovens no contexto imigratório e laboral. A dimensão cultural revelou a ambivalência afetiva vivida pelas participantes, marcada pela esperança de uma vida melhor no Brasil e pela saudade de elementos culturais deixados para trás. A adaptação à nova cultura, embora permeada por expectativas positivas, é atravessada por sentimentos de estranhamento, perda e insegurança, especialmente diante das dificuldades de comunicação e da ausência de redes de apoio consolidadas.

A dimensão sociopolítica evidenciou a presença de barreiras simbólicas e materiais à integração social, com destaque para a xenofobia e a glotofobia. As participantes relataram experiências de discriminação explícita e velada, tanto no

cotidiano quanto no ambiente de trabalho, o que impacta diretamente sua autoestima, saúde mental e senso de pertencimento. A “tolerância” com que são recebidas, muitas vezes, mascara relações de poder assimétricas e práticas de exclusão, exigindo a superação de discursos assistencialistas em favor de uma hospitalidade efetivamente intercultural.

Na dimensão laboral, emergiram relatos de precarização, informalidade e exploração. As jovens imigrantes, mesmo quando qualificadas, enfrentam dificuldades para validar seus diplomas e acessar empregos formais, sendo frequentemente direcionadas a ocupações de baixa remuneração e sem garantias trabalhistas. A informalidade, embora percebida por algumas como uma oportunidade, revela-se como um espaço de vulnerabilização e cerceamento de direitos, onde a desigualdade de tratamento entre brasileiros e imigrantes é recorrente.

Por fim, a dimensão comunicativa destacou as barreiras linguísticas como fator central de exclusão e sofrimento. A dificuldade de compreensão e expressão no idioma português, somada ao preconceito com o sotaque e à desvalorização das línguas de origem, configura um cenário de silenciamento e invisibilidade. A glotofobia, nesse contexto, atua como um dispositivo de exclusão simbólica, que reforça desigualdades e limita o acesso a direitos e oportunidades. A linguagem, que poderia ser ponte, torna-se barreira.

Como resultado da pesquisa, foram desenvolvidos dois produtos tecnológico-sociais voltados à promoção de saúde e à formação profissional. O primeiro é a Cartilha de Referências “Saúde Mental no Trabalho – Referências para Jovens Imigrantes e Refugiados”, destinada à população-alvo da pesquisa, com orientações acessíveis sobre saúde mental e estratégias de enfrentamento. O segundo é o Minicurso “Fronteiras e Paradoxos da Saúde e do Trabalho”, voltado à formação permanente e continuada de psicólogos, com o objetivo de qualificar a escuta clínica e a atuação profissional junto a populações imigrantes e refugiadas.

Diante do exposto, é possível formular uma resposta ao problema de pesquisa: o sofrimento psicossocial vivenciado por jovens imigrantes e refugiados em Canoas/RS, no contexto do trabalho, afeta profundamente sua condição existencial, impactando sua saúde mental, identidade e projetos de vida. Esse

sofrimento é potencializado por fatores estruturais, como a precarização laboral, a xenofobia, a glotofobia e a ausência de políticas públicas efetivas de acolhimento e inclusão. As estratégias de enfrentamento, portanto, devem articular ações de promoção de saúde, formação profissional e fortalecimento de redes de apoio, com base em uma perspectiva intercultural. Estabelece-se como cumpridos os objetivos geral e específicos propostos por esse estudo uma vez que os resultados materializam-se através dessa dissertação e de seus “produtos” tecnológicos-sociais.

Como desafios para futuras investigações, destaca-se a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa para incluir jovens de outras nacionalidades, gêneros e contextos regionais, bem como aprofundar a análise das interseccionalidades entre imigração, raça, gênero e classe. Além disso, é fundamental investigar os efeitos de longo prazo das estratégias de enfrentamento propostas, bem como avaliar a eficácia dos produtos desenvolvidos na promoção de saúde e inclusão social. A continuidade dessas reflexões e ações é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e acolhedora, na qual o *diálogo intercultural* seja a política transversal capaz de fazer frente ao desafio de aprendizagens permanentes, de todos com todos, com vistas à construção de um *horizonte comum*, na desafiadora arte do *viver junto*.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Xenofobia: seu significado em países de destino**. 2016c. Disponível em: <<https://eacnur.org/blog/xenofobia-significado-en-los-paises-de-destino/>>. Acesso em: 25 dez. 2024.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

ALMEIDA, M. A. F e BARBOSA JUNIOR, F. de A. Trabalho Escravo E Promoção De Direitos Humanos De Imigrantes: Uma Análise Da Realidade Brasileira. **Cadernos de Direito Actual**, n.3, pp. 309-332, 2015.

AMADOR, Fernanda Spanier. Três movimentos para problematizar o trabalho no Contemporâneo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 255-265, dez. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jan. 2024.

ARIAS, Gleise Sales; TARDIVO, Leila Salomão De La Plata Cury. Saúde Mental, Migração e Refúgio no Brasil . **Textos e Debates**, [S. l.], v. 27, n. 01, p. 143–159, 2021. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v27i01.7812. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/7812>. Acesso em: 5 fev. 2024.

BAUMGARTEN, M. Tecnologia. In: Cattani, A.; Holzmann, L. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

BENDASSOLLI, Pedro F.. Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza , v. 11, n. 1, p. 65-99, mar. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jan. 2024.

BETANCOURT, Raúl Fonet. Interculturalidad, migración y educación en el mundo contemporáneo. **ETD Educação Temática Digital**, v. 23, n. 3, p. 581-591, 2021.

BICUDO, Marcus Vinicius Guedes Cruz de Campos. **Mobilização do "trabalho imigrante" em São Paulo**: estudo sobre intermediação e usos do trabalho. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.8.2021.tde-26082021-194114. Acesso em: 2024-02-12. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-26082021-194114/pt-br.php>. acessos em 09 fev. 2024.

BISPO, Tatiane Barbosa. **Trabalho, modos de vida e cuidados em saúde entre imigrantes bolivianos em São Paulo**. 2019. 128 f. Tese (doutorado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Saúde Coletiva.

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios.

Ponto e Vírgula, São Paulo, n. 18, p. 126-145, 2015. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/download/29806/20723/79242>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BOSCO, Estevão. Experiência da mundialização como experiência hermenêutica: Habermas, Gadamer e cosmopolitismo. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 229-253, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração.

Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras

providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 31 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Produção Técnica-Grupo de Trabalho: relatório. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>

Acesso em: 06 out. 2024.

CAETANO, Sara Cristina Vicente. **Contributos da comunicação não-verbal na integração social, cultural e educativa de imigrantes numa perspectiva de multiculturalidade: um estudo de caso**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Portugal.

CAMPOS, Gabriela Ribeiro, MESQUIDA, Peri e KIRA, Luci Frare. O lugar do conceito de mundo da vida de Edmund Husserl na pedagogia libertadora de Paulo Freire. **Educ. Pesqui.** 48, 2022.

CAPISTRANO, Valnise Lima Vêras. **O mundo do trabalho dos (as) migrantes venezuelanos (as) que vivem na Paraíba**. Orientador: Antônio Manoel Elíbio Junior. 2021. 104 f. O mundo do trabalho dos (as) migrantes venezuelanos (as) que vivem na Paraíba (Doutorado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22100>. Acesso em: 9 fev. 2024.

CARREIRO, Rodrigo. Cordialidade à brasileira: O animal cordial como metáfora do Brasil contemporâneo. **Galáxia (São Paulo)**, v. 49, p. e64245, 2024.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; LEON, Alessandro de.

Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes. São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas,

2007. 189 p.

CLOT, Yves. O ofício como operador de saúde. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 16, n. spe, p. 1-11, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, D. M., & HEMMI, A. P. A. Processo de formação de roda de conversas com jovens. **Revista De Enfermagem Da UFJF**, 9(1), 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: Interface entre a Psicologia e as Populações em Situação de Refúgio, Migração e Apátrida**. Brasília: CFP, 2024. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CONTE, Elaine; SIDI, Pilar de Moraes. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.4, p. 1942-1954, out./dez. 2017.

CORROCHANO, M. C.; NAKANO, Marilena. Jovens e trabalho. In: SPOSITO, M. P. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.

CRUVINEL, L. W.; CUNHA, A. F. DE M.. Migrantes e refugiados em *Mohamed: um menino afegão*, de Fernando Vaz. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 58, p. e586, 2019.

CUNHA, Maiara Pereira et al. Fatores de risco e proteção para imigrantes venezuelanos: papel das políticas públicas. **Revista Subjetividades**, v. 24, n. 1, p. 1-14, 2024.

DA SILVA, Leda Maria Messias; TEIXEIRA, René Dutra. A indignidade dos refugiados no Brasil: o trabalho escravo, o subemprego e a informalidade. *Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí*, v.15, n.1, 1º quadrimestre de 2020. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2004.

DIAS, Sónia; NUNES, Maria; GAMA, Ana. Uma reflexão sobre desigualdade de género e saúde no contexto da migração: Que desafios e respostas para a promoção da saúde das mulheres migrantes?. **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**, Lisboa, n. 43, p. 103-119, jun. 2020. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852020000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2024.

ESTERMANN, Josef; TAVARES, Manuel; GOMES, Sandra. Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento. **Laplace em Revista**, v. 3, n. 3, p. 17-29, 2017.

FERNANDES, Márcia As três *et al.* Adoecimento mental e as relações com o trabalho. **Estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental**, [s. l.], v. 16, n. 3, 2018. DOI <https://10.5327/Z1679443520180110>. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/361/pt-BR/adoecimento-mental-e-as-relacoes-com-o-trabalho--estudo-com-trabalhadores-portadores-de-transtorno-mental>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FONTELLES, Mauro José et al. **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a Elaboração de um protocolo de pesquisa**. 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FUTINO, R. Silva; AMARAL, G. Sorgatto do . Maria Cheia de Graça: Um olhar sobre a saúde da mulher trabalhadora migrante. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, 17 jun. 2021.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Catarina; PARAGUASSU, Fernanda. Linguagem afetiva nas relações interculturais com crianças migrantes. In: **VII SIMPÓSIO DE PESQUISA SOBRE MIGRAÇÕES: INTERCULTURALIDADE, COMUNICAÇÃO E MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS: FRONTEIRAS, POLÍTICAS E CIDADANIA**, 5., 2020, Rio de Janeiro. **Anais...** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: UFRJ, Périplos, 2020. p. 78-84. Disponível em: <https://forumdeimigracao.org/2020/06/30/vii-simposio-de-pesquisa-sobre-migracoes/> . Acesso em: 02 jan 2025.

HABERMAS, Jürgen. **A teoria da ação comunicativa: A razão e a racionalização da sociedade**. Vol.1 Boston, Beacon Press, 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27^aed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2014.

IANNUZZI, F. B.; AZEVEDO, T. A.G. Sujeitas de direito: interseccionalidades de mulheres venezuelanas imigrantes em Manaus frente à xenofobia e à violência de gênero. *Direito Público*, v. <https://doi.org/10.11117/rdp.v20i108.7481>. Acesso em: 25 dez. 2024.

INDURSKY, A. C.; CONTE, B. DE S.. Trabalho psíquico do exílio: o corpo à prova da transição. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 18, n. 2, p. 273–288, jul. 2015.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer M. W., Gaskell G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

KNOBLOCH, F.. Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 169–174, maio 2015.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; CAVAZOTTE, Flavia de Souza Costa Neves; VIANA, Mila Desouza de Aquino. Os jovens e o trabalho: Valores, Escolhas e Expectativas. In: JUVENTUDES e Gerações no Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2012. cap. 11, p. 295 - 318. ISBN 978-85-205-0636-3.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Uma janela de oportunidades: a migração venezuelana como fator de desenvolvimento. In: BAENINGER, Rosana. SILVA, João Carlos Jarochinski (Org.) **Migrações venezuelanas**. São Paulo: Unicamp, 2018.

LUCENA, Luciana Mercês de. **“Um Caquinho de Vidro, Parece que não tem como Colar”**: Riscos Psicossociais, Acidente e Adoecimento do Trabalhador Brasileiro. Orientador: Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes. 2022. 298 f. “Um Caquinho de Vidro, Parece que não tem como Colar” (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235>. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/45738/1/2022_LucianaMercêsdeLucena.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

MACHADO, FERNANDO LUÍS; MATIAS, ANA RAQUEL. Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica. **CIES e-Working Papers**, [s. l.], v. s/v, n. s/n, ed. s/e, 2006. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/176>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MAIA, Victor. **No rastro de desconstrução: Uma introdução a Jacques Derrida**. 1.ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

MARINUCCI, Roberto. Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana - REMHU**, v. 25, n. 49, p. 07-11, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004901>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MARTINS BORGES, L.; POCREAU, J.-B.. Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, n. 4, p. 577–585, out. 2012. MARTINS, Bruno Henrique Silva. **A experiência etnográfica de imersão e proposição de um trabalho psicológico humanista on-line em uma instituição de Belo Horizonte que cuida de migrantes: o projeto Escuta Sem Fronteiras**. Orientador: Sérgio Dias Cirino. 2022. 95 f. A experiência etnográfica de imersão e proposição de um trabalho psicológico humanista on-line em uma

instituição de Belo Horizonte que cuida de migrantes: (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46294>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MARTINS-BORGES, L.. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151–162, jan. 2013.

MATOS, Sônia. Por uma poética da língua migrante: devir-língua pela voz. **Revista Fermentario**, v. 17, n. 2, p. 58-84, 2023.

MEINERZ, Carla Beatriz. Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 485-504, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227057003>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MELO, E. dos S. Roda de Conversa como Estratégia para Gestão e Educação Permanente em Saúde. **Revista Portal: Saúde E Sociedade**, 4(2), 1152–1159, 2019.

MENDES, Aylle de Almeida; BRASIL, Deilton Ribeiro. A nova lei de migração brasileira e sua regulamentação da concessão de vistos aos migrantes. **Sequência (Florianópolis)**, p. 64-88, 2020.

MENEZES, T. S.; REIS, R. R.. Direitos humanos e refúgio: uma análise sobre o momento pós-determinação do status de refugiado. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 144–162, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Erick Herzog de. **Vínculos de trabalho entre e com imigrantes no bairro do Brás em São Paulo: investigação sobre o trabalho ambulante de refugiados a partir de um olhar fotoetnográfico**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.47.2023.tde-08092023-172819. Acesso em: 2024-02-12.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. DO C.. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. Ciência & Educação (Bauru), v. 12, n. 1, p. 117–128, jan. 2006.

NARDI, Henrique. **Ética, trabalho e subjetividade: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970-1999)**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/16829311/%C3%89tica_Trabalho_e_Subjetividade?form=MG0AV3. Acesso em: 05 nov. 2024.

PACHÁ, Patrícia; DE CAMPOS MOREIRA, Lúcia Vaz. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. **Synesis**, v. 14, n. 1, p. 157-168, 2022.

PEREIRA, A. C. L. et al.. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. e18, 2020.

PIRES, Julia Stefanello. **Migrantes vulneráveis e o trabalho como direito humano**: o caso do Mato Grosso do Sul. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/959>. Acesso em: 09 fev. 2024.

RAFFOUL, J. A (in)observância dos direitos das crianças refugiadas venezuelanas em Roraima. **Brazilian Journal of International Relations**, 9(2), 374-404, 2020.

RISSEON, Ana Paula; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; KÁCSEK, Lúcia Mariane. A Migração no Ciclo Vital de Famílias Migrantes: Uma Revisão Integrativa Latino-Americana. **Revista Subjetividades**, v. 23, n. 2, p. 1-15, 2023.

ROCHA, C. T. M. DA; AMADOR, F. S. EXPERIÊNCIA E NARRATIVA: INSPIRAÇÃO BENJAMINIANA PARA UMA CLÍNICA DO TRABALHO. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 30 maio 2019.

ROIG, Jaime Nadal. Migrações internacionais e a garantia de direitos –um desafio no século XXI. In: BAENINGER, Rosana. SILVA, João Carlos Jarochinski (Org.) **Migrações venezuelanas**. São Paulo: Unicamp, 2018.

RUFFATTO GREGOVISKI, Vanessa; MAI CERVERA SEI, Marcella; PEREIRA SOARES, Aline; KIELING MONTEIRO, Janine. SENTIDO DO TRABALHO E VIVÊNCIAS DE PRAZER E SOFRIMENTO EM VENEZUELANOS QUE MIGRARAM AO BRASIL. **Trabalho (En)Cena**, [S. l.], v. 7, p. e022005, 2022. DOI: 10.20873/2526-1487e022005. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/13030>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, M.-C.. Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiados em uma instituição de saúde. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 175–185, maio 2015.

SAMPAIO, Alexandre. Dia da Hospitalidade: a forma como o Brasil é visto pelos estrangeiros. In: **Portal Brasileiro do Turismo**, 20/02/2020. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/blogs/dia-da-hospitalidade-a-forma-como-o-brasil-e-visto-pelos-estrangeiros/> Acesso em: 09 nov. 2024.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online] v. 18, suppl 2, 2015.

SASAKI, Maria Amélia. Trabalho informal: escolha ou escassez de empregos? Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/4822/1/2009_MariaAmeliaSasaki.pdf. Acesso em: 4 jan. 2025.

SCHERER, L. A. ; PRESTES, V. A. Trabalho de imigrantes e refugiados(as) no Brasil: intersecções com gênero e classe. In: XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019, São Paulo. XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019, 2019. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/2426>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SCHERER, L. A.; GRISCI, C. L. I.. Vida e trabalho de refugiado: a imagem como experiência do olhar a partir de uma obra de Escher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, p. e30739, 2022.

SCHERER, Laura Alves. **Migração, trabalho imaterial e subjetividade: (re)invenção dos modos de viver de migrantes e refugiados**. Orientador: Grisci, Carmem Ligia lochins. 2020. 231 f. Migração, trabalho imaterial e subjetividade (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/213196>. Acesso em: 9 fev. 2024.

SCHMID, Patrícia Cavalcanti. Saúde mental e restrição de liberdade: relato de experiência como médica psiquiatra em centro de detenção de refugiados. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 121, p. 626–635, 2019.

SENGER, Joana Emilia. Refugiados e migrantes: interfaces entre integração social e políticas públicas. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15663>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SILVA, Leda Maria Messias da; TEIXEIRA, René Dutra. A VULNERABILIDADE DOS REFUGIADOS NO BRASIL E O TRÁFICO DE PESSOAS: O TRABALHO ESCRAVO E SEUS REFLEXOS NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ - RFD**, [S. l.], n. 39, p. 130–150, 2021. DOI: 10.12957/rfd.2021.51573. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/51573>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, P. M. M. DA . et al.. Barreiras ao emprego de refugiados no Brasil e seus impactos na integração de longo prazo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. e0210, 2022.

SIVANANDAN, Ambalavaner. Race, terror and civil society. **Race and Class**, v. 47, n. 3, p. 1-8, 2016.

SMITH, Ana Elizabeth Maia Guedes Alcoforado. **Imigração venezuelana em Pernambuco-Recife: (des)inclusão social no trabalho digno**. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Direito. Mestrado em Direito, 2022.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. 264 p. v. 2. ISBN 978-85-98885-77-3.

SPOSITO, Marília Pontes. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. 276 p. v. 1. ISBN 978-85-98885-77-3.

STEIN, Ernildo. Gadamer e a consumação da hermenêutica. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 5, n. 1, p. 204-226, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOLEDO, Flávio do Rego Freitas de; MILIONI, Benedito. **Dicionário de recursos humanos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

UNESCO, França. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, 20 de outubro de 2005.

VASCONCELOS, A. DE .; FARIA, J. H. DE .. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453–464, set. 2008.

VASCONCELOS, Amanda de; FARIA, José Henrique de. SAÚDE MENTAL NO TRABALHO: CONTRADIÇÕES E LIMITES. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 3, n. 20, p. 444-452, 2008.

VELOSO, Leticia; BARBOSA, Livia. Notas sobre o conceito de juventude e geração. *In*: BARBOSA, Livia. **Juventudes e Gerações no Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 17 - 27. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/566.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VICENTIN, M. C. G., ROSA, E. Z., EL ID, K., SERENO, D., KAHHALE, E. M. S. P., GOMES, J. A., & GONÇALVES, M. da G. M. Saúde mental em rede: o curso de Psicologia na articulação entre a universidade e o Sistema Único de Saúde. **Psicologia Revista**, 28, 624–649, 2020.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**: Uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136 p.

VILLEN, Patricia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 21, p. 247 - 264, 2014. DOI <https://doi.org/10.20396/rua.v21i2.8642466>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642466>. Acesso em: 31 jan. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, 2006. DOI <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7c6QvcWJc6pX6xwgxYVLFKv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ZAMBAM, Rodrigo Eder. A hermenêutica filosófica na ATD. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 19, p. 661-676, 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA [TCLE]

Título da Pesquisa: Fronteiras e Paralaxes da Saúde e do Trabalho: Sofrimento Psicossocial entre Jovens Migrantes e Refugiados em Canoas/RS.

Pesquisador Responsável: Luís Leonardo Maciel Ferreira

Orientador: Cleber Gibbon Ratto

Instituição Responsável: Universidade Lasalle

INTRODUÇÃO:

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa acadêmica do Programa de Mestrado em Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade LaSalle sobre a temática "Fronteiras e Paralaxes da Saúde e do Trabalho: Sofrimento Psicossocial entre Jovens Migrantes e Refugiados em Canoas/RS". A sua participação é voluntária e este documento tem como objetivo esclarecer todos os aspectos relacionados à pesquisa para garantir que você possa decidir livremente se deseja ou não participar.

O senhor (a) não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação. Está garantido o direito de obter atualizações a respeito dos resultados parciais do estudo.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle.

OBJETIVO DA PESQUISA:

A pesquisa visa compreender as experiências de sofrimento psicossocial entre jovens migrantes e refugiados em Canoas/RS, explorando as nuances das fronteiras e paralaxes relacionadas à saúde e ao trabalho, investigando os efeitos do sofrimento psicossocial ligado ao trabalho sobre a condição existencial de jovens migrantes e refugiados em Canoas/RS e, por fim, propor estratégias de enfrentamento e promoção de saúde para essa população.

PROCEDIMENTOS:

Se concordar em participar, você será convidado (a) a responder a questionários, participar de entrevistas e grupos de discussão que abordarão diversos aspectos relacionados à sua experiência como jovem migrante ou refugiado na região de Canoas/RS.

Todas as informações coletadas serão tratadas de forma confidencial e anônima. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelo (a) pesquisador (a) principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução 466/12).

As entrevistas ocorrerão em grupo (07 pessoas), através de grupos de discussão, os quais serão realizados em 04 encontros, um por semana. Estima-se 40 min a 01 hora cada encontro.

A data, horário e local das entrevistas (grupos de discussão) serão comunicados posteriormente pelo pesquisador. Haverá, no momento da atividade do grupo de discussão, a captação de áudio e vídeo e a coleta de fotos para compor a pesquisa.

RISCOS E BENEFÍCIOS:

Não há riscos físicos associados à participação na pesquisa, contudo o senhor (a) poderá, ao conectar-se com demandas que envolvam a temática de sofrimento psicossocial ligado ao trabalho, condição existencial, choque de cultura e adaptação ao novo país (Brasil) ter sintomas leves de ansiedade.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e jurídicas ao participante.

Os benefícios aos participantes estão ligados à visibilidade desses sujeitos na cena social com potencial repercussão sobre o fomento de políticas voltadas a essa população. Diretamente eles são beneficiados por um espaço de escuta e circulação da palavra (lugar de fala) que sua condição de migrantes/refugiados lhes retira. Além de contribuir para o avanço do conhecimento sobre as questões psicossociais enfrentadas por jovens migrantes e refugiados, possibilitando a implementação de políticas públicas mais eficazes.

CONFIDENCIALIDADE:

Sua identidade será mantida em sigilo durante todas as fases dessa pesquisa. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e serão armazenadas de forma segura, garantindo a confidencialidade. Somente o pesquisador, o orientador da pesquisa e os integrantes do grupo de apoio terão conhecimento dos dados. Os resultados da pesquisa estarão expostos em dissertação de mestrado, de acesso público nos repositórios da Unilasalle, ao final do curso.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA:

Sua participação é completamente voluntária. Você pode retirar o seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalização ou impacto negativo sobre você, sem necessidade de informar ao pesquisador responsável.

O senhor (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

DIREITOS DO PARTICIPANTE:

Ao concordar em participar, você mantém o direito de recusar a responder a qualquer pergunta que lhe deixe desconfortável. Além disso, você terá acesso aos resultados da pesquisa, caso deseje através dos contatos com o pesquisador registrados no próximo item.

Se houver dúvidas quanto a questões éticas, o senhor (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Lasalle pelo e-mail: cep.unilasalle@unilasalle.edu.br ou pelo telefone: (51) 51 3476.8213 entre os horários: segunda das 09h às 12h, terças das 16h às 20h, quartas das 15h30min às 18h30min, quintas das 09h às 12h e sextas das 13h30min às 18h30min. Local do atendimento 2º andar do prédio 1, Sala 2015-1, localizado na Av. Victor Barreto, 2288, Centro - Canoas RS, 92010-000.

CONTATOS:

Para esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e resultados da pesquisa, quando finalizada, entre em contato com o pesquisador responsável:

Pesquisador: Luís Leonardo Maciel Ferreira

E-mail: luis.201120592@unilasalle.edu.br

Telefone: (51) 98213-5074

Orientador: Cleber Gibbon Ratto

E-mail: cleber.ratto@unilasalle.edu.br

Telefone: (51) 99233-3368

CONSENTIMENTO:

Ao assinar abaixo, declaro que li e compreendi as informações contidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Estou ciente de que a minha participação é voluntária, e concordo em participar da pesquisa. Autorizo, ainda, a captação de áudio e vídeo e a coleta de fotos para compor a pesquisa.

O presente termo é assinado em 02 (duas) vias de igual teor, sendo uma disponibilizada no ato da assinatura ao participante da pesquisa.

Nome do Participante:

Endereço:

Assinatura do Participante: _____

Data: / /2024

Nome do Pesquisador: Luís Leonardo Maciel Ferreira

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Data: / /2024

Agradeço muito pela sua disposição em contribuir com esta pesquisa. Sua participação é fundamental para o avanço do conhecimento nessa área.

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA GRUPO DE DISCUSSÃO

Roteiro para Sessão de Grupo de Discussão com os Participantes

Este roteiro busca criar uma atmosfera respeitosa e acolhedora, encorajando os participantes a compartilharem suas experiências de maneira significativa e fortalecendo a conexão entre eles.

SESSÃO 01: Compartilhando Narrativas de Vida

Objetivo da Sessão: Promover um espaço inclusivo e acolhedor para que migrantes e refugiados compartilhem suas histórias de vida, experiências de migração e refúgio, incentivando a compreensão mútua e a construção de laços comunitários.

Passo 1: Boas-Vindas e Introdução (10 minutos)

- Apresentação do facilitador e contextualização do objetivo da sessão;
- Estabelecimento de normas de respeito e confidencialidade;
- Breve explicação sobre a importância de compartilhar histórias e vivências;
- Assinatura dos TCLE`s.

Passo 2: Dinâmica de Apresentação (15 minutos)

- Cada participante se apresenta, compartilhando nome, origem e motivo da migração/refúgio;
- Pode incluir detalhes como línguas faladas, profissão anterior, e interesses pessoais.

Passo 3: *Icebreaker*: Mapa da Jornada (20 minutos)

- Distribuição de mapas ou papel em branco e materiais para desenho;
- Solicitação para que cada participante desenhe um mapa representando sua jornada de vida, marcando os principais pontos de migração/refúgio;
- Discussão em grupos sobre os desenhos.

Passo 4: Perguntas Disparadoras para Narrativas de Vida (30 minutos)

- Início da discussão aberta com perguntas facilitadoras:
 - ✓ "Qual foi o momento mais significativo em sua jornada de migração/refúgio?"
 - ✓ "Como você se adaptou a uma nova cultura e ambiente?"
 - ✓ "Quais foram os desafios enfrentados durante o processo de migração ou refúgio?"
 - ✓ "O que você valoriza em sua nova comunidade?"

Passo 5: Reflexão em Grupo (15 minutos)

- Compartilhamento de insights e reflexões após as narrativas.
- Destaque para experiências comuns e elementos que enriquecem a diversidade do grupo.

Passo 6: Encerramento (10 minutos)

- Expressão de gratidão pela participação e coragem em compartilhar histórias;
- Orientações para as futuras sessões.

Observações Adicionais:

- Garantir um ambiente seguro e inclusivo, onde as histórias possam ser compartilhadas sem julgamento.

SESSÃO 02: Explorando Experiências Pós-Chegada ao Brasil

Objetivo da Sessão: Proporcionar um espaço seguro para que migrantes e refugiados compartilhem experiências mais detalhadas sobre sua chegada ao Brasil, os desafios iniciais, a instalação no novo ambiente e o enfrentamento do choque cultural, aprofundando as narrativas dos participantes, enfocando a fase pós-chegada ao Brasil, promovendo uma compreensão mais abrangente dos desafios e sucessos enfrentados durante o processo de adaptação cultural. Visa explorar os fatores de sofrimento psicossocial associado a inserção desses sujeitos no território e na cultura brasileira.

Passo 1: Recepção e Recapitulação (10 minutos)

- Cumprimentos calorosos e revisão breve do propósito da segunda sessão;
- Relembrar normas de respeito e confidencialidade.

Passo 2: *Icebreaker*: Compartilhando Experiências Iniciais (15 minutos)

- Solicitar que cada participante compartilhe uma experiência inicial após sua chegada ao Brasil;
- Pode incluir momentos marcantes, desafios superados ou surpresas positivas.

Passo 3: Perguntas Disparadoras para Histórias de Chegada (30 minutos)

- Início da discussão aberta com perguntas específicas:
 - "Como foi a sua primeira impressão ao chegar ao Brasil?"
 - "Quais foram os maiores desafios que enfrentou nos primeiros meses?"
 - "Como você se adaptou ao novo ambiente e às diferenças culturais?"
 - "Houve momentos específicos de choque cultural que você gostaria de compartilhar?"

Passo 4: Dinâmica em Grupo: Estratégias de Adaptação (20 minutos)

- Dividir o grupo em subgrupos para discutir estratégias de adaptação que cada participante utilizou.
- Cada grupo apresenta suas principais descobertas à comunidade.

Passo 5: Reflexão e Compartilhamento em Grupo (15 minutos)

- Discussão aberta sobre padrões comuns ou diferenças nas experiências compartilhadas;
- Refletir sobre as estratégias eficazes de adaptação e superação.

Passo 6: Encerramento e Planejamento Futuro (10 minutos)

- Agradecimento pela abertura em compartilhar experiências pessoais;
- Informações e orientações sobre próximas sessões;
- Oferta de recursos adicionais de suporte.

Observações Adicionais:

- Incentivar a empatia e a escuta ativa entre os participantes.
- Fornecer suporte emocional, se necessário, e encaminhar para serviços especializados.
- Adaptar o roteiro conforme a dinâmica do grupo, respeitando suas necessidades e ritmo.

SESSÃO 03: Trajetória Acadêmica e Profissional no Brasil

Objetivo da Sessão: Proporcionar um espaço para que migrantes e refugiados compartilhem suas experiências educacionais e profissionais, explorando a trajetória acadêmica, desafios laborais no Brasil e as vivências associadas. Visa explorar os fatores de sofrimento psicossocial associado ao trabalho desses jovens.

Passo 1: Recepção e Reconhecimento (10 minutos)

- Saudações e expressão de apreciação pela continuidade da participação;
- Lembrar sobre as normas de respeito e confidencialidade.

Passo 2: Atividade de Integração: Mapeando a Formação Acadêmica (15 minutos)

- Cada participante apresenta seu percurso acadêmico, destacando formação e especializações;
- Explorar como a formação acadêmica no país de origem se relaciona com as perspectivas profissionais no Brasil.

Passo 3: Perguntas Disparadoras sobre a Carreira Profissional no Brasil (30 minutos)

- Iniciar discussão com perguntas específicas:
 - ✓ "Como foi a transição da formação acadêmica para o ambiente profissional no Brasil?"
 - ✓ "Quais foram os principais desafios enfrentados na busca por emprego ou na inserção no mercado de trabalho brasileiro?"
 - ✓ "Como você lida com possíveis barreiras culturais no ambiente de trabalho?"
 - ✓ "Quais são suas aspirações profissionais no contexto brasileiro?"

Passo 4: Dinâmica em Duplas: Compartilhando Experiências Laborais (20 minutos)

- Formação de duplas para compartilhar experiências profissionais específicas;
- Discussão sobre estratégias de enfrentamento de desafios no ambiente de trabalho;
- Iniciar discussão com perguntas específicas:
 - ✓ Você identifica algum sofrimento psicossocial que esteja passando?
 - ✓ Você consegue identificar a origem desse sofrimento?
 - ✓ O ambiente, processo e rotina de trabalho podem estar contribuindo?
 - ✓ As relações humanas no ambiente de trabalho favorecem ou mitigam esse sofrimento psicossocial?
 - ✓ A comunicação no ambiente de trabalho traz ruídos, dificuldades ou facilidades na sua adaptação ao novo país/cultura?

Passo 5: Reflexão e Discussão em Grupo (15 minutos)

- Discussão aberta sobre padrões comuns e diferenças nas experiências laborais;
- Reflexão sobre as habilidades e competências adquiridas e a contribuição para o ambiente de trabalho no Brasil.

Passo 6: Encerramento e Próximos Passos (10 minutos)

- Agradecimento pela abertura em compartilhar as experiências acadêmicas e profissionais.
- Informações sobre futuras sessões;
- Oferta de suporte adicional, se necessário.

Observações Adicionais:

- Incentivar a troca de conselhos e estratégias entre os participantes.

- Proporcionar um ambiente de apoio para discutir possíveis desafios emocionais associados à trajetória profissional.
- Adaptar o roteiro conforme as necessidades específicas do grupo.

SESSÃO 04: Reflexão, Identificação de Carências e Propostas de Melhorias

Objetivo da Sessão: Validar e sistematizar as informações coletadas nas sessões anteriores, discutir as carências identificadas no processo laboral/migratório e desenvolver estratégias de enfrentamento. Proporcionar um espaço para sugestões de políticas e práticas que possam melhorar a experiência de migrantes e refugiados.

Passo 1: Recepção e Reconhecimento (10 minutos)

- Saudações e expressão de gratidão pela participação contínua;
- Ressaltar a importância da sessão para consolidar as reflexões e insights coletivos.

Passo 2: Revisão do Material Produzido (20 minutos)

- Apresentação resumida do material sistematizado a partir das sessões anteriores;
- Verificar se há pontos a serem corrigidos ou adicionados.

Passo 3: Discussão de Carências Identificadas (30 minutos)

- Iniciar a discussão com perguntas disparadoras:
 - ✓ "Quais foram as principais carências identificadas em relação ao processo laboral e migratório?"
 - ✓ "O que faltou ou poderia ter sido diferente para facilitar a integração no novo ambiente?"
 - ✓ "Como você imagina que políticas governamentais ou empresariais poderiam ajudar a superar essas carências?"

Passo 4: Estratégias de Enfrentamento (30 minutos)

- Explorar estratégias coletivas e individuais para superar as carências identificadas:
 - ✓ "O que podemos fazer como grupo para apoiar uns aos outros?"
 - ✓ "Como podemos buscar apoio externo, seja de organizações, empresas ou serviços públicos?"
 - ✓ "Se você fosse gestor de políticas para migrantes/refugiados, que mudanças proporiam e por quê?"

Passo 5: Desenvolvimento de Propostas (20 minutos)

- Dividir o grupo em pequenos times para desenvolver propostas concretas de ação;
- Cada grupo apresenta suas propostas para discussão.

Passo 6: Reflexão Final e Encerramento (10 minutos)

- Compartilhar insights e aprendizados a partir da sessão;
- Oferecer espaço para feedback adicional e considerações finais;
- Agradecimento pela participação ativa e contribuições valiosas.

Observações Adicionais:

- Incentivar a participação igualitária de todos os membros do grupo.
- Registrar as propostas desenvolvidas para futuras referências e elaboração do produto técnico tecnológico;
- Oferecer suporte emocional, se necessário, e encaminhar para recursos adicionais.

APÊNDICE C – ENTREVISTA NARRATIVA INDIVIDUALIZADA

BLOCO 01 – IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Nacionalidade:

Bairro de Residência:

Com quem reside?

Há familiares ainda no país de origem?

Caracteriza-se como: () Imigrante () Refugiado

Está com sua documentação regularizada? () Sim () Não

Como foi o processo documental?

Trabalhador(a) com carteira assinada (a)? () Sim () Não

BLOCO 02 – TRAJETÓRIAS

1. Poderia me contar sobre sua trajetória até chegar ao Brasil?
2. O que o motivou a vir para o Brasil?
3. Como era sua experiência de trabalho no país de origem? O que se modificou com a experiência da migração (emprego/informalidade)?
4. Quais são as maiores dificuldades que você enfrentou ao tentar se inserir no mundo do trabalho brasileiro?
5. Como você descreveria sua experiência de trabalho, seja ele formal ou informal?
6. Você já sentiu que foi tratado de maneira diferente por causa da sua origem? Se sim, pode contar algum episódio?
7. Como você lida com as diferenças culturais em suas experiências de trabalho? Essas diferenças afetam de alguma forma a sua vida?
8. Você percebe algum impacto na sua vida desde que começou a trabalhar no Brasil? Se sim, poderia descrever?
9. Quais foram as estratégias que você utilizou para lidar com as adversidades/desafios no trabalho?
10. Como você se sente em relação à comunicação no trabalho? Sente que é fácil ou difícil se expressar e ser compreendido? Por quê?
11. Você já experienciou ou presenciou casos de preconceito no trabalho? Se sim, como isso afetou você?
12. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a inserção de imigrantes e refugiados no mundo do trabalho brasileiro?
13. Há dificuldades sociais, associadas ao local em que você reside? Se sim, qual?
14. O que espera do seu futuro no Brasil?

BLOCO 03 – TRABALHO

1. Você conseguiu um emprego formal desde que chegou ao Brasil? Quando, qual? de que modo? Por quanto tempo?
2. Você se sentiu “bem-vindo/acolhido” no seu ambiente de trabalho? de que forma?
3. Você já precisou de ajuda profissional para lidar com dificuldades pessoais relacionadas ao trabalho?

5. Você se sente confortável para discutir suas preocupações ou condição de vida com seus colegas ou superiores? com quem? tem redes sociais extra trabalho
 7. Você já foi vítima de preconceito no trabalho? Quando? Qual o preconceito?
 8. Você acha que as barreiras linguísticas afetam sua experiência no trabalho? como?
 9. você já acessou o sistema de saúde, equipamentos sociais no brasil? Como? Onde? Quando?
-

ANEXO A – “PRODUTO” TECNOLÓGICO-SOCIAL [Minicurso]

Título do Minicurso: "FRONTEIRAS E PARALAXES DA SAÚDE E DO TRABALHO: experiências de jovens migrantes e refugiados em Canoas/RS"

Natureza: Curso de Aperfeiçoamento

Carga-horária: 20h

Descrição: Este minicurso propõe uma imersão nos resultados de uma pesquisa de mestrado que investigou as complexidades do sofrimento psicossocial entre jovens migrantes e refugiados na cidade de Canoas/RS. Explora os conceitos de fronteiras e paralaxes no contexto da saúde e do trabalho, entendendo como essas experiências se entrelaçam na vida desses indivíduos em um contexto de imigração e/ou refúgio.

Objetivos:

1. Apresentar um mapeamento do cenário atual de migrações e refúgios em diferentes contextos (mundial, nacional, estadual e regional), compartilhando dados atualizados sobre a população e o fenômeno;
2. Compreender as especificidades do sofrimento psicossocial entre jovens imigrantes e refugiados;
3. Analisar as interseções entre saúde mental e mundo do trabalho nesse grupo populacional;
4. Refletir sobre possíveis abordagens psicossociais e políticas de apoio voltadas para imigrantes e refugiados nesse campo de intersecção.
5. Compartilhar experiências e práticas de intervenção entre os participantes, a partir de diferentes campos;
6. Munir o público-alvo de elementos teórico-práticos que qualifiquem a escuta clínica, a compreensão de casos e a criação de dispositivos de intervenção junto a essa população;
7. Refletir sobre os desafios e possibilidades das intervenções com essa população frente às condições psicossociais de migração e refúgio no contexto regional e local.

Público-Alvo: Psicólogos de diferentes áreas de atuação, estudantes de psicologia e profissionais interessados na temática da migração, saúde mental e trabalho. Turmas de 12 – 20 participantes.

Duração: O minicurso possui carga-horária total de 20 horas, dividido em 4 encontros de 5h de duração, aos sábados.

Local: Sede da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul (SPRGS), Rua Felipe Neri, 414 – Auxiliadora, Porto Alegre/RS.

Conteúdo:

1. Introdução ao tema: Contextualização do estudo, objetivos e metodologia utilizada na pesquisa-base.
2. Achados de pesquisa: Desafios e possibilidades emergentes das análises desenvolvidas.
3. Fronteiras da Saúde e do Trabalho: Discussão teórica sobre como as fronteiras geográficas, culturais, sociais e psíquicas afetam a saúde e o trabalho dos migrantes e refugiados.

4. Parallaxes da Saúde e do Trabalho: Exploração dos pontos de vista múltiplos e contraditórios que emergem na interface entre saúde mental e mundo do trabalho para essa população juvenil (narrativa e discussão de casos).
5. Análise dos resultados: Apresentação e discussão dos principais achados da pesquisa, destacando os aspectos do sofrimento psicossocial identificados.
6. Reflexões e Implicações Práticas: Como os resultados da pesquisa podem impactar as práticas de psicólogos em diferentes campos e as políticas públicas voltadas para migrantes e refugiados? Quais são os principais dispositivos, estratégias e intervenções no campo?

Metodologia: Conduzido de forma interativa, combinando apresentações expositivas com discussões em grupo e análise de casos. Utilização de recursos visuais, como gráficos e vídeos, para enriquecer a compreensão dos participantes. Além disso, fornecimento de materiais complementares, como artigos científicos e relatórios, para aprofundamento no tema.

Cronograma:

DIA	PROGRAMAÇÃO
01	DIMENSÃO CULTURAL – FRONTEIRAS E PLURALIDADES
02	DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA – FRONTEIRAS DA INTRANSIGÊNCIA
03	DIMENSÃO DO LABORAL – CERCEAMENTO DE DIREITOS
04	DIMENSÃO COMUNICATIVA – BARREIRAS E FRONTEIRAS DA LÍNGUA

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

FARIA, JOSÉ HENRIQUE DE; RAGNINI, Elaine Cristina Schmitt; BRÜNING, Camila. Deslocamento humano e reconhecimento social: relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. **Cadernos Ebape. BR**, v. 19, p. 278-291, 2021.

GREGOVISKI, Vanessa Ruffatto et al. Sentido do trabalho e vivências de prazer e sofrimento em venezuelanos que migraram ao Brasil. **Trabalho (En) Cena**, v. 7, p. 1-26, 2022.

IANNUZZI, Fernanda Batalha; GALEÃO, Thiago. Sujeitas de Direito: Interseccionalidades de mulheres venezuelanas imigrantes em Manaus frente à xenofobia e à violência de gênero. **Direito Público**, v. 20, n. 108, 2023.

MARTINS-BORGES, L. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. REMHU: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 151–162, jan. 2013.

RAMOS, Natália. Desafios globais contemporâneos da comunicação e da saúde das populações migrantes e refugiados. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, p. 38-49, 2020.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, M.-C. Do relatório ao relato, da alienação ao sujeito: a experiência de uma prática clínica com refugiados em uma instituição de saúde. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 175–185, maio 2015.

ANEXO B – “PRODUTO” TECNOLÓGICO-SOCIAL [Referências]

Saúde Mental no Trabalho:

Referências para Jovens Imigrantes e Refugiados

Luís Leonardo Maciel Ferreira

2025

SUMÁRIO

- 03** INTRODUÇÃO
- 04** O QUE É SAÚDE MENTAL?
- 06** O QUE É ADOECIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO
- 09** IMIGRAÇÃO, REFÚGIO E SEUS CONTEXTOS
- 11** XENOFOBIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS
- 12** DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO
- 14** CHOQUE CULTURAL
- 16** ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO
- 19** CONCLUSÃO
- 20** REFERÊNCIAS



Introdução

Essas Referências são o resultado de uma pesquisa sobre saúde mental e trabalho no contexto das experiências de jovens migrantes e refugiados que vivem em Canoas/RS. Nosso foco específico foram as necessidades e desafios enfrentados por esses jovens. A proposta é oferecer um "Produto" tecnológico-social acessível e informativo que aborde as questões mais prementes de saúde mental e mundo do trabalho envolvidas nas experiências migratórias de jovens, fomentando rodas de conversa com esses sujeitos.

Com o objetivo de oferecer informações claras e acessíveis sobre esses desafios, queremos evidenciar seus impactos na saúde mental dos jovens trabalhadores imigrantes e refugiados. Além disso, apresentar estratégias para fortalecer sua inserção laboral de forma digna e saudável. Destina-se a jovens trabalhadores, empregadores, profissionais de saúde e gestores de políticas públicas que desejam promover experiências de trabalho mais inclusivas e humanizadas.

O que é Saúde Mental?

Saúde mental é um estado de bem-estar no qual um indivíduo realiza suas próprias habilidades, pode lidar com os estressores normais da vida, trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade. É mais do que apenas a ausência de transtornos mentais; é fundamental para nossa capacidade coletiva e individual de pensar, nos expressar, interagir uns com os outros, ganhar a vida e poder também aproveitá-la (OPAS/OMS) (BAHIA, 2014).

Para jovens imigrantes e refugiados, manter uma boa saúde mental pode ser particularmente desafiador devido a fatores como choque cultural, barreiras linguísticas, saudades de casa e incertezas sobre o futuro. No entanto, com o apoio adequado, por meio de espaços confiáveis de interação e diálogo, além de estratégias de autocuidado, é possível cultivar uma saúde mental que permita fazer frente aos desafios únicos da experiência de deslocamento e entrada em uma nova realidade geográfica e cultural.

Interagir e dialogar é condição básica de saúde!

O que é *Adoecimento Psíquico no Trabalho?*

O adoecimento psíquico no trabalho refere-se ao desenvolvimento de problemas de saúde mental diretamente relacionados ou aumentados pelo ambiente e condições de trabalho. Para jovens migrantes e refugiados, esse risco pode ser amplificado devido a fatores como discriminação, dificuldades de adaptação cultural e pressões adicionais para provar seu valor ou dar conta de idealizações construídas antes da migração.

Sinais comuns de adoecimento psíquico no mundo do trabalho incluem ansiedade constante, mudanças de humor, dificuldade de concentração, insônia e dificuldades para o desempenho das atividades habituais. É crucial reconhecer esses sinais precocemente e buscar apoio, seja através de recursos que devem ser oferecidos pelo empregador - no caso de trabalho formal - como programas de assistência oferecidos a migrantes e refugiados, além da rede de apoio que costuma contar com colegas, conhecidos e, eventualmente, familiares também residentes no país.

Não se acostume a sofrer em silêncio no seu contexto de trabalho por medo ou vergonha!

Não alcançar o que foi idealizado também faz parte do processo, não é fracasso e não diminui seu valor como pessoa!

Imigração, Refúgio

e seus contextos

A Imigração e o refúgio são fenômenos crescentes no mundo atual, impactando diretamente o mundo do trabalho em diversos países, incluindo o Brasil. Imigrantes e refugiados que chegam ao país em busca de novas oportunidades encontram, além das expectativas de uma vida melhor, uma série de desafios que ameaçam sua saúde física e mental. Não caia na armadilha de tentar ser herói!

No mundo do trabalho, esses desafios podem se manifestar de formas sutis ou explícitas: dificuldades na comunicação, diferenças culturais marcantes, episódios de xenofobia e discriminação, além da inserção precária no mercado informal, sem garantias trabalhistas. Tais fatores não apenas dificultam a integração desses trabalhadores, mas também contribuem para o surgimento ou agravamento de adoecimentos psíquicos, como o estresse, a ansiedade, os quadros depressivos ou o esgotamento extremo.

Respeitar limites é compromisso seu, mas também daqueles para quem você trabalha!

Xenofobia *e suas consequências*

A xenofobia, entendida como a rejeição ou aversão a pessoas estrangeiras, manifesta-se no mundo do trabalho por meio de comentários preconceituosos, discriminação nas oportunidades de promoção, isolamento social e até assédio moral.

Essa vivência contínua de exclusão - velada ou explícita - pode gerar um estado de alerta constante, desencadeando estados afetivos de menos valia, vergonha, irritabilidade e isolamento social, sintomas que afetam a vida dessas pessoas, sendo forte fator de risco para quadros depressivos e melancólicos, onde a pessoa perde a referência do valor de si mesma, de seus atributos e habilidades.

Dificuldades *de Comunicação*

A dificuldade de se comunicar em uma nova língua ou de lidar com variações regionais e sotaques é uma fonte comum de sofrimento para trabalhadores imigrantes e refugiados. A comunicação truncada não apenas prejudica o desempenho profissional, mas também gera sentimentos de inadequação, vergonha e insegurança, favorecendo o isolamento e o abalo da autoestima — fatores que alimentam o adoecimento psíquico.

Essas adversidades também geram repercussões nas vidas dessas pessoas e interferem de modo determinante na maneira de nos relacionarmos com as diferenças. Transformar as barreiras linguísticas em fronteiras é um modo de tornar as questões com os idiomas uma via de mão dupla, que não é uma demanda apenas para o imigrante ou refugiado, mas também para quem convive com eles.

A língua não é só um instrumento de comunicação, ela é também matéria-prima da nossa subjetividade!

Choque *Cultural*

O choque cultural ocorre quando uma pessoa é exposta a uma nova cultura, com valores, normas e práticas sociais muito diferentes daquelas com as quais estava familiarizado. No mundo do trabalho, esse choque pode se expressar em dificuldades para entender as regras não-ditas da convivência, hábitos sociais e práticas cotidianas, que divergem de sua cultura de origem. Essa tensão constante entre adaptar-se ou manter sua identidade cultural pode provocar um desgaste emocional de grande impacto, levando à exaustão psíquica.

Por trás desses desafios, estão contextos sociais e econômicos complexos, que exigem uma abordagem integrada, combinando ações no nível individual, organizacional e das políticas públicas. O desafio está na construção de uma cultura da interculturalidade.

Não se envergonhe de não saber e tenha certeza de que você também tem algo a ensinar!

Estratégias

para Fortalecimento

Superar os desafios enfrentados por imigrantes e refugiados no mundo do trabalho requer ações articuladas em múltiplos níveis: individual, organizacional e governamental. A seguir, apresentamos algumas estratégias concretas para fortalecer e apoiar esses trabalhadores.

Programas de Inclusão e Diversidade

Empresas podem e devem implementar políticas de inclusão que reconheçam e valorizem a diversidade cultural como um ativo, favorecendo o diálogo intercultural. Programas que incentivem a contratação de imigrantes, promovam eventos culturais e criem espaços de escuta ativa ajudam a reduzir a xenofobia e a criar um ambiente mais acolhedor. **Inclusão é bem mais que integração e tolerância, é hospitalidade!**

Estratégias para Fortalecimento

Capacitação em Comunicação Intercultural

A oferta de cursos de português para imigrantes, bem como formação para as equipes em diálogo intercultural, é uma estratégia eficiente para diminuir as barreiras de linguagem e facilitar a integração, criando um ethos de acolhida à diferença e de aprendizagens em mão dupla.

Todos aprendem com todos!

Apoio Psicológico e Psicossocial

Serviços de apoio psicológico e psicossocial acessíveis, tanto no ambiente organizacional, quanto na rede pública de saúde e de assistência social são fundamentais para prevenir e tratar os vetores de sofrimento. A criação de grupos de apoio específicos para imigrantes e refugiados pode ser uma alternativa valiosa para compartilhar experiências e construir redes de suporte socioemocional. **Interagir e dialogar são as melhores formas de prevenção!**

Estratégias para Fortalecimento

Legalização e Registro

Fortalecer campanhas de regularização documental e oferecer assessoria jurídica gratuita ou a baixo custo são medidas importantes para garantir que os trabalhadores estrangeiros tenham acesso aos seus direitos. O engajamento de sindicatos e associações profissionais pode ser decisivo nesse processo, além da participação ativa das Universidades. **Acesso a direitos implica reconhecimento objetivo de cidadania ao estrangeiro!**

Essas ações não apenas promovem saúde entre os jovens trabalhadores imigrantes e refugiados, mas também recriam nossas formas de organização social, tornando-as mais justas, equitativas e humanas. **O convívio com as diferenças, de qualquer natureza, amplia nossa própria existência e atualiza nosso vir-a-ser como humanidade, adiando o "fim-do-mundo"!**

Conclusão

A inclusão de imigrantes e refugiados no mundo do trabalho brasileiro é um desafio coletivo que demanda compromisso ético, sensibilidade social e ações práticas. Os desafios enfrentados por esses trabalhadores — xenofobia, choque cultural, dificuldades de comunicação e precariedade laboral — têm impacto direto em sua saúde mental e na sua capacidade de integração.

Por meio de programas de inclusão, capacitação, apoio psicossocial e regularização, é possível transformar o mundo do trabalho em um espaço de crescimento mútuo, onde a diferença deixa de ser temida e se transforma em vetor de (trans)formação.

Mais do que uma questão humanitária, promover possibilidades de trabalho inclusivas e saudáveis é uma estratégia inteligente para fortalecer o laço social, com impactos sobre a economia (afetiva, política e financeira). **Essas Referências são um convite à reflexão e à ação para todos que desejam fazer parte de um mundo no qual o maior trabalho é aprender a viver junto!**

Referências

BAHIA, Secretaria da Saúde do Estado. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. **Protocolo de atenção à saúde mental e trabalho**. Salvador, BAHIA, 2014. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/276627/>> Acesso em: 02/11/2024.

RIBEIRO, Larissa Artimos; QUELUCI, Gisella de Carvalho. **Passo a passo para elaboração de cartilhas**. Rio de Janeiro: eduCAPES, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/704485/2/Como%20fazer%20uma%20cartilha%20%281%29.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

GONÇALVES, R. M. V. et al. Elaboração de cartilha de orientação para uso de telemetria cardíaca.

Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 8, p. e8516, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e8516.2021>. Acesso em: 27 abr. 2025.

JESUS, Giselle Juliana de. **Construção e validação de cartilha educativa com enfoque na saúde e qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids**. 2017. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-28022018-192904/publico/Dissertacao_GISELLE.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

MAGNONI, Luciana. **Celebrando a vida: construção de uma cartilha para a promoção da saúde da gestante**. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7132/tde-05052009-112542/publico/Luciana_Magnoni.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

BORSATO, Livia. **Cartilha com orientações de enfermagem para a alta hospitalar: contribuição à educação em saúde do paciente transplantado renal**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem Assistencial) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3643/1/Livia%20Borsato.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Apoio

UNIVERSIDADE
LaSalle 